

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística

Carla Dayane Cassiana Vieira

**GÊNERO E PODER NO DISCURSO POLÍTICO:
Análise do pronunciamento de Dilma Rousseff e comentários-resposta de
usuários do *Facebook***

Belo Horizonte

2018

Carla Dayane Cassiana Vieira

**GÊNERO E PODER NO DISCURSO POLÍTICO:
Análise do pronunciamento de Dilma Rousseff e comentários-resposta de
usuários do *Facebook***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa e Linguística.

Área de Concentração: Língua Portuguesa e Linguística

Linha de Pesquisa: Enunciação e Processos Discursivos

Orientador: Prof. Dr. Hugo Mari – PUC Minas

Belo Horizonte

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

V658g Vieira, Carla Dayane Cassiana
Gênero e poder no discurso político: análise do pronunciamento de Dilma Rousseff e comentários-resposta de usuários do *Facebook* / Carla Dayane Cassiana Vieira. Belo Horizonte, 2018.
113 f. : il.

Orientador: Hugo Mari
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Letras

1. Rousseff, Dilma, 1947- - Análise do discurso. 2. Facebook (Rede social online) - Aspectos políticos. 3. Relações de gênero. 4. Atos da fala. 5. Mulheres na política. I. Mari, Hugo. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 800.855

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística

Carla Dayane Cassiana Vieira

**GÊNERO E PODER NO DISCURSO POLÍTICO:
Análise do pronunciamento de Dilma Rousseff e comentários-resposta de
usuários do *Facebook***

Prof^a. Dr^a. Lilian Aparecida Arão (CEFET/MG)

Prof^a. Dr^a. Maria Ângela Paulino Texeira Lopes (PUC Minas)

Prof. Dr. Romison Eduardo Paulista (Faculdades Kennedy)

Prof. Dr. Hugo Mari – PUC Minas (Orientador)

Belo Horizonte, 2 de Agosto de 2018.

*Para minha mãe, Sebastiana, que me ensinou
mais do que eu poderia aprender em mil livros.*

AGRADECIMENTOS

À minha família por ser tão maravilhosa. Todo agradecimento que penso em fazer é pequeno diante do presente que é tê-los em minha vida. Cada conquista só faz sentido porque sei que comemoraremos juntos. Muito obrigada mãe, irmãos e sobrinhos, amo vocês!

Ao meu orientador, Hugo Mari, que me fez apaixonar, ainda na graduação, pela análise do discurso. Que em cada palavra ou silêncio me ajudou a entender o “fazer-científico” e umas profundidades de mim.

Aos queridos professores da PUC Minas que estiveram comigo nos últimos 6 anos, e que contribuíram para que eu vivesse profundos e contínuos processos de desconstrução e reconstrução. Agradeço, especialmente, às professoras Maria Ângela Paulino e Sandra Cavalcante que me ensinaram a força de ser uma educadora humana e terna.

Aos meus colegas de turma, tanto da graduação quanto do mestrado, pela oportunidade de compartilharmos conhecimentos e experiências. Agradeço, especialmente, aos amigos que fiz no caminho: Karol, por ter sido tão “ouvido”. As conversas com você acalmam minhas angústias; Romison, pelas leituras atentas, pelas sábias contribuições e pelas alegres recitações; Marcelitcha, pelos “tudo vai dar certo, miga”; Wellington e Lucélia, sinto falta das nossas risadas, do quanto ríamos de nós mesmos.

Às minha amigas, Carolzinha, por existir e ser a melhor amiga; Brenda Izadora, pelos doces, todos eles; Raquel e Ana, pelos rituais feministas na floresta e por me fazerem me sentir em paz para ser “eu”; Santos e Sanches, por serem do rolê e da vida; Meninas do fut, por me ajudarem a aliviar os momentos de tensão.

Ao universo, às deusas, aos orixás... como quiserem chamar. Posso ter dúvida a quem agradecer, mas com certeza não há dúvidas que motivos, tenho mil. Sou grata, por exemplo, pela bolsa de estudos concedida pela Fapemig, especialmente, levando em consideração este momento de grandes cortes no investimento ao fomento de pesquisas. Mas, como toda certeza, a minha maior gratidão é ter tantas mulheres maravilhosas na minha vida. É tão reconfortante saber que estamos juntas. É certo, a revolução será feminista ou não será.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar mecanismos discursivo-argumentativos nas relações dialógicas entre instância política e instância cidadã em ambiente digital, investigando como essas instâncias enunciativas se instauram e como forjam o outro discursivamente, levando em consideração as relações de poder e gênero. Para este estudo temos como corpora o pronunciamento de afastamento definitivo da presidência da República da ex-presidente Dilma Rousseff publicado em seu perfil no *Facebook* e comentários-resposta de locutores-internautas, que são analisados para fins didáticos separadamente, nas partes 2 e 3. Nosso estudo se fundamenta teoricamente a partir da tentativa de confluência entre teorias linguísticas, teoria dos atos de fala (TAF) e teoria retórica-argumentativa, e algumas proposições de quadros da teoria sociológica, especialmente com os postulados dos teóricos Pierre Bourdieu (2007) com o livro “A dominação masculina” e Émile Durkheim (2007) com a obra “As regras do método sociológico”. Nessa direção, este trabalho se justifica, na medida em que pretende refletir e analisar aspectos que julgamos serem de bastante relevância na atual conjuntura político-social brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso Político; Relações de poder e gênero; Mulher; Ambiente digital.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the discursive-argumentative mechanisms in the dialogical relations between political instance and citizen instance in digital environment. To do so, we investigated how the enunciative instances are established and how they manipulate the other discursively, taking into account the power and gender relations shown in the corpora. The corpora of this study consists on the removal from presidency pronouncement made by the former President Dilma Rousseff published on her Facebook profile, and comments-response from internet users. Both parts are analyzed separately in parts 2 and 3 for didactic purposes. Our study is theoretically based on the attempt of confluence between linguistic theories (TAF) and rhetorical-argumentative theory, and some propositions of sociological theory, especially through the Pierre Bourdieu's postulates (2007) in the book "La Domination Masculine" and Émile Durkheim (2007) work "Les règles de la méthode sociologique". Therefore, this work is justified by its intends to reflect and analyze aspects that we believe are of great relevance in the current Brazilian political-social scenario.

KEY-WORDS: Political discourse; power and gender inequality; women; digital environment.

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1- Processo enunciativo	41
Esquema 2 - A força ilocucional de um ato de fala	44
Esquema 3 - Superposição de imagens que reafirmam o ethos de injustiçada	66
Esquema 4 - Superposição de imagens que reafirmam o ethos de boa gestora	70
Esquema 5 - Direcionamento dedutivo para fazer-sentir indignação	72
Esquema 6 - Direcionamento dedutivo para fazer-sentir admiração e repúdio	73
Esquema 7 - Relações no processo de fazer-sentir	73
Esquema 8 - Constituição do ethos efetivo	99

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Apoiadores e imprensa esperando o pronunciamento	51
Imagem 2 - Dilma Rousseff acompanhada de apoiadores.....	53
Imagem 3 - Comentário em resposta ao pronunciamento (1)	85
Imagem 4 - Comentário em resposta ao pronunciamento (2)	87
Imagem 5 - Comentário em resposta ao pronunciamento (3)	89
Imagem 6 - Comentário em resposta ao pronunciamento (4)	90
Imagem 7 - Comentário em resposta ao pronunciamento (5)	91
Imagem 8 - Comentário em resposta ao pronunciamento (6)	92
Imagem 9 - Comentário em resposta ao pronunciamento (7)	94
Imagem 10 - Comentário em resposta ao pronunciamento (8)	94
Imagem 11 - Comentário em resposta ao pronunciamento (9)	95
Imagem 12 - Comentário em resposta ao pronunciamento (10)	97
Imagem 13 - Comentário em resposta ao pronunciamento (3)	100
Imagem 14 - Comentário em resposta ao pronunciamento (11)	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Os três gêneros do discurso	37
Quadro 2 - Oposição na constituição do auditório.....	52
Quadro 3 - Descrição pragmática do ato (1)	56
Quadro 4 - Descrição pragmática do ato (2)	57
Quadro 5 - Descrição pragmática do ato (3)	57
Quadro 6 - Descrição pragmática do ato (4)	58
Quadro 7 - Descrição pragmática do ato (5)	58
Quadro 8 - Descrição pragmática do ato (6)	61
Quadro 9 - Descrição pragmática do ato (7)	62
Quadro 10 - Descrição pragmática do ato (8)	63
Quadro 11 - Descrição pragmática do ato (9)	64
Quadro 12 - Descrição pragmática do ato (10)	68
Quadro 13 - Descrição pragmática do ato (11)	68
Quadro 14 - Descrição pragmática do ato (12)	74
Quadro 15 - Descrição pragmática do ato (13)	75
Quadro 16 - Descrição pragmática do ato (14)	79
Quadro 17- Descrição pragmática do ato (15)	79
Quadro 18 - Descrição pragmática do ato (16)	80
Quadro 19 - Descrição pragmática do ato (17)	81
Quadro 20 - Descrição Pragmática do ato (18).....	85
Quadro 21 - Descrição pragmática do ato (19)	86
Quadro 22 - Descrição pragmática do ato (20)	87
Quadro 23 - Descrição pragmática do ato (21)	88
Quadro 24 - Descrição pragmática do ato (22)	89
Quadro 25 - Descrição pragmática do ato (23)	90
Quadro 26 - Descrição pragmática do ato (24)	92
Quadro 27 - Descrição pragmática do ato (25)	95
Quadro 28 - Descrição pragmática do ato (26)	96

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
INTRODUÇÃO	13
PARTE I: ORIENTAÇÕES TEÓRICAS	17
1.1 Mulher: poder, história e opressões	17
1.1.1 A Dominação Masculina (Por que estudar gênero?)	17
1.1.2 Breve perspectiva histórica da mulher na política brasileira	26
1.1.3 Primeira presidente brasileira: pequena biografia de Dilma Rousseff.....	28
1.2 Considerações gerais sobre o processo discursivo	30
1.2.1 Algumas considerações sobre discurso político	33
1.3 Considerações gerais retórico-argumentativas	36
1.3.1 Tríade das provas retóricas – <i>logos</i> , <i>ethos</i> e <i>pathos</i>	38
1.4 Teoria dos atos de fala.....	40
1.4.1 Considerações gerais sobre a Teoria dos Atos de Fala (TAF)	40
1.4.2 Força ilocucional de um ato de fala.....	42
1.4.3 Direção de ajustamento: correlação entre PALAVRA-MUNDO	46
PARTE II: ANÁLISE DO PRONUNCIAMENTO DE AFASTAMENTO DEFINITIVO DE DILMA ROUSSEFF	48
2.1 Breve comentário sobre o contexto político: polarização e esgarçamento do tecido social	48
2.2 A “mise en scène” que precede o pronunciamento.....	50
2.3 Desdobramentos da intersecção e constituição de <i>ethos</i> em um projeto retórico-argumentativo	54
2.4 A emoção no discurso político: Estudo das estratégias enunciativas de patemização.....	71
2.5 Visada de “incitação”: Considerações sobre o fazer-fazer.....	78
PARTE III: ANÁLISE DE COMENTÁRIOS EM RESPOSTA AO PRONUNCIAMENTO	84
3.1 Representações de Dilma Rousseff: a caracterização da presidente pelos locutores-internautas.....	84
3.1.1 Representações positivas de Dilma Rousseff: forte, guerreira, honesta, valente, decente, precursora	84

3.1.2 Representações negativas de Dilma Rousseff: má-oradora, má-gestora, corrupta.....	91
3.2 As representações de Dilma Rousseff sustentadas por oposições homólogas	98
PARTE IV: CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS.....	107
ANEXO	110

INTRODUÇÃO



Um sábado qualquer – Carlos Ruas

A história política democrática brasileira, apesar de jovem, é marcada por fortes tensões e desafios na manutenção do *status* democrático. Como podemos ver evidenciado em uma rápida retrospectiva, levando em consideração o destino da maioria dos presidentes popularmente eleitos no nosso país, em que temos: o suicídio de Getúlio Vargas; o exílio de Juscelino Kubitscheck; a renúncia de Jânio Quadros; a deposição de Jango; o impeachment de Fernando Collor e o de Dilma Rousseff, e mais recentemente, a condenação de Luís Inácio Lula da Silva.

Na última meia década, com início no governo de Dilma Rousseff, último governo advindo do voto popular, temos quatro momentos extremamente importantes e conflituosos: 1- Manifestações de 2013, com pautas de reivindicação de cunho municipal, que posteriormente se federalizaram. 2- As acirradas eleições de 2014, com a disputa entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), evidenciando a forte polarização política presente no país. 3- O impeachment de Dilma Rousseff que foi caracterizado como golpe por parte da população. 4- O julgamento de Luís Inácio Lula da Silva pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, TRF4, que foi considerado por uma parcela da sociedade brasileira como uma fraude para tentar impedir a candidatura do ex-presidente em 2018.

As quatro situações apresentadas são muito importantes para a história do nosso país, pois elas impactam e impactarão fortemente a conjuntura política brasileira, e que assim, acreditamos carecerem de investigações e análises. Nesse panorama, decidimos analisar neste trabalho um desses momentos: o afastamento de Dilma Rousseff do cargo de presidente da república. Realizamos essa escolha

levando em consideração, majoritariamente, a possibilidade de favorecer o estudo das relações de poder e gênero no embate discursivo, visto que, este trabalho se organiza em torno da vontade de analisar e estudar sobre gênero e poder no discurso político. Com isso, buscaremos realizar a análise dos mecanismos discursivo-argumentativos, tentando em alguma medida, integrá-la a quadros teóricos da Sociologia, apoiando-nos nas discussões de Bourdieu (2007) e Durkheim (2007).

Dessa maneira, selecionamos para compor o corpus o pronunciamento de afastamento definitivo da república de Dilma Rousseff, publicado em seu perfil no *Facebook*, e alguns comentários-resposta de locutores-internautas do mesmo site de relacionamento. O pronunciamento foi publicado no *Facebook* no formato de vídeo, em uma transmissão online, contudo, nosso objetivo não é realizar uma análise aprofundando em aspectos semióticos, portanto, transcrevemos o pronunciamento, como apresentamos no anexo, e na maioria das vezes nos detivemos somente aos aspectos linguísticos.

Na seleção e coleta dos comentários-resposta também encontramos algumas especificidades, tais como: a) a publicação do pronunciamento de afastamento da república da ex-presidente Dilma Rousseff contou com mais de 104 mil comentários, quantidade bastante elevada para que todos os comentários fossem lidos e avaliados. Diante dessa impossibilidade, coletamos os comentários que comporiam o corpus do nosso trabalho a partir da ordem que eles foram apresentados pelo *Facebook*, selecionando-os levando em consideração se os comentários apresentavam alguma representação da ex-presidente, que poderia ser tanto favorável como contrária a ela, tentando escolher uma quantidade aproximada de comentários nas duas tendências. b) O *Facebook* oferece ao usuário a possibilidade de editar ou excluir os comentários, sendo que, assim que o comentário era lido e identificada a presença de representações de Dilma Rousseff ele era *printado*, ou seja, a tela era capturada em forma de imagem pela tecla print screen, para garantir que o comentário não fosse alterado ou excluído.

O processo de escolha do pronunciamento em consonância com os comentários-resposta se deu a partir da necessidade de proposição de uma análise que investisse nas relações dialógicas entre instância política e instância cidadã, e para tal empreitada a internet, especificamente o Facebook, se viabilizou como um grande facilitador, visto que as redes sociais se apresentam como mediadores que

propiciam a discussão e a prática cidadã. Podemos considerar, por exemplo, o grande alcance dos sites de relacionamento, de acordo com o Facebook¹, são mais de 100 milhões de brasileiros conectados à plataforma. Os mecanismos de utilização também ressaltam uma fórmula bastante atrativa: facilidade em apresentar as ideias (só postar na *timeline*) + possibilidade de dialogar com muitas pessoas (função de compartilhar e comentar publicações).

Na ocasião de julgamento do ex-presidente Lula pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por exemplo, a *hashtag*² “TRF-4” ficou em primeiro lugar no *trending topics*³ mundial. Nesse contexto, a força das redes sociais como ferramenta para propiciar discussões políticas e impactar às eleições tem sido bastante considerada. Especialmente, após a última eleição para presidente nos EUA em 2017, em que o *Facebook* foi acusado de vazamento de dados de 87 milhões de usuários norte-americanos, supostamente utilizados como estratégia de manipulação de intenção de votos à favor de Donald Trump.

Pela internet se estabelece uma nova maneira de comunicar, propiciando que o diálogo aconteça em um ambiente com menos hierarquizações. Sem as oportunidades oferecidas pela internet, para que um discurso tivesse maior alcance era preciso que ele estivesse associado a um grande veículo de comunicação, e talvez, ainda assim o alcance se daria de forma mais contida. Ademais, essa condição já restringe e limita grande parte da população, como por exemplo, a necessidade de ser um profissional do jornalismo ou um expert no assunto abordado.

Isto posto, parece-nos suficiente fazer uma breve apresentação do percurso de investigação deste trabalho, para assim completar essa introdução. Deste modo, esta dissertação será dividida em quatro partes. Na primeira parte, dividida em quatro seções, apresentaremos as orientações teóricas que sustentarão esta dissertação. Iniciaremos a apresentação do arcabouço teórico com a temática da dominação masculina, desenvolvendo uma discussão que pretenderá justificar a importância de se estudar sobre gênero e sua pertinência neste trabalho.

Em seguida, faremos algumas considerações sobre o processo discursivo e algumas reflexões retórico-argumentativas, em que discutiremos sobre as

¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/business/news/102-milhes-de-brasileiros-compartilham-seus-momentos-no-facebook-todos-os-meses>

² Palavra ou frase antecedida de cerquilha/jogo da velha, utilizada virtualmente com a finalidade de identificar com maior facilidade mensagens relacionadas a um tema.

³ Recurso que mede popularidade no *Twitter*.

dificuldades de definição e entendimento do termo discurso político, posteriormente, realizaremos uma rápida explanação sobre o percurso histórico do sistema retórico, ressaltando a importância de considerar a tríade (*logos*, *ethos* e *pathos*) em pé de igualdade, de modo que, na análise dos processos discursivos haja correlação entre elas. Ao final da primeira parte, faremos algumas considerações gerais sobre a TAF, teoria dos atos de fala, apontando para a proposição de um novo viés teórico, evidenciando a contribuição da teoria para uma virada pragmática nos estudos linguístico-discursivos.

Na segunda parte “Análise do pronunciamento de afastamento definitivo de Dilma Rousseff” proporemos uma discussão sobre o esgarçamento do tecido social e os intensos processos de polarização de posicionamentos políticos no contexto brasileiro. Logo após, realizaremos uma breve análise de signos que antecederam o discurso realizado pela ex-dirigente, como por exemplo, o lugar em que o discurso foi realizado e qual era a organização e composição do auditório. Por último, faremos uma abordagem fundamentada na análise retórico-argumentativa, em razão de estratégias de construção de *ethos* e dos efeitos patêmicos vislumbrados sobre o auditório, considerando as visadas discursivas, em que o EUC pretende fazer-criar para fazer-sentir para fazer-fazer.

Na terceira parte, “Análise de comentários em resposta ao pronunciamento”, estabeleceremos uma análise contrastiva a partir dos aspectos retórico-argumentativos apresentados na segunda parte. Desse modo, analisaremos as representações da ex-presidente realizadas pelos locutores-internautas. Na quarta, e última parte, nas “Considerações finais” vamos realizar uma síntese a partir das análises que realizamos ao longo do trabalho, com algumas ponderações, tentativas e reflexões.

PARTE I: ORIENTAÇÕES TEÓRICAS

1.1 Mulher: poder, história e opressões



Mafalda - Quino

Na contemporaneidade muitos estudiosos têm se dedicado a pesquisar e discutir sobre as problemáticas que envolvem as questões de gênero, como por exemplo, os papéis sociais desempenhados pelas mulheres, em que a manifestação do feminino é marcada por muitas tensões. Deste modo, se instauram vários discursos que corroboram para o reconhecimento e ascensão da mulher, em contrapartida, outros que minimizam as reivindicações e o papel de destaque das mulheres na transformação e manutenção do tecido social. É importante que reconheçamos como esses discursos se estruturam e se fundamentam, quais são as estratégias utilizadas e suas intenções. Entretanto, é importante que analisemos também quem produz esses discursos e quais são os lugares que esses sujeitos ocupam, levando em consideração, por exemplo, quais são as mulheres que participam das práticas discursivas feministas?

Frente a isso, nesta seção, abordaremos alguns aspectos relacionados a história, poder e opressões envolvendo a mulher, privilegiando a discussão sobre a dominação masculina como um fenômeno complexo das sociedades humanas, refletido no âmbito cultural, social e discursivo. Nesta seção teremos como arrimo, principalmente, os postulados dos teóricos Pierre Bourdieu (2007) e Émile Durkheim (2007).

1.1.1 A Dominação Masculina (Por que estudar gênero?)

Na sociedade, encontramos padrões, formas de agir, pensar, posicionar, em que a ordem do mundo e de como vivê-lo, com suas determinações, obrigações e sanções estão estabelecidos de forma contundente. São estipuladas condutas e modos de pensamento que são exteriores aos indivíduos, ou seja, existem fora das consciências individuais, de modo que os sujeitos não constroem sozinhos seus próprios posicionamentos e atitudes, ao contrário disso, ele os reproduz, apresentando o que foi aprendido pela educação, como a língua falada, as vestimentas utilizadas, as transações monetárias, os hábitos alimentares, práticas profissionais, etc.

Grosso modo, formas de agir que já estavam determinadas antes de nascermos e que nos foram ensinadas a partir de uma força imperativa e coercitiva, imposta independentemente do nosso desejo. Mesmo que aceitemos todas as determinações de bom grado, é inegável o caráter de coercibilidade, mesmo que ele seja indireto, basta que nos recusemos acatar algum desses comportamentos socialmente ensinados que perceberemos sua força coercitiva a partir da resistência que dela advém,

ainda que, de fato, eu possa libertar-me dessas regras e violá-las com sucesso, isso jamais ocorre sem que eu seja obrigado a lutar contra elas. E ainda que elas sejam finalmente vencidas, demonstram suficientemente sua força coercitiva pela resistência que opõem. (DURKHEIM, 2007, p. 3)

No Brasil, por exemplo, temos como idioma oficial a Língua portuguesa, mas não há nada que impeça nenhum brasileiro de se comunicar utilizando outra língua, pode-se escolher fazer uso de qualquer língua irrestritamente. Entretanto, se a escolha de se comunicar com os compatriotas utilizando outra língua for feita, a incidência em fracasso é quase certa. Mesmo que não haja uma coerção direta, como por meio de leis, existe inegavelmente uma coerção indireta que impossibilita outra forma. Existem casos em que há a possibilidade de nos libertarmos de "regras" e violá-las com considerável sucesso, mas de toda forma haverá que se lutar contra as forças vigentes, sustentando-se diante da oposição.

Emerge, portanto, uma doxa, conjunto de ideias que define relações de dominação, de privilégios, de requisitos de existência em sociedade, essas condições limitam e encarceram os indivíduos dentro de uma bolha pré-determinada ao seu cumprimento, encarceramento realizado de várias maneiras, se valendo de dicotomizações variadas, tais como: masculino/feminino, branco/preto, velho/novo,

grande/pequeno, magro/gordo, rico/pobre etc. Nesse bojo, uma polarização importante para a investigação desenvolvida neste trabalho é a oposição homem/mulher, mais especificamente nas emergências discursivas e retórico-pragmáticas da dominação masculina.

Em linhas gerais, compreenderemos a dominação masculina como um fenômeno que se dá na realização cultural, fundamentado por um longo processo de tornar natural o que é um construto socialmente forjado na história humana. Isto é, fenômeno estabelecido a partir da determinação de papéis sociais em função da posituação do masculino em detrimento da negação do feminino, inclusive no masculino, em que o homem é ensinado a abster-se do que é tido como feminino, como por exemplo, o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos.

Nessa perspectiva, a atuação profissional é generificada, de modo que o gênero se torna crucial para o estabelecimento de políticas de emprego, tais como remuneração, qualificação e plano de carreira. Quando o homem exerce trabalhos do cotidiano familiar a relação de reconhecimento se dá de forma diferente, quando isso acontece, não é incomum relatos como *"Meu marido é ótimo! Ele me ajuda nos afazeres domésticos"*. Ao considerarmos essa frase cotidiana, por exemplo, encontramos alguns aspectos pertinentes em vários níveis, que nos remetem ao processo de generificação inicialmente proposto, como:

I – a forma verbal "ajuda" é estabelecida a partir de uma relação de tensão com a noção de compartilhar. O sentido delegado ao termo ajuda, no contexto aludido, retira o peso de responsabilidade, pois ao denotar um tom de favor/auxílio reafirma que a incumbência pelo trabalho doméstico é da mulher. O que se salienta em como a frase ganharia uma nova conotação se fosse *"Meu marido é ótimo, nós compartilhamos/dividimos os afazeres domésticos"*, se evidenciaria o caráter de coparticipação e dupla obrigação pelos afazeres domésticos, ainda que "Meu marido é ótimo" tem uma forte carga semântica, como destacaremos no próximo item;

II – o conteúdo proposicional do enunciado aponta para uma valoração positiva quanto ao homem em "meu marido é ótimo". O marido é adjetivado favoravelmente como "ótimo", termo que acentua a consideração anterior, isto é, "é ótimo porque ajuda nos afazeres domésticos". No entanto, se a realização dos trabalhos domésticos fosse considerada uma função destinada tanto ao

marido quanto a esposa, se a coparticipação fosse um valor da nossa sociedade, a caracterização não faria muito sentido, ficaria algo como "*Meu marido é ótimo! Ele trabalha*", ou seja, trabalhar não faz com que o marido se constitua como ótimo, pois vivemos em uma sociedade que reconhece o trabalho como uma função normal da vida adulta. É esperado que na fase adulta as pessoas consigam prover o seu sustento. Dessa forma, o adjetivo "ótimo", assim como a forma verbal "ajuda" estão a serviço de reforçar a ideia de que não há obrigatoriedade, e ademais, confirmar a quem ela cabe.

III – E, por fim, a instância enunciativa, a esposa, deixa "vazar" certas concepções que tem sobre os modos de viver em sociedade, sobre o papel que os indivíduos possuem na organização do tecido social, especialmente no que diz respeito a divisão do trabalho a partir do gênero dos sujeitos.

Essas ponderações são importantes para que possamos discutir sobre a força do processo de naturalização da dominação masculina, refletindo sobre como as "expectativas coletivas" se inscrevem profundamente nos corpos, de tal forma que, até mesmo o dominado reproduz e legitima a lógica do dominador e da dominação que o oprime, aplicando esquemas que são produtos de processos de percepção e vivências estruturados pela relação de controle imposta pela doxa.

De acordo com a pesquisa "Licença-maternidade e suas consequências no mercado de trabalho do Brasil"⁴, feita com 247 mil mulheres pela Fundação Getúlio Vargas, 48% das mulheres são demitidas após a licença-maternidade. Ou seja, é negado às mulheres a ocupação do mercado de trabalho, e conseqüentemente, elas são direcionadas para a dedicação aos trabalhos domésticos. Essa situação, dentre várias outras, aponta para uma "impotência aprendida", isto é, a mulher ao vivenciar várias experiências que a desencoraja, que faz com que ela ajuste suas aspirações às possibilidades vigentes, que a posiciona no mundo a partir de uma ordem hierarquicamente inferior, numa lógica sexuada que a diminui, inscreve internamente no seu corpo o que é ser mulher, como aponta esse relato apresentado por Bourdieu (2007).

Quanto mais eu era tratada como mulher, mais eu me tornava mulher. Eu me adaptava, com maior ou menor boa vontade. Se acreditavam

⁴ Disponível em:

http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17859/The_Labor_Market_Consequences_of_Maternity_Leave_Policies_Evidence_from_Brazil.pdf?sequence=1&isAllowed=y

que eu era incapaz de dar marcha à ré, ou de abrir garrafas, eu sentia, estranhamente, que me tornava incompetente para tal. Se achavam que uma mala era muito pesada para mim, inexplicavelmente, eu também achava que sim. (BOURDIEU, 2007, p.77)

Uma das formas de validar oposições entre o feminino e o masculino é através do corpo, não apenas com a diferenciação do que é anatomicamente diferente entre homens e mulheres, como por exemplo, os órgãos genitais, mas também quanto a construção social do corpos, ainda que essa construção se dê em função de uma topologia sexual do corpo socializado. As meninas, por exemplo, são ensinadas a assentar de forma diferente dos meninos, as meninas são incentivadas a cruzar as pernas, não deixá-las abertas, enquanto ao menino isso não é solicitado. É comum, quando observamos a ocupação de assentos compartilhados por homens e mulheres, por exemplo, que as mulheres fiquem em uma posição bem menos confortável, muitas vezes não tendo o seu espaço respeitado.⁵

A relação com os corpos é ensinada diametralmente entre os sexos, inclusive a relação com o corpo do outro, que se dá a partir de incentivos e reclusões distintas. A mulher desde criança é ensinada que a vagina deve ser bastante escondida, inclusive de si mesma, colocada sob proteção, além de aprender uma série de adjetivos negativos sobre ela, como feia e mal cheirosa, enquanto que o pênis é apresentado como sinônimo de força e capacidade.

Nesse sentido, nos parece conveniente compreender a dominação masculina como uma forma de violência simbólica, pois como pontua Bourdieu (2007), a força simbólica não necessita de coação física, ela se inscreve nos corpos, assumindo a forma de emoções corporais, como a raiva, a culpa, em que há, por exemplo, a vergonha pelo feminino e a admiração e respeito pelo masculino. A violência simbólica consegue força para agir sobre os corpos pela ausência de coação física, mas também, e imprescindivelmente e silenciosamente, através da familiarização com a doxa, ou seja, uma experiência longa e precoce com interações estruturadas pela dominação masculina.

É importante ponderar que a doxa incorporada é difícil de ser rompida pois não se pode superá-la somente por esforço próprio ou a partir de uma tomada de consciência, pois como afirma Bourdieu (2007), seria ilusório acreditar que a violência simbólica pode ser vencida apenas se valendo da consciência ou da vontade, pois os

⁵ Essa ocupação desproporcional de espaços públicos é chamada *manspreading*, que já desencadeou, inclusive, algumas campanhas na Europa buscando combater a prática.

efeitos e as condições de sua eficácia estão sob as formas de predisposições (aptidões, inclinações) inscritas no mais íntimo dos corpos.

Nessa direção, a oposição entre o feminino e o masculino se insere assim, como nos apresenta Bourdieu (2007) a partir de um sistema de *oposições homólogas*⁶, como dentro/fora, em cima/ embaixo, na frente/atrás, duro/mole etc. Constrói-se a partir do mundo social o corpo como realidade sexuada, como provedor de divisão, de oposição entre os sexos, a diferenciação entre o corpo masculino e feminino, ao se apresentar em uma realidade biológica, constrói uma justificativa natural das diferenças socialmente projetadas entre os gêneros, que se direciona para a manutenção de uma visão mítica do mundo, construindo uma ordem social, de maneira que

a definição social dos órgãos sexuais, longe de ser um simples registro de propriedades naturais, diretamente expostas à percepção, é produto de uma construção efetuada à custa de uma série de escolhas orientadas, ou melhor, através da acentuação de certas diferenças, ou do obscurecimento de certas semelhanças. (BOURDIEU, 2007, p.23)

A polarização entre feminino e masculino, assim como outras dicotomias, constitui uma doxa que busca sustentar as relações simbólicas de poder justificando-as em função de dimensões naturais, como por exemplo, a justificativa de que as mulheres não devem ocupar cargos de chefia porque elas possuem muitas oscilações hormonais, oscilações que se asseveram com a TPM, tensão pré-menstrual. Ou seja, as dimensões simbólicas, as formas como as diferenças e semelhanças são vistas e organizadas social e economicamente, são naturalizadas, forjando-se assim, a naturalização do arbitrário, em que construtos sociais são elaborados como naturais, em que

a divisão entre os sexos parece estar na 'ordem das coisas', como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas 'sexuadas'), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 2007, p.17)

E também como pontua Woolf (1997),

⁶Essas oposições podem ser lidas sob óticas diferentes da questão de gênero, isto é, como forma de concepção que vale também para classes sociais, etnias, relações profissionais e talvez para as próprias relações de produção. Entretanto consideramos as oposições homólogas de forma mais restrita, a partir das oposições entre masculino e feminino, pois se alinha melhor com o que pretendemos neste trabalho.

Inevitavelmente, nós consideramos a sociedade um lugar de conspiração, que engole o irmão que muitas de nós temos razões de respeitar na vida privada, e impõe em seu lugar um macho monstruoso, de voz tonitruante, de pulso rude, que, de forma pueril, inscreve no chão signos em giz, místicas linhas de demarcação, entre as quais os seres humanos ficam fixados, rígidos, separados, artificiais. Lugares em que, ornado de ouro ou de púrpura, enfeitado de plumas como um selvagem, ele realiza seus ritos místicos e usufrui dos prazeres suspeitos do poder e da dominação, enquanto nós, "suas mulheres", nos vemos fechadas na casa da família, sem que nos seja dado participar de nenhuma das numerosas sociedades de que se compõe a sociedade. (WOOLF, 1997, p.200)

Dessa maneira, a força da dominação masculina se engendra em um sistema que busca não precisar se legitimar, pretendendo se estabelecer como neutra e natural, em que não há necessidade da construção de discursos que a justifiquem. Ou seja, estruturando-se em uma organização social, de mecanismos profundos de efeitos simbólicos, de representações, que ratificam a dominação masculina. Com isso, busca se estabelecer em um terreno extremamente profícuo, em que todas as condições para a sua realização estejam presentes, investidas de uma objetividade do senso comum, de um caráter dóxico, que sejam continuamente legitimada pelas práticas que determina.

Muitos avanços já foram e são dados em direção ao combate do *status quo* de dominação masculina. Especialmente em razão das lutas que são e já foram travadas pelos movimentos feministas, construindo narrativas que refutam o ideário de neutralidade concebida a dominação masculina, negando também o caráter natural que forjou culturalmente ao homem o papel de superioridade nas relações de poder.

Entretanto, em muitos contextos sociais, em algum nível, a naturalização da opressão se efetua, ainda que com aparência diferente, como na participação das mulheres em outras práticas de trabalho, ocupando outros ambientes além do doméstico, mas ocupando funções de uma divisão sexuada do trabalho. Como por exemplo, professora, enfermeira, secretárias, que de alguma forma se assemelham ao ambiente doméstico, em que majoritariamente um homem é o chefe, e quanto melhor remuneradas ou ditas como profissões qualificadas é menor a presença feminina.

Independentemente da profissão, as mulheres são menos remuneradas que os homens. Dados⁷ mostram que um homem brasileiro ganha em média R\$ 1.522 por mês, enquanto uma mulher recebe R\$ 1.123, a diferença aumenta ainda mais se

⁷ Estatísticas de Gênero do IBGE, um recorte inédito de dados realizado pelo Censo de 2010.

considerarmos algumas áreas de atuação, como o setor de engenharia, produção e construção, em que os homens recebem em média R\$ 5.985,60 enquanto as mulheres R\$ 3.976,10, diferença ainda mais considerável. É grande também a falta de representatividade das mulheres em cargos políticos, de gerência e chefia, ausência que tenta se justificar a partir de capacitações sexualmente conotadas, almejando um profissional que disponha de um conjunto de atributos que se constituem de forma oposta às mulheres. Portanto,

para chegar realmente a conseguir uma posição, uma mulher teria que possuir não só o que é explicitamente exigido pela descrição do cargo, como também todo um conjunto de atributos usualmente ao cargo, uma estatura física, uma voz ou aptidões como a agressividade, segurança, a "distância em relação ao papel", a autoridade dita natural etc., para as quais os homens foram preparados e treinados tacitamente enquanto homens. (BOURDIEU, 2007, p.78)

Para que a mulher consiga alcançar cargos considerados mais altos, de maior poder, a partir da lógica da dominação masculina estabelecida, ela deverá romper com o que é socialmente esperado de uma mulher, ou mais que isso, se afastar do que é tido como feminino, se encaminhando para o masculino. Se distanciando de comportamentos que são associados à feminilidade, a partir de uma visão mais tradicional, em que os papéis sociais de gênero são bem delimitados, como a delicadeza, insegurança, falta de autoridade, e em contrapartida, demonstrar comportamentos associados à masculinidade, como ser agressiva, firme, segura, não se deixar levar por emoções.

Sendo assim, a mulher deverá romper com os padrões de comportamento que caracterizam a feminilidade, a partir de padrões conservadores, para assim, conseguir ascender profissionalmente. Uma situação recente que ilustra muito bem a discussão, é a de que no início de candidatura para presidência da república em 2011, Dilma Rousseff era reconhecida como linha-dura, mandona e agressiva, estigma que a acompanhou durante todo o seu primeiro mandato, especialmente, a imagem de agressiva, que não se abre para o diálogo.

O patriarcado se encarrega de deixar a mulher concretamente constituída como "Outro", destituindo-a de sua condição humana, não é incomum que a capacidade intelectual da mulher seja questionada ou negada, aprisionando-a na posição de passiva, em que o homem é o centro, de tal forma que a interação humana se constitui para benefício masculino, afinal, a sociedade é dominada por homens e pensada para

homens. Nesse sistema social, a mulher assume o papel de subserviência, de inferioridade, de total disparidade. Estabelecendo, portanto, grande relação entre o patriarcado e machismo.

A história nos mostrou que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos, desde os primeiros tempos do patriarcado; julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como Outro (BEAUVOIR, 1980, p. 179).

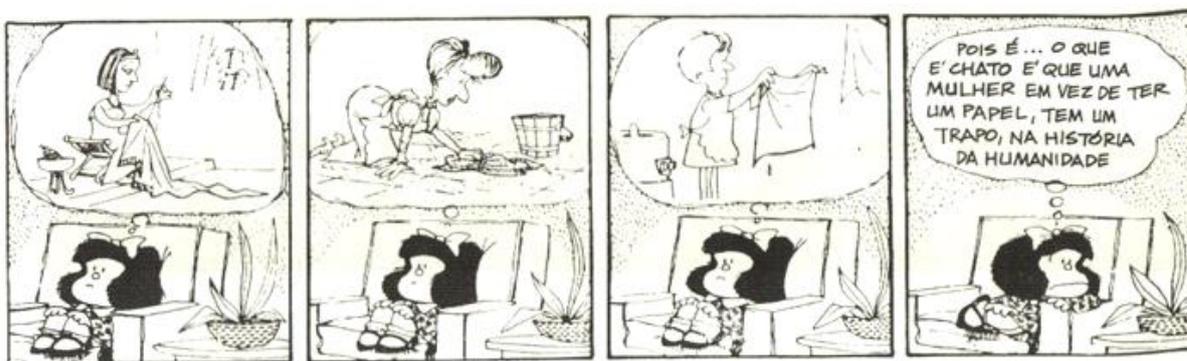
O patriarcado se constitui pela formação de uma sociedade de autoridade e poder masculino, o machismo se dá como justificativa para tal, construindo a imagem de inferioridade feminina, como afirma Leiner (1994, p.79) "O código do machismo requer que o indivíduo homem faça demonstração de poder físico e dominação social e desdenhe quaisquer traços femininos ou supostamente femininos.". Nesse ensejo, ser mulher é lutar, é lutar para viver e para sobreviver, para não ser mais um número, um caso, um percentual nas estatísticas de violência. Ser mulher é resistir. Especialmente no Brasil, país que ocupa o quinto lugar no ranking de violência contra a mulher divulgado em 2015, em que a taxa de feminicídio é de 4,8 para 100 mil mulheres, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). No Brasil de acordo com pesquisa, divulgada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o Sesc, a cada dois minutos, cinco mulheres são agredidas violentamente; 27 milhões e 200 mil mulheres com mais de 15 anos já sofreram agressões; em 80% dos casos reportados de agressão o marido ou namorado é o responsável. Além da violência física, outras tantas agressões que assolam as mulheres, como violência psicológica, sexual, patrimonial, institucional e moral.

Dessa maneira, acreditamos que se faz necessário repensarmos a naturalização de processos que são de ordem social e cultural, que reflitamos sobre esses fenômenos e entendamos a dominação masculina, como todas as outras dominações, como um artefato cultural e "desnaturalizado", que sigamos construindo discursos que a deslegitimem. Portanto, é muito importante que estudemos e discutamos sobre gênero, especialmente veiculando-o às relações de poder, e que problematizemos as condições de existência social das mulheres, rompendo, de algum modo, com o peso determinístico da atuação social das mulheres, com destinos biologizados e genereficados, que perpetuam e justificam desigualdade entre os gêneros.

Em consonância com a discussão que apresentamos até agora, vamos expor

na próxima seção um pequeno panorama histórico da mulher na política brasileira, visto que, em nosso trabalho enfocaremos a discussão de gênero e poder, mas especificamente, nos atentando à esfera política, na relação entre instância política e instância cidadã.

1.1.2 Breve perspectiva histórica da mulher na política brasileira



Mafalda – Quino

O caminhar político das mulheres no Brasil, e também no mundo, é marcado por forte segregação. Negação de direitos básicos que se estende à exclusão da mulher na sociedade, confluindo no apagamento de sua condição de indivíduo, de ser "uno", sendo associada sempre a um papel social, no qual o homem é o centro, em que é reconhecida como mãe, irmã, esposa, filha...

Dessa forma, as mulheres por muitos anos foram consideradas como não cidadãs, colocadas à margem do interesse público, fora das decisões políticas, fortalecendo o estigma de que as mulheres só deveriam ocupar o ambiente familiar, o posto de tradicional dona de casa, de forma que “as democracias ocidentais definiram espaços e conquistaram direitos de modo completamente assimétrico para homens e mulheres, instaurando e perpetuando profundas desigualdades políticas.”. (MATOS, 2009, p.1).

A luta aconteceu não apenas por direitos políticos, mas também e, anteriormente, por direitos civis, como acesso à educação, até o ano de 1879 a educação superior era proibida para as mulheres brasileiras. Em 1890, data de Proclamação da República, algumas mulheres solicitaram o alistamento eleitoral, mas tiveram seus pedidos negados sob a justificativa de que mulheres possuíam

incompatibilidade natural com a vida política. (VAZ, 2008; SOW, 2009).

Somente em 24 de fevereiro de 1932, pelo Decreto nº 21.076, o voto feminino foi aprovado, entretanto, com algumas ressalvas: para que as mulheres pudessem votar elas deveriam ser casadas e ter a autorização do marido, as mulheres solteiras e viúvas deveriam comprovar renda própria. Ou seja, as mulheres ainda não tinham de fato o direito ao voto, afinal, ele ainda era custodiado pela permissão do marido ou pela comprovação de renda. Dessa forma, mulheres pobres, divorciadas ou de posicionamento político destoante do marido ainda continuavam à margem da vida política, não que as mulheres que pudessem votar estivessem pertencentes ao sistema eleitoral, mas eram minimamente participantes.

Em 1928 a primeira prefeita do Brasil e também da América Latina, Alzira Soriano de Souza, foi eleita em Lajes, cidade do Rio Grande do Norte. Alzira foi eleita num momento em que as mulheres não podiam votar, e venceu com 60% dos votos, pelo Partido Republicano. Nos anos de 1934 e 1935 Getúlio Vargas convocou eleições para uma Assembleia Constituinte, e assim, a primeira deputada federal foi eleita, a médica paulista Carlota de Queirós e também a primeira suplente do Distrito Federal, a Cientista Bertha Lutz, que assumiu em 1936.

Só em 1990, menos de 30 anos, houve representação feminina no Senado, com Marluce Pinto de Roraima, e Junia Marise de Minas Gerais. Posteriormente, em 1994, Roseane foi eleita como a primeira mulher chefe do Estado, representando Maranhão. Dezessete anos depois o Brasil foi pela primeira vez governado por uma mulher, Dilma Rousseff, que tomou posse do cargo de presidente do Brasil. Nesse mesmo ano, em 2011, foram eleitas as primeiras vice-presidentes da Câmara dos Deputados, Rose de Freitas, e do Senado, Martha Suplicy.

É possível constatar, portanto, que o Brasil possui uma história política de representação e participação feminina muito curta que, apesar da batalha por direitos políticos das mulheres ser longa e já possuir uma grande trajetória de lutas, algumas conquistas ainda são muito recentes, como, por exemplo, a eleição da primeira presidenta que ocorreu há apenas seis anos e que teve um fim de mandato bastante abrupto. Assim, como discutiremos melhor na próxima seção, com a apresentação de um breve panorama sobre a trajetória política da ex-presidente Dilma Rousseff e, especialmente, nos parágrafos finais, buscaremos desenvolver uma síntese de acontecimentos que antecederam o pronunciamento de Dilma Rousseff sobre o

afastamento definitivo da presidência da república, na tentativa de trazer um breve panorama do contexto político-social.

1.1.3 Primeira presidente brasileira: pequena biografia de Dilma Rousseff

Dilma Vana Rousseff nasceu no dia 14 de dezembro de 1947, na capital mineira, Belo Horizonte, em uma família de classe média alta. Iniciou seus estudos num tradicional colégio católico, na época chamado Sion, hoje Santa Dorotéia, logo depois foi estudar no Estadual Central, escola que estudou os ex-presidentes Getúlio Vargas e Artur Bernades. Em 1964, durante o Golpe militar, Dilma começou a se interessar pelas lutas sociais, ajudando a fundar o Comando da Libertação Nacional (COLINA), mais tarde em São Paulo, Dilma foi presa, condenada por subversão, ficando presa de 1970 a 1972, no presídio Tiradentes.

Depois da prisão Dilma foi morar no Rio Grande do Sul para ficar mais próxima de Carlos Araújo, seu segundo marido, que na ocasião estava preso na Ilha das Flores. Voltou a estudar, se formou em economia, teve uma filha, Paula. Na década de 80 ajudou a fundar o Partido Democrático Trabalhista, PDT, e foi secretária de Fazenda na Prefeitura de Porto Alegre, anos depois, foi secretária de Minas e Energia. Dilma trocou de partido e em 2000 se filiou ao PT, partido dos trabalhadores. Em 2002, foi convidada para ajudar a construir o novo plano de governo de Lula.

Em 2005 Dilma Rousseff foi escolhida para ocupar a chefia da Casa Civil, sendo futuramente apresentada por Lula como "A mãe do Programa de Aceleração do Crescimento", o PAC, estratégia que pode ser entendida como uma ação para construir uma boa imagem de Dilma, pensando numa possível sucessão no governo federal. Nessa direção, em 2009 Lula indica Dilma como candidata à presidência da República pelo PT. A disputa presidencial em 2010 ficou entre José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT) no segundo turno, em que Dilma ganha com 55.752.529 votos, 12 milhões a mais que Serra.

Em 2013 o Brasil viveu um momento de efervescentes manifestações, chamadas de "jornadas de junho", que inicialmente foram conclamadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo com a motivação de lutar contra o aumento recente das passagens de ônibus. As manifestações se alastraram por todo o país, e em várias cidades elas conseguiram revogar o aumento da passagem.

Entretanto, as manifestações continuaram em muitas regiões do país, com pautas descentralizadas, como cobrança por investimento na saúde e na educação, posteriormente, elas começaram a se federalizar, se concentrando em pautas como a PEC37 e o fim da corrupção. A presidente perdeu 35 pontos na popularidade comparando com o mês de março do mesmo ano, a rejeição também aumentou de 7% para 25% segundo o IBOPE, um aumento bastante significativo.

Em 2014, pretendendo o segundo mandato, Dilma Rousseff disputou novamente as eleições presidenciais. Como na eleição anterior, a disputa entre PT e PSDB aconteceu no segundo turno, mas desta vez o representante do PSDB era Aécio Neves. Dilma Rousseff foi eleita com 54.501.118, enquanto que seu adversário conseguiu 51.041.155, ou seja, em 2014 as eleições foram muito mais acirradas. A vitória de Dilma Rousseff não aconteceu com tanta vantagem como no primeiro mandato, com mais de 12 milhões de votos à frente. Nesse panorama, de uma eleição bastante disputada, a polaridade política e o antipetismo se mostraram com maior força, e assim, o segundo mandato de Dilma Rousseff, desde o início, sofreu represálias e protestos realizado por parte dos eleitores que não aceitaram o resultado das urnas.

Em 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados autorizou o Senado Federal a instaurar o processo de impeachment contra Dilma, com 367 votos a favor, 137 contra, 7 abstenções e 2 ausências. Posteriormente, o Senado Federal autorizou o processo de impeachment e declarou o afastamento da Presidência da República pelo período de 180 dias, com 55 votos a favor, 22 contra e 2 ausências. O vice-presidente, Michel Temer, assumiu as funções de presidente.

Por fim, no dia 31 de agosto de 2016 foi aprovado pelo Senado Federal o impeachment que afastou definitivamente a presidente, com 61 votos a favor e 20 contra, entretanto, Dilma teve garantido os seus direitos políticos, podendo assim exercer funções públicas. O crítico político Jessé Souza, em seu livro "A radiografia do Golpe: entenda como e por que você foi enganado", afirma que 2013, durante as "jornadas de junho", com a mudança de foco, que inicialmente era voltado para o municipal, sendo transferido para o federal, mais especificamente para a presidente Dilma Rousseff, foi o início das estratégias das mídias financeiras e midiáticas que confluíram no afastamento definitivo, caracterizando-as como o momento inicial de construção do golpe que Dilma sofreu em 2016.

Perspectivamente, até aqui apresentamos um breve panorama histórico da participação das mulheres na política brasileira e uma pequena biografia sobre a carreira política de Dilma Rousseff. Sendo assim, essa parte inicial se estruturou diante do objetivo de discutir sobre relações de poder e gênero, uma das bases de sustentação deste trabalho. Em consonância, agora, neste segundo momento, vamos discutir sobre a outra base que fundamenta esta dissertação, que é o processo discursivo, por onde nos enveredaremos nos estudos linguísticos, a partir da análise do discurso.

1.2 Considerações gerais sobre o processo discursivo



Mafalda – Quino

Definir o que seja discurso, não é uma empreitada tão simples, ainda mais atualmente, com a proliferação de teorias e abordagens linguísticas. O termo é empregado com diversas acepções e em contextos diferentes, ainda que nos atendo somente ao campo linguístico e não a outras áreas do conhecimento ou ao senso comum, a noção de discurso é bastante ampla e múltipla.

A noção de discurso é muito cara à diversas áreas do conhecimento, tais como Filosofia, Psicologia, Sociologia, Ciências Sociais, porém, para a Linguística é considerada basilar, afinal, ela está intimamente ligada à concepção de linguagem, como um processo que envolve determinados sujeitos em uma situação concreta de fala.

Como conceito importante aos estudos linguísticos sua trajetória revela-nos algumas particularidades. Exemplo disso, são as considerações apontadas por Charaudeau e Maingueneau, na obra “Dicionário de Análise do Discurso”, ao apresentar sumariamente algumas oposições clássicas: a) discurso vs frase: o discurso é constituído a partir de uma sucessão de frases; b) discurso vs língua: o

discurso é uso da língua em um contexto particular, que filtra valores e pode suscitar novos; discurso vs texto: em que o texto, com seu contexto é incluído no discurso; d) discurso vs enunciado: "um olhar lançado sobre um texto do ponto de vista de sua estruturação "em língua" faz dele um enunciado; um estudo linguístico das condições de produção desse texto fará dele um discurso" (GUESPIN, 1971, p.10, apud CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p.169). Como observado, o discurso tomado quase sempre em oposição à estrutura/materialidade linguística que o compõe.

Os autores do Dicionário de Análise do Discurso afirmam que falar de "discurso" pressupõe uma mudança de determinada concepção de semântica e linguagem, em que diversas correntes da pragmática foram importantes para essa troca de paradigma, de modo a reforçar determinadas "ideias-força", que são a) o discurso supõe uma organização transfrástica; b) o discurso é orientado; c) o discurso é uma forma de ação; d) o discurso é interativo; e) o discurso é contextualizado; f) o discurso é assumido; g) o discurso é regido por normas; h) o discurso é assumido em um interdiscurso.

Os autores defendem a partir dos aspectos apontados anteriormente o caráter eminentemente processual da atividade discursiva. Não mais como produto, como na acepção clássica, mas como uma atividade que pressupõe ação, interatividade, responsividade, contextualização, que seja assumida por sujeitos engajados socialmente, etc. evidentemente, essa forma de conceber a atividade discursiva é reflexo dos avanços dos estudos enunciativos em suas bases teórico-metodológicas.

Para elucidarmos um pouco melhor a noção de discurso que sustentará este trabalho vamos apresentar algumas acepções de importantes estudiosos da Linguística que se debruçaram sobre a análise do processo enunciativo considerando o termo discurso. Inicialmente consideramos as proposições de Benveniste e Bakhtin (Voloshinov) ao conceber determinados aspectos da atividade enunciativa.

Para Benveniste,

a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização. O discurso, dir-se-á, que é produzido cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a "fala"? – É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. (BENVENISTE, 1989, p. 82)

Em linhas gerais, o autor concebe a linguagem como essa capacidade de produzir discursos. Tomando a atividade de enunciação como fundamental para a compreensão da linguagem, ele defende que a enunciação é uma atividade de interação entre um EU e TU em um AQUI/AGORA referindo um ELE.

Outra importante referência em torno dos estudos enunciativos é Bakhtin, ao considerar que:

Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bem diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante. A compreensão passiva do significado do discurso ouvido é apenas um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva real e plena, que se atualiza na subsequente resposta em voz real alta. (BAKHTIN 2003, p. 271)

A atividade de linguagem é permeada de vozes, assim, instaura-se o princípio de que a linguagem é de natureza eminentemente dialógica, polifônica, responsiva. O dialogismo defendido como aspecto fulcral para a compreensão das práticas comunicativas ganha papel de destaque nos pensamentos bakhtinianos. O processo enunciativo é marcadamente responsivo no sentido de que os sujeitos sócio-histórico-culturais assumem determinadas posições que traduzem/revelam suas orientações frente ao mundo, uns aos outros e a si mesmos. Posições essas das mais variadas, traduzidas sob a forma de consensos, dissensos, apoios, debates, críticas, elogios, entre outras. Isto é, a enunciação é uma arena na qual os sujeitos se engajam na tentativa de influenciar uns aos outros a compartilhar ou derrubar certos pontos de vista.

Nessa direção, a Análise do Discurso assume determinadas posições interessantes frente o processo discursivo e suas relações sociais. Eni Orlandi considera que “o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentido por/para os sujeitos.” (2009, p. 16-17). Para essa autora, essa mediação, que é o discurso, “torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana”. (2007, p. 7)

Neste trabalho, portanto, adotaremos a concepção de discurso como um ato dialógico, polifônico, histórico-social, podendo ser materializado sob a forma de várias práticas languageiras. Dessa forma, como atividade enunciativa, em que os

interlocutores nesse processo são mutuamente importantes, de maneira que o enunciador se constrói no/pelo discurso para um determinado coenunciador. Como já discutimos acima, a noção de discurso está estritamente relacionada a noção de linguagem e, para nós, “é na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta a realidade, na sua realidade que é a do ser [...]” (BENVENISTE, 2005, p. 286). Entretanto, ainda que a realização do discurso se dê por um ato de apropriação individual, ele fundamenta-se, em alguma medida, em uma realidade pautada por uma série de representações sociais a partir da relação entre os interlocutores, aspecto que também será considerado por nós. Afinal, como pontua Mari (1991)

nenhum discurso é totalmente individual, pois há marcas que provêm de representações disseminadas pelo coletivo-social. Porém, os discursos também não são essencialmente universais, pois há traços que o caracterizam como produto de condições específicas (1991, p. 26).

1.2.1 Algumas considerações sobre discurso político



Mafalda – Quino

Toda definição pressupõe aspectos que definem um objeto. Porém, nem sempre os aspectos são de fácil conceptualização, ainda mais quando relacionados à linguagem, a cultura e a sociedade, como acontece com discurso político.

Desse modo, na compreensão do que é discurso político existe grande dificuldade em separar, no conjunto dos discursos que uma sociedade produz, um subconjunto de discursos que podemos qualificar como ‘político’, ou também um outro subconjunto que viéssemos a caracterizar como ‘não-político’. Afinal, “o que é DP?” Por um lado, parte-se da ideia de um conjunto universal de discursos, e questiona-se sobre a possibilidade de partição (de categorização) de um subconjunto que seja DP. Por outro lado, parte-se do conjunto universal que é DP e demanda sobre a

possibilidade de isolamento (também categorial) de um subconjunto que seja D~P. Assim, a não ser em casos muito excepcionais, como, por exemplo, uma bula ou uma receita, ou quando de forma *ad hoc*, se tem o discurso de instâncias parlamentares formais, teríamos dificuldades para reconhecer uma e outra dimensão.

Além dessa problemática sobre a definição de discurso, existe também a complexidade em compreender "política" e sua relação com as práticas discursivas, ainda mais levando em consideração o ambiente digital, que coloca o analista do discurso diante de novos desafios teórico-metodológicos no processo de descrição, análise e explicação das atividades sociopolíticas, associadas à práticas languageiras diversas. Por conseguinte, alguns questionamentos podem ser erigidos, como alguns apresentados por Charaudeau (2006): o primordial na política então é o discurso? O discurso que instaura a prática política? A ação política é resposta a um determinado discurso ou o discurso seria só uma vazão da ação política?

Os questionamentos apresentados podem ser respondidos de diversas formas, a depender, por exemplo, de qual área do conhecimento focaliza o fenômeno e quais são as categorizações de que elas se valem. Esse panorama, em que se pode pensar diversos conceitos a partir de diferentes vieses, categorias e abordagens, pode demonstrar certa riqueza conceitual e funcional, até mesmo a vantagem de existir uma abertura para a interdisciplinaridade, de modo que as noções e abordagens sejam "cruzadas", interligadas, e que assim, tornem-se mais profícuas. Entretanto, tamanha multiplicidade também pode colaborar para a inserção desses objetos de estudo num campo "enigmático", em que a sua aplicação nos processos analíticos seja marcado pela inconsistência e nebulosidade na compreensão dos fenômenos estudados.

Alguns estudiosos diante da dificuldade de conceptualizar discurso político acabam se enveredando para a justificativa de que discursos políticos são discursos oriundos do campo político. Empreitada essa que não resolve muito a questão, visto que não há especificidade do que seja um campo político, além disso, contrapor discursos do campo político com discursos de outros campos, como por exemplo, o econômico, nos levaria aos mesmos impasses e dificuldades, e mais, poderiam acarretar outros contratemplos. Dessa forma, reconhecemos no cenário social diferentes maneiras de compreendermos a ação política como política educacional, política cultural, política econômica, política partidária, política social, entre outras.

Diante de tamanha multiplicidade, não nos colocamos em posição de trazeremos respostas, mas de tentar entender, a partir do escoamento de possibilidades, a importância de se estudar os processos envolvidos na emergência do discurso político. Deste modo, o processo de análise deste trabalho se debruçará sobre dois objetos de estudo: i) o pronunciamento de afastamento definitivo de Dilma Rousseff, oriundo da instância política, “que é delegada e assume a realização da ação política” (CHARAUDEAU, 2006, p.18); e ii) os comentários de usuários do *Facebook* em resposta ao pronunciamento de Dilma Rousseff, por sua vez, produzidos pela instância cidadã, “que está na origem da escolha dos representantes do poder” (CHARAUDEAU, 2006, p.18). Consideramos que o *corpus* selecionado como objeto de análise neste trabalho é de natureza política, ainda que os comentários de usuários do *Facebook* não sejam discursos realizados por autoridades políticas, visto que, a instância cidadã também compõe o tecido político. Contudentemente, consideramos importante discutir sobre algumas categorias e conceitos, afinal, não é por acaso que nessa seção desenvolvemos um breve ensaio a fim de buscar elucidar alguns desafios e possibilidades no que se refere aos processos discursivos. No entanto, nos parece ainda mais relevante considerar as categorias em seus usos, ou seja, analisando como elas se estabelecem nas práticas discursivas e enunciativas. Posto que, por mais que nos dediquemos a delimitar e definir conceitos e categorias, a porosidade intrínseca a linguagem faz com que o arcabouço teórico se mostre limitado diante da grandeza das atividades languageiras.

Portanto, como já discutimos sobre as duas bases que mobilizam a existência deste trabalho, as relações de poder e gênero e o processo discursivo, vamos, na próxima parte desta dissertação, apresentar o quadro teórico que será usado como sustentação para os estudos linguístico-discursivos que proporemos, sinalizando as categorias que conduzirão as nossas análises, primeiramente a tríade das provas retóricas (*ethos*, *pathos* e *logos*), e posteriormente, a TAF, teoria dos atos de fala.

1.3 Considerações gerais retórico-argumentativas



Mafalda – Quino

O nascimento da retórica é tido como proveniente na Antiguidade Clássica, na Grécia, quando Aristóteles sistematizou estudos sobre os meios de persuasão, de modo a apresentar quatro dimensões argumentativas: a demonstração, a retórica, a sofística e a dialética (MENEZES, 2004). A retórica ganhou maior notoriedade, visto que, era considerada como ensinamento central na educação ocidental, assim como a lógica e a gramática, ademais, a retórica era muito importante para o perfil democrático de Atenas. Entretanto, a retórica foi anterior a Antiguidade Clássica, anterior a qualquer história, afinal, o ser humano já utilizava a linguagem para persuadir. De forma mais contundente, é possível pensar em algum momento histórico em que o ser humano não usasse a linguagem para persuadir? Podemos afirmar, desse modo, que a retórica não surge na Grécia, mas sim a sua sistematização, inicialmente com a "técnica retórica" posteriormente com a teoria da retórica (REBOUL, 2004).

O sistema retórico de Aristóteles se constitui de quatro partes, que são consideradas percurso de todos que participam dos processos discursivos, de modo que são "tarefas" que devem ser cumpridas pelo orador, a saber: a) invenção-compreensão satisfatória do assunto em voga e seleção de argumentos que possam ser úteis; b) disposição- dispor os argumentos em ordem, de modo que eles sejam organizados de forma coerente e estratégica; c) elocução- uma boa redação do discurso; d) ação- o proferimento do discurso, com todos os seus elementos, tais como a voz, mímica e gestos. A ordem cronológica do processo de construção retórica do discurso não se dá necessariamente de modo linear, como apresentado do item (a) ao item (d), mas acredita-se que todas as fases são percorridas, ainda que em

momentos distintos.

A forma como a retórica clássica assume a presença do discurso na sociedade é diretamente influenciado pelos três gêneros oratórios: judiciário, deliberativo ou político e epidíctico. Aristóteles (1959) afirma que existem três gêneros porque há três tipos de auditório, e assim, o auditório vai fazer com que o orador adeque o seu discurso para atender as diferentes demandas do público, com estratégias diversas de persuasão e convencimento, em razão das especificidades de cada gênero, propiciando argumentações diferentes. Nessa perspectiva, o discurso judiciário tem como auditório o Tribunal, o discurso deliberativo tem a Assembléia e o discurso epidíctico tem como auditório o público no geral, todos que estejam assistindo. O tempo também é fator importante para que possamos distinguir os gêneros, de maneira que, o judiciário é marcado pelo passado, pois serão julgados, avaliados e esclarecidos fatos que já aconteceram; o discurso deliberativo é marcado pelo futuro, pois é sobre aconselhamento e incentivo a decisões futuras; o discurso epidíctico é marcado pelo presente, afinal, se trata da admiração dos espectadores, então a "resposta" ao orador acontece no momento presente.

Como podemos perceber nesta organização proposta no quadro 1.

Quadro 1 - Os três gêneros do discurso

	Auditório	Tempo	Ato	Valores	Argumento-tipo
Judiciário	Juízes	Passado (fatos por julgar)	Acusar Defender	Justo Injusto	Entimema (dedutivo)
Deliberativo	Assembleia	Futuro	Aconselhar Desaconselhar	Útil Nocivo	Exemplo (indutivo)
Epidictico	Espectador	Presente	Louvar Censurar	Nobre Vil	Amplificação

Fonte: Reboul, 2004, p.47

Aristóteles(1959) define três tipos de argumentos, de instrumentos para persuadir, que são: *ethos*, *pathos* e *logos*. De forma que o *ethos* é um termo "ético", o caráter moral que o orador assume para conseguir credibilidade do auditório, que se modifica a depender dele para conseguir cativar auditórios diversos.

Entretanto, sempre cumprindo condições básicas de credibilidade, se mostrar sensato, sincero e simpático. O *ethos* é a "imagem" que o orador mostra, apresenta, parece ter, não necessariamente o que realmente é. O *pathos* é o que o orador

sensibiliza em seu auditório com seu discurso, ou seja, emoções, sentimentos, paixões. E o *logos*⁸, refere-se à argumentação propriamente instaurada pelo discurso.

Nesta seção categorizamos as provas retóricas (*ethos*, *pathos* e *logos*) seguindo uma tendência mais tradicional, indo ao encontro de Aristóteles, entretanto, neste trabalho não entenderemos as provas retóricas como categorias demarcáveis e estáveis teoricamente, mas contrariamente, vamos reconhecer as provas retóricas como três dimensões ou ângulos do processo discursivo, em que

os meios de persuasão podem ser encarados, na verdade, nem tanto como três categorias diversas ou três momentos distintos de análise, mas como dimensões do mesmo discurso e, principalmente, como três “ferramentas de leitura” para se conjecturá-lo, extraindo, no plano da adesão, possíveis consequências retóricas. (GALINARI, 2014, p.258)

1.3.1 Tríade das provas retóricas – *logos*, *ethos* e *pathos*

A partir da adesão das provas retóricas como três dimensões do processo discursivo, tentaremos neste trabalho pôr as três provas em pé de igualdade, concebendo como essencialmente importantes o orador, o auditório e a linguagem, para que assim não caíamos numa concepção que exclua as dimensões constitutivas da relação retórica.

Entretanto, a integração entre as provas retóricas não é uma tarefa fácil, dado que, muitas vezes as provas são postas em posição dicotômica, em "dois blocos de convicção", em que o *logos* é tido como argumentação, raciocínio, e em contrapartida, o *ethos* como virtude/caráter e o *pathos* como afeto/paixão. Essa divisão acaba de certo modo remontando antigos paradoxos, e mais especificamente nos estudos linguísticos, rememorando o antagonismo entre argumentação e retórica.

Assim, o *ethos* e o *pathos* são associados à retórica, na maioria das vezes a retórica relacionada à manipulação, como uma artimanha para ludibriar o ouvinte. Enquanto que o *logos* é associado à argumentação, considerada mais nobre, "leal" e honesta, sendo assim, superior à retórica, pois diferente dela, não lida com subjetividades como as emoções, desejos e vontades, contrariamente, a argumentação envolve procedimentos racionais, de organização e exposição lógica,

⁸ Reboul (2004) afirma que o termo “logos” é usado para simplificar, pois Aristóteles não o emprega.

com argumentos plausíveis e coerentes.

Para romper com o "fetice" das dicotomias, com uma racionalidade cartesiana, e compreender a inter-relação entre as provas retóricas, é importante ampliar a noção de *logos*, indo além da acepção lógico-demonstrativa, para além de "operações mentais", abarcando de modo mais geral, além do "sentido estrito", todas as dimensões da linguagem capazes de influenciar, tais como, a seleção lexical, modalizações, entonação, prosódia, entre outros. Sendo assim, Galinari (2014) propõe que, para fins didáticos, pensemos em várias modalidades de *logoi*, como: "logos-palavra", "logos-sintaxe", "logos-prosódico", "logos-raciocínio", "logos-inferencial", "logos-narração", "logos-descrição", "logos-enunciação", etc.

Com essa acepção de *logos* mais expandida, podemos então relacioná-la ao *pathos* e ao *ethos*, entendendo estes dois como desdobramentos semântico-discursivos do *logos* de um contexto determinado, de um *kairos*, numa dada relação com a *doxa*, em que "o *ethos* e o *pathos* (as imagens suscetíveis no auditório) só se tornam realidade a partir do discurso, ou seja, do uso de sua estrutura, de seus raciocínios, em suma, de tudo o que se chamou acima de *logos*." (GALINARI, 2014, p.264).

1.4 Teoria dos atos de fala

1.4.1 Considerações gerais sobre a Teoria dos Atos de Fala (TAF)



Snoopy – Schulz

Ao tomarmos o ditado popular "Cão que ladra não morde" e relacioná-lo com a tirinha acima de Snoopy, vemos uma dicotomia entre "pensar/falar" e "agir/fazer", de modo que a linguagem é relacionada a um plano mais abstrato/ subjetivo, enquanto que a ação é considerada mais concreta/objetiva, construindo, portanto, uma relação de oposição entre falar e agir. Tal determinação é presente em várias situações cotidianas, que nos levam a pensar que existe uma visão predominante, enraizada na sociedade, quanto à divergência e oposição entre pensar e agir. De modo que essa relação se estabelece a partir do "mito do objetivismo", em que se o objetivo é considerado superior ao subjetivo.

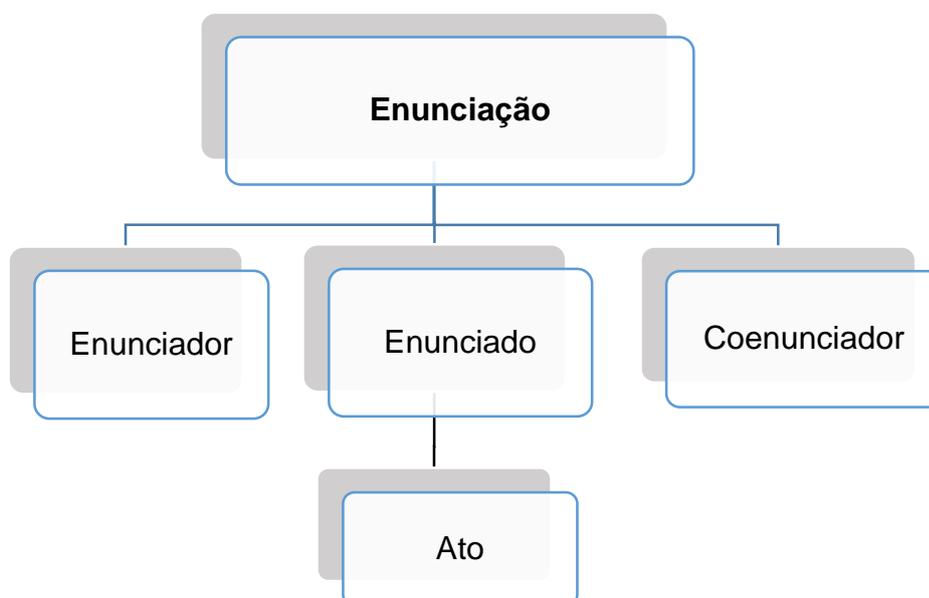
Compreendamos que "mito" não está sendo utilizado aqui com carga negativa ou como pejorativo, pois, como postula Lakoff e Johnson (2002, p. 185) "os mitos oferecem-nos maneiras de compreendermos a experiência; eles organizam nossas vidas", ou seja, os mitos são normais e precisamos deles para que consigamos dar sentido às coisas que nos cercam, organizar a vida. Ainda que normal, a forma de dicotomizar o mundo entre "objetivo" e "subjetivo" é prejudicial nos dois polos, impossibilitando, em certa medida, a investida na construção de uma terceira via, a tentativa de construir entre o homem e o mundo uma relação dialética, de forma não

unilateral, confluindo o racional e o intuitivo.

Reavaliando e redefinindo essa visão dicotômica, especificamente entre agir e falar, o filósofo da linguagem, John Langshaw Austin inicia o projeto filosófico da teoria dos atos de fala (TAF), contribuindo para uma virada paradigmática, propondo um novo viés teórico. A linguagem, então, é concebida como ação, como forma de atuação sobre a realidade, interferindo diretamente em sua constituição, em como a realidade pode ser transformada, e não apenas como descrição do que seja supostamente real, isto é, de estados de coisa reais ou imaginários.

A partir dessas reflexões, Austin(1990) instaura uma importante discussão no âmbito da filosofia da linguagem, propondo-se a repensar sobre a própria natureza da linguagem, enquanto padrão de ação dos sujeitos, deixando de lado a preocupação exclusiva com a descrição formal do significado e atrelando essa descrição a formas específicas de ação, isto é, sua dimensão pragmática. Acontece, portanto, a ampliação de interesse de investigação, saindo do mais restrito e específico (a descrição sintático-semântica de termos e expressões) para uma visão ampla e um entendimento geral do fenômeno (as formas de ação que a linguagem pode implementar). Como elucida o esquema 1.

Esquema 1- Processo enunciativo



Fonte: Elaborado pela autora

Sendo assim, Austin (1990) nos incentiva a uma investigação filosófica da linguagem tendo como base uma teoria da ação e não uma teoria da significação. No

lugar de analisarmos estritamente as sentenças nos é proposto analisar atos de fala, ou seja, a linguagem em seu uso, com seus contextos, finalidades, regras e convenções. E a verdade tão cara ao objetivismo, conceito central da semântica clássica, é revista, de forma que o interesse do analista não se despende sobre o "real" ou "verdadeiro", mas sim ao conceito de eficácia, ou seja, de "felicidade"⁹ de um ato de fala, por exemplo, na situação hipotética de um casamento, se no lugar de um sacerdote uma criança decidir ocupar o lugar de celebrante e disser: "Eu os declaro marido e mulher" não fará com que o ato de fala seja falso, mas segundo Austin, se as condições não forem apropriadas o ato é infeliz, ou seja, ele falha, não encontra condições de sucesso, que são:

(A.1) Deve existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias; e além disso, que (A.2) as pessoas e circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado. (B.1) O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e (B.2) completo. (C.1) Nos casos em que, como ocorre com frequência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes então aquele que participa do procedimento, e o invoca deve de fato ter tais pensamentos ou sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso, (C.2) devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequentemente. (AUSTIN, 1990, p.31)

Grosso modo, na TAF agir e falar deixam de ser considerados opostos, para serem concomitantes, de modo que o "falar" é considerado uma ação, ou seja, "quando o dizer é fazer"¹⁰, inclusive, essa máxima é título que dá origem ao nascimento da teoria dos atos de fala, livro de Austin. É importante também que tenhamos cuidado ao analisarmos ato de fala, para que não caiamos na ideia de uma causalidade, ou seja, a fala como geradora, a responsável pela existência dos atos, contrariamente a isso, a relação deve ser considerada de múltipla causalidade, ou seja, os atos são produzidos pelas falas e as falas são geradas pela necessidade de agir. (MARI, 2001).

1.4.2 Força ilocucional de um ato de fala

⁹ Vale esclarecer que o critério de "felicidade" vale para os performativos, mas não para os constatativos para os quais falso/verdadeiro continua valendo.

¹⁰ "How to things word" aponta para as condições de sucesso (o que seria papel da teoria), enquanto a tradução portuguesa se aproxima mais das condições de satisfação.

Os atos de fala são diversos, e realizam-se de várias maneiras, constituindo-se de múltiplas falas e ações. Dessa forma, se faz necessário reconhecermos as dimensões, as implementações de um ato de fala, os três fundamentais, a compreender, segundo Austin (1990) i) Locucional (sentido) é o ato em que o locutor respeita às regras gramaticais, apropriando-se do código linguístico em questão, o ato de produzir sentenças; ii) Ilocucional (força) é quando ao proferir uma sentença ela resulta no sentido de fazer o que foi dito, a própria sentença realiza um ato ou parte dele. iii) Perlocucional (efeito) quando pela enunciação de sentenças o ato causa efeitos, como, por exemplo, quando o locutor persuade, convence, impede.

Entretanto, Searle (1984), outro teórico significativo no que tange as proposições acerca da TAF, não considera que os atos ilocucionais¹¹ são naturais nos processos enunciativos, de modo que todo sujeito que se constitui como falante tem a intenção de realizar um ato ilocucional, ou seja, agir sobre o ouvinte ou/e sobre o mundo que o circunda. Por conseguinte, analisar somente o ato de produzir sentenças, considerando o sentido (locucional) e não a força (ilocucional) parece pouco profícuo. Afinal, quando alguém diz "Quero água!" esse falante não espera mostrar, convencionalmente, somente a sua capacidade de se apropriar do código linguístico e produzir sentenças, para além disso, e por mais que mostrar essa capacidade seja imprescindível para que a enunciação se dê, o falante espera com essa sentença agir sobre o ouvinte, receber a água. Uma pergunta é feita esperando uma resposta; um conselho é dado esperando, ao menos, uma reflexão; uma ordem é dada esperando o seu cumprimento; uma promessa é dada esperando a sua crença.

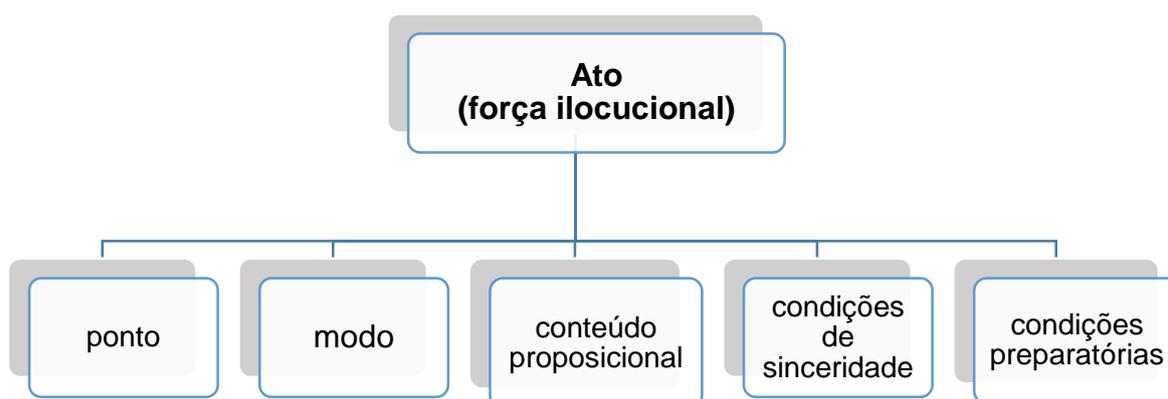
De modo que,

qualquer teoria da conversação materialmente adequada deve começar pelo reconhecimento de que os atos ilocucionais são as **unidades constitutivas** da conversação. Consequentemente uma teoria da conversação deve incorporar uma teoria lógica dos atos ilocucionais. [...] A tarefa básica de uma teoria lógica dos atos ilocucionais ou lógica ilocucional é definir o conjunto de todas as forças ilocucionais da enunciações possíveis e as condições necessárias e suficientes para o sucesso de atos ilocucionais e elementares na forma F(p). (grifo nosso, VANDERVEKEN, 1985, p.173)

¹¹ Houve a adoção uniforme na denominação desses conceitos, pois a tradução assim o fez, entretanto, não se trata de um citação literal.

Ao se referir a uma teoria lógica dos atos ilocucionais ou lógica ilocucional e a definição de todas as forças ilocucionais, Vanderveken (1985) nos apresenta conceitos muito caros para a TAF, partindo da defesa que cada força ilocucional se divide em cinco componentes, que são: ponto ilocucional, modo de realização do ponto, conteúdo proposicional, condições preparatórias, condições de sinceridade. Como se apresenta no esquema 2.

Esquema 2- A força ilocucional de um ato de fala



Fonte: Elaborada pela autora

Para fins didáticos, tentaremos apresentar os componentes da força ilocucional de forma mais explicativa. Inicialmente, vemos como relevante apontar que, segundo Vanderveken (1985), a maioria dos atos ilocucionais são elementares da forma $F(p)$, em que F representa a força ilocucional e P refere-se à proposição (de certa maneira, se compararmos ao início da TAF com Austin, talvez poderíamos dizer que P representa atos locucionais, em que há a apropriação do código linguístico respeitando a gramática).

A força ilocucional é uma noção primitiva da TAF, o que faz um dado enunciado em um ato, ou seja, a força de agir sobre o outro e o mundo. A força ilocucional se divide em:

I) ponto ilocucional: é o objetivo associado a uma força primitiva, ou seja, é o que o falante pretende quando executa um ato. O ponto de uma força ilocucional pode ser diretivo, assertivo, comissivo, expressivo e declarativo – serão apresentados posteriormente. Para Vanderveken (1985) esta classificação dos pontos ilocucionais esgota as vinculações que se pode fazer entre o conteúdo proposicional de um ato ilocucional e o mundo.

II) modo: é a forma pela qual a força ilocucional se realiza, isto é, são as possibilidades de realização que um ato possui, sendo uma forma de desdobramento analítico do ponto e também a forma como o locutor se constitui diante do conteúdo proposicional e das ações que dele podem decorrer. Elucidando, um ato assertivo pode ser realizado com modo de afirmação, testemunho, predição, dúvida e negação, diferentemente do comissivo que vai se realizar com modo desejo, expectativa, recusa, aceite e promessa. Nem sempre o modo vai ser representado pelos verbos performativos diretamente, o modo também pode ter um carácter mais genérico, como no contraste: "Prometo não faltar amanhã." e "Não faltarei amanhã."

III) Condições de conteúdo proposicional (CCP): é o conjunto de todas as condições (linguísticas ou lexicais) que estão imbricadas no uso de uma proposição. As condições de conteúdo proposicional são determinadas a partir de aspectos temporais, ou seja, tempo da realização verbal, para além disso, também é preciso se atentar ao teor das propriedades de itens lexicais e das relações entre eles, por exemplo, na percepção de um conteúdo danoso ou não-danoso ao ouvinte, como no ato de fala "Eu vou te bater", não o consideramos como uma promessa porque não beneficia o ouvinte, pelo contrário, é lesivo a ele, sendo, portanto, uma ameaça.

IV) Condições preparatórias (CP): É um conjunto de condições que determina que estados de coisas são necessários para que o ato de fala seja desempenhado com sucesso. As condições preparatórias se diferem das condições de conteúdo proposicional porque elas são representadas no plano da enunciação e não do plano do enunciado. Em uma ordem, por exemplo, o enunciador deve ser hierarquicamente superior ao coenunciador, como em "Saia da sala" haverá êxito se o professor for o enunciador, e provavelmente, não haverá se o enunciador for o aluno, dentro de uma situação discursiva de diálogo entre professor e aluno.

V) Condições de sinceridade (CS): As condições de sinceridade, no início da TAF eram chamadas de condições de felicidade por Austin (1990), elas são as condições que mostram a compatibilidade entre o proferimento de um ato e seu estado mental, ou seja, como o enunciador expressa seu estado psicológico em consonância com a representação do conteúdo proposicional. As condições de sinceridade vão determinar que tipo de estado psicológico deve ser mostrado pelo enunciador em um ato ilocucional, sendo pertinente ao contexto enunciativo. Em um pedido de desculpas espera-se do enunciador que ele expresse a partir do seu estado mental que ele esteja

arrependido, triste com a atitude que teve anteriormente, se ao contrário disso o enunciador expressa alegria ou concordância com a atitude passada ele não cumpre às condições de sinceridade e, portanto, não obtêm êxito na realização do ato de fala de desculpar-se.

1.4.3 Direção de ajustamento: correlação entre PALAVRA-MUNDO

O ajustamento entre palavra-mundo, importante construto teórico da TAF, contribui contundentemente para que entendamos melhor como os atos ilocucionais se constituem e se realizam. Ao relacionar linguagem e realidade, o ajustamento entre palavra-mundo propõe a análise da possibilidade de organização entre as ações mediadas pela linguagem traduzidas sobre a forma os atos de fala.

De modo que, em alguns atos o conteúdo proposicional se ajusta ao mundo e em outros o mundo se ajusta às palavras (SEARLE, 1984). Nessa correlação entre palavra e mundo é importante que reconheçamos a importância do locutor, da instância alocutária e do mundo, como uma tríade elementar, mas também não podemos deixar passar sem o devido valor o tempo e as convenções/intenções, afinal,

a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social de interação verbal, através da enunciação ou das enunciações. (VOLOCHINOV e BAKHTIN, 2006, p.125).

As direções de ajustamento estão implicadas nas relações presentes no fenômeno da interação verbal, de modo que, ambos se ajustam entre si, o mundo aos interlocutores e interlocutores ao mundo.

Para Vanderveken (1985) esse ajustamento pode se dar em quatro direções: **PALAVRA-MUNDO** - o conteúdo da proposição vai se ajustar ao mundo, ou seja, a proposição não irá alterar ou propiciar um estado de coisas, diferentemente disso, ela irá representar um estado de coisas. Por exemplo, "Está calor!", nessa afirmação, o ato de fala se ajustou ao fato de estar quente, o calor já era existente anteriormente ao proferimento da proposição. Essa direção de ajuste é a mais comum, a maioria dos atos de fala se constitui nessa direção, seu objetivo é representar como as coisas são no mundo. Esse tipo de ajustamento ocorre nos pontos assertivos.

MUNDO-PALAVRA - um estado de coisas do mundo se ajusta à palavra e o tempo da ação é futuro, ou seja, diferentemente da direção anterior, a proposição irá alterar ou propiciar um estado de coisas. De modo que o mundo se transforma para se

ajustar ao conteúdo da proposição. Na situação discursiva hipotética "Cale a boca!", o enunciador pretende mudar o mundo a partir da ação futura do alocutário, isto é, pretende que ele faça silêncio. Esse tipo de ajustamento ocorre nos pontos diretivos e comissivos.

DUPLO AJUSTE - um estado de coisas do mundo é transformado pela ação do locutor a fim de ajustar o conteúdo proposicional pelo fato do locutor representá-lo como estando assim transformado. Por exemplo, "Eu os declaro marido e mulher", o mundo é transformado pela declaração do locutor, o homem e a mulher antes solteiros agora estão casados, isto é, a mudança de um estado de coisas criada pela declaração. Esse tipo de ajustamento ocorre nos pontos declarativos, em que o status do locutor é determinante para a satisfação do ato.

AJUSTE NULO - as palavras não são ajustadas pelo mundo, e em contrapartida, o mundo não impõe nenhuma restrição às palavras. O objetivo é expressar um estado psicológico do locutor, como em um xingamento "Merda!". Esse tipo de ajustamento ocorre nos pontos expressivos.

É significativo nos atentarmos ao fato de que, de modo geral, conseguimos perceber uma correlação forte entre as direções de ajustamento e a definição de um ponto, em que a maioria dos pontos ilocucionais se apresentam com ajustamentos distintos, que a direção de ajustamento se dá em consequência de uma força ilocucional.

PARTE II: ANÁLISE DO PRONUNCIAMENTO DE AFASTAMENTO DEFINITIVO DE DILMA ROUSSEFF



Mafalda – Quino

O discurso político é um domínio discursivo que se constitui como grande "guarda-chuva" para gêneros diversos, como por exemplo, o pronunciamento político, que é um gênero majoritariamente protocolar e, de certo modo, comumente realizado. Entretanto, as situações e eventos que motivam e fundamentam as experiências discursivas no domínio político são variadas, por exemplo, situação de posse, reeleição, prestação de contas, debates, entrevistas, entre outras. O nosso objeto de análise, a priori, é o pronunciamento de afastamento definitivo da presidência da república, ou seja, um momento político inabitual.

Deste modo, as condições do proferimento do discurso de afastamento se dão diante de uma situação enunciativa de bastante tensão, em que a ex-presidente Dilma Rousseff foi julgada e tem o seu mandato interrompido. Portanto, consideramos importante que façamos um breve panorama sobre o contexto político da situação de afastamento definitivo, e também, uma pequena análise da *mise en scene* que precede o pronunciamento. Sendo assim, as primeiras duas seções desta parte do trabalho se organizarão dentro de um estágio preparatório para a análise do pronunciamento, que se dará logo em seguida, na seção 2.3.

2.1 Breve comentário sobre o contexto político: polarização e esgarçamento do tecido social

O afastamento definitivo de Dilma Rousseff aconteceu no dia 31 de agosto de 2016, com processo iniciado em dezembro do ano anterior, quando Eduardo Cunha,

presidente da Câmara dos Deputados, aceitou a denúncia por crime de responsabilidade (prática das "pedaladas fiscais" e edição de três decretos de créditos suplementares sem autorização do Legislativo) realizada por Hélio Bicudo, ex-ministro da justiça, e pelos advogados Janaina Paschoal e Miguel Reale Júnior. A instauração do processo de impeachment foi autorizada pela Câmara dos Deputados em abril de 2016, com 367 votos a favor, 137 contra, 7 abstenções e 2 ausências. O Senado Federal declarou o afastamento provisório de 180 dias da presidente da república, com 55 votos a favor, 22 contra e 2 ausências, de modo que, interinamente Michel Temer assumiu as funções de presidente e logo após, definitivamente. Na ocasião de afastamento definitivo, votado pelo Senado Federal, foram contabilizados 61 votos a favor e 20 contra. Em todas as votações foi significativa a falta de apoio ao governo, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado federal.

A presidente Dilma Rousseff foi julgada por ter cometido crime de responsabilidade fiscal, acusação que gerou polêmica quanto a legitimidade da ação e que contribuiu para que o cenário de antagonismo e violência se tornasse mais evidente, escancarando a polarização política e mostrando como o tecido social está claramente esgarçado. Em razão desse panorama político de polarização, dois posicionamentos se apresentaram com maior contundência: a) a defesa do impeachment; b) a defesa da narrativa do golpe. Assim, se tornou frequente o questionamento: "Foi impeachment ou golpe?".

Alguns defenderam que foi golpe, argumentando que houve condenação sem crime, que as manobras fiscais realizadas por Dilma não foram exclusivas da petista, que foram igualmente efetuadas em governos federais e estaduais passados, e no mesmo período pelos governos estaduais, e além disso, logo após o afastamento definitivo, aconteceu a aprovação da lei 13.332 que estipulou que novas regras de orçamento pudessem ser alteradas sem aprovação do Congresso Nacional, assegurando que manobras como as feitas pela presidente fossem aceitas. Por conseguinte, não havendo fundamento legal para destituição da presidente, o afastamento foi um golpe.

Em contrapartida, outros defenderam que foi impeachment, justificando que houve crime de responsabilidade fiscal e que, portanto, foi acertada e justa a condenação finalizada no impeachment da presidente. Refutando a justificativa de que outros governantes, tanto federais como estaduais, terem cometido o mesmo crime

não inocenta a presidente, pois o cumprimento da lei é de responsabilidade de todos os governos. Portanto, como o Impeachment não implica em uma ruptura constitucional, sendo um mecanismo legítimo, em que são seguidas as regras materiais e procedimentais vigentes, o afastamento definitivo não pode considerado golpe.

Grosso modo, é a partir desse cenário político de polarização que a ex-presidente Dilma Rousseff realiza seu pronunciamento oficial de afastamento definitivo da presidência da república. Com isso, pretendemos analisar como as relações de interação aconteceram discursivamente nesse contexto social e político de polarização e defesa de narrativas divergentes. Levaremos em consideração as duas hipóteses de valoração sobre o afastamento definitivo apresentadas nesta seção, e avaliaremos se diante dos processos de análise elas também emergem, como houve nos discursos cotidianos na situação de afastamento, e como essa emergência ocorre.

2.2 A “mise en scène” que precede o pronunciamento

O pronunciamento da presidente Dilma Rousseff, foi realizado no dia 31 de agosto de 2016, no *hall* de entrada do Palácio da Alvorada, no mesmo dia em que o Senado decretou o seu afastamento definitivo das funções como presidente do Brasil. A ex-presidente dirigiu-se ao púlpito seguida por dezenas de pessoas e foi recebida por outras ao som de palmas e gritos de incentivo, como: "Ôh lê, ôh lê, ôh lé, ôh lá, Dilma, Dilma!" e "Dilma, guerreira da pátria brasileira!".

Imagem 1 - Apoiadores e imprensa esperando o pronunciamento



Fonte: Perfil no Facebook da ex-presidente, Dilma Rousseff

Como podemos observar na imagem 1, o auditório que esperava por Dilma Rousseff era formado por dois grupos de coenunciadores: a imprensa e os apoiadores da ex-presidente. Ao lado direito estava a imprensa com suas câmeras e microfones, em contraste, ao lado esquerdo, os apoiadores e militantes do PT. Cabe aqui uma pequena especulação: não sabemos como é feita a separação dos espaços a serem ocupados em um evento dessa natureza, se há alguma predeterminação oficial e padronizada, mas de todo modo, a ocupação tal como aconteceu se mostra bastante sugestiva. A imprensa durante o processo de impeachment foi acusada de parcialidade, manipulação e posicionamento tendencioso, acusada de se juntar à oposição, sendo assim considerada, especialmente, pela ex-presidente e seu partido como um dos "braços" que resultaram no afastamento definitivo, como podemos constatar neste trecho do pronunciamento:

O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa. (ROUSSEFF, 2016)

Deste modo, em termos semióticos, analisando os *prints* apresentados na figura 1, em consonância com o trecho do pronunciamento destacado, organizamos o quadro 2.

Quadro 2 - Oposição na constituição do auditório

ESQUERDA (Militantes e apoiadores do PT)	DIREITA (Imprensa)
<ul style="list-style-type: none"> • Progressista • Democrática • Parceiros • Apoio 	<ul style="list-style-type: none"> • Conservadora • Reacionária • Adversários • Facciosa

Fonte: elaborado pela autora

Ainda construindo uma análise contrastiva entre os dois grupos de coenunciadores, as vestimentas e indumentárias também os instituem em oposição. No grupo da "esquerda" a cor vermelha é bastante presente nas roupas e acessórios, ao passo que os integrantes da imprensa estão vestidos com cores sóbrias e neutras, imputando-lhes sobriedade e seriedade, colaborando para a manutenção de uma imagem de imparcialidade e profissionalismo da mídia, reforçando um *ethos* prévio,

compartilhado por parte da sociedade, de que o "fazer jornalístico" é fundamentado e legitimado a partir de uma suposta neutralidade e apartidarismo.

A imagem 2, a seguir, nos apresenta uma outra parcela do auditório, que chega com a presidente e que ocupa um outro espaço, mais especificamente, atrás de Dilma Rousseff no púlpito. Este grupo é composto por várias pessoas, entretanto, vamos nos atentar somente as pessoas que estão mais próximas da presidente, especialmente, que são: Gleisi Hoffmann, senadora pelo Paraná e presidente do PT; Jandira Feghali, deputada federal pelo Rio de Janeiro; Carina Vitral, ex-presidente da União Nacional do Estudantes, na época atual presidente; Maria do Rosário, deputada pelo Rio Grande do Sul; Moema Gramacho, prefeita de Lauro de Freitas; Regina Sousa, senadora pelo Piauí; Eleonora Menicucci, ex-ministra chefe da secretaria especial de políticas para as mulheres do Brasil.

Imagem 2 - Dilma Rousseff acompanhada de apoiadores



Fonte: Perfil no Facebook da ex-presidente, Dilma Rousseff

Todos os nomes citados, anteriormente, são nomes femininos, de modo que a presença em primeiro plano, em posicionamento privilegiado, é composto majoritariamente por mulheres que desempenham cargos de relevância no cenário político. Este enquadramento de destaque é muito importante, visto que a partir dele alguns efeitos de sentido podem ser construídos. Faz-se apropriado lembrar que o pronunciamento aconteceu em 2016, um *kairos* bastante oportuno, em que temas

como representatividade e empoderamento feminino estão em alta, em que por exemplo, segundo estudo realizado pela Google BrandLab, buscas no Google sobre feminismo cresceram 200% nos últimos dois anos no Brasil.

Os cargos políticos são ocupados predominantemente por homens, como já discutimos de modo mais profundo no início deste trabalho, portanto, é muito comum que em pronunciamentos, o grupo de aliados que acompanha o locutor seja formado principalmente por homens. Entretanto, no pronunciamento de Dilma o quadro se modifica, instaurando uma lógica diferente da perspectiva dominante, em que as mulheres são maioria, ou se não forem, estão em um plano que as dá maior visibilidade. Essa estratégia foi utilizada em outros pronunciamentos de Dilma e em alguns de Lula, mas neste pronunciamento a estratégia é realizada de maneira mais acentuada, provavelmente em razão da importância do momento histórico e dos efeitos de sentido que o enunciador busca produzir. Com esse enquadramento, reforça-se a ideia de processo de mudança na ocupação dos cargos políticos, mostrando o empenho da presidente e do partido em buscar maior representatividade feminina, tendo como referência maior de virada de paradigma a ex-governante, primeira presidente do país. Ao partido e à presidente é agregado, por conseguinte, um viés progressista, de avanço em pautas sociais de crescente interesse da população brasileira.

As mulheres ao redor de Dilma representam apoio à presidente, uma espécie de "apoio recíproco entre as mulheres para se conseguir o poder para todas", frase cunhada pela antropóloga Marcela Lagarde para definir o vocábulo sororidade, na matéria "O vocabulário feminista que todos já deveriam estar dominando em 2017". Consoante a esse raciocínio somos direcionados a esperar que o discurso da presidente será embrenhado por estratégias discursivas que busquem projetar uma força coletiva, em que Dilma não fale somente sobre si, se posicionando só como "ela", mas, contrariamente, se posicionando como grupo.

2.3 Desdobramentos da intersecção e constituição de *ethos* em um projeto retórico-argumentativo

O processo enunciativo pressupõe a existência de dois participantes, ou seja, a enunciação como princípio dialógico, na relação entre um EU e um TU. A partir dessa prerrogativa, Charaudeau (2009) propõe a expansão dessas categorias, e

assim, postula a existência de dois “eus”, o EUc (Eu-comunicante) e EUe (Eu-enunciador), e concomitantemente, dois “tus”, o TUi (Tu-interpretante) e TUd (Tu-destinatário). Para Charaudeau (2009) o ato de linguagem é um fenômeno que se realiza em um duplo espaço de significância: a) uma instância externa, espaço do fazer psicossocial, em que o sujeito comunicante (EUc) e o sujeito interpretante (TUi) são parceiros envolvidos na comunicação, ou seja, um EUc que fala para um TUi; b) uma instância interna, espaço de organização e encenação do Dizer, em que o sujeito enunciador (EUe) e o sujeito destinatário (TUd) são responsáveis pelo ato de enunciação, em que, um EUe fala para um TUd. Portanto, ao desenvolver as análises propostas neste trabalho, iremos ao encontro dessa proposição e assumiremos a polifonia nos lugares enunciativos, aderindo às categorias de EUe/ EUc em relação a um TUd/TUi.

O processo enunciativo se estrutura, portanto, pela polifonia presente nos lugares enunciativos, como podemos exemplificar no trecho “O golpe é misógino!”, do pronunciamento de afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff, em que o EUe é a ex-presidente que fala para o TUd que é a população brasileira, no que corresponde a encenação do dizer, mas conjuntamente, também temos um EUc mulher que fala pra alguns possíveis TUi, como por exemplo, outras mulheres, que nessa situação de comunicação, o EUc poderia ter como objetivo gerar empatia e revolta no TUi, de modo a denunciar que o afastamento é um golpe contra as mulheres, e não só contra si. Ou seja, na tentativa de conquistar a confiança do auditório, o enunciador forja um EU, uma imagem de si que pretende ser bem aceita. No discurso político essa prerrogativa é marcante, pois a aceitação do auditório é determinante para o alcance do poder político, então, a preocupação com o *ethos* é acentuada e as estratégias de *patemização* realizadas são cruciais para uma possível adesão do auditório.

O ator político, desta maneira, planeja o seu discurso visando alguns efeitos de sentido sobre seu auditório, se projeta com arrojado ou conservador, se vale de determinadas seleções lexicais em detrimento de outras, veste-se com maior ou menor formalidade, tudo isso a depender da imagem que deseja construir, das emoções que deseja despertar, das atitudes que visa receber, pois “não se pode persuadir um auditório senão tendo em conta as suas reações, de modo a adaptar o seu discurso a estas reações” (PERELMAN, 1987, p. 235). Dessa forma,

persuade-se pelo caráter [= *ethos*] quando o discurso tem uma natureza que confere ao orador a condição de digno de fé; pois as pessoas honestas nos

inspiram uma grande e pronta confiança sobre as questões em geral, e inteira confiança sobre as que não comportam de nenhum modo certeza, deixando lugar à dúvida. Mas é preciso que essa confiança seja efeito do discurso, não uma previsão sobre o caráter do orador. (ARISTÓTELES, 1967 apud MAINGUENEAU, 2008).

A presidente Dilma Rousseff, grosso modo, como veremos, na relação com o auditório, apresenta como projeto retórico fazer-criar sobre sua inocência, apresentando-se como alguém que não cometeu crime de responsabilidade e está sendo acusada injustamente. Este projeto é reforçado e atualizado enquanto tese durante todo o pronunciamento. Sendo assim, o discurso é predominante persuasivo, com estratégias retórico-argumentativas que buscam alcançar a adesão do auditório.

Na tentativa de persuadir o auditório para *fazer-criar* sobre a sua inocência e sobre a inconstitucionalidade do processo de afastamento definitivo da presidência da república, a ex-presidente instaura uma sucessão de imagens de si que se inter cruzam e se superpõem, como veremos nas análises de alguns excertos. O fragmento, a seguir, oferece elementos que nos sinalizam para um dos desdobramentos do *ethos*, em que o locutor justifica como um dos motivos de seu afastamento a sua identidade de gênero, instituindo-se como **alvo de misoginia e machismo**.

Acabam de derrubar a primeira mulher eleita presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment. [...] É uma fraude [...] O golpe é misógino! [...] É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência. [...] As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência da república, a presidência do Brasil, o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. (ROUSSEFF, 2016)

De modo que em termos de descrição pragmática elaboramos o quadro 3.

Quadro 3 - Descrição pragmática do ato (1)

Acabam de derrubar a primeira mulher eleita presidenta do Brasil sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment	
<p>Ilocucional</p> <p>P: assertivo M: acusação CCP: relações lexicais: ausência de base legal para o impeachment CP: papel de vítima do processo CS: autodefesa</p>	<p>Perlocucional</p> <p>EP: depreciação do impeachment.</p>

Fonte: Elaborada pela autora

Destaca-se nesse valor assertivo o teor argumentativo que, no plano locucional, articula um argumento favorável a seu *ethos* de mulher honesta e injustiçada, a partir de uma sequência de funções proposicionais como: (a) acabam de derrubar (b) primeira mulher eleita presidente (c) sem qualquer justificativa. Esse argumento é uma premissa que permite alcançar a conclusão expressa na força dos atos expressivos dos quadros 4 e 5.

Quadro 4 - Descrição pragmática do ato (2)

É uma fraude!	
Ilocucional P: expressivo M: revolta CCP: léxico de desqualificação CP: papel de vítima do processo CS: reafirmação de inocência	Perlocucional EP: criticar e denunciar a ilegitimidade do impeachment.

Fonte: Elaborada pela autora

Nesse ato, a locutora manifesta sua revolta, ao desqualificar seus algozes, atribuindo-lhes a função de fraudadores, denunciando-os de realizarem um processo que não tinha fundamento constitucional. Ao apontar para essa direção o EUc também direciona o TUi a vislumbrar uma suposta motivação para a processo de afastamento, como por exemplo, a perseguição por se tratar de uma mulher ocupando a função de presidente da república, ainda mais, pela segunda vez consecutiva, conforme se pode avaliar pelo ato do quadro 5.

Quadro 5 - Descrição pragmática do ato (3)

O golpe é misógino!	
Ilocucional P: expressivo M: acusação CCP: léxico de desqualificação CP: papel de vítima do processo CS: vítima de perseguição	Perlocucional EP: Mostrar uma das “motivações” para o golpe.

Fonte: Elaborada pela autora

O argumento da constatação apresentado no primeiro ato “Acabam de derrubar a primeira mulher eleita presidenta do Brasil sem que haja qualquer justificativa

constitucional para este impeachment” culmina com esses dois atos expressivos “É uma fraude!” e “O golpe é misógino!”, em que a posição de revolta e acusação é fortemente marcada. Desse modo, a locutora se apresenta como perseguida, que sofre um afastamento motivado por intolerância de gênero.

Nos dois atos seguintes, analisados nos quadros 6 e 7, a locutora atribui o teor de sua argumentação uma dimensão que alcança a própria estrutura da sociedade, marcada pelo preconceito e pela violência.

Quadro 6 - Descrição pragmática do ato (4)

É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência.	
Ilocucional	Perlocucional
P: expressivo/assertivo M: avaliação crítica CCP: natureza dos argumentos CP: papel de analista da cena social CS: posicionamento crítico	EP: Mostrar o percurso do impeachment.

Fonte: Elaborada pela autora

A dimensão locucional enumera diversas formas de manifestação na sociedade a partir das quais a locutora foi vitimada na função de Presidente da República. Essa sequência assertiva, no modo avaliação crítica, foi composta num contínuo crescente de causalidades: se intolerância, então preconceito; se preconceito, então violência, o que nos permite destacar o papel da locutora na função de analista da cena social brasileira.

Quadro 7 - Descrição pragmática do ato (5)

As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência da república, a presidência do Brasil, o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces.	
Ilocucional	Perlocucional
P: assertivo M: avaliação crítica CCP: preconceito contra a mulher CP: papel de analista da cena social CS: posicionamento crítico	EP: acusar o quanto o machismo e a misoginia são retrógrados.

Fonte: Elaborada pela autora

Muitos aspectos estruturais da dimensão do ilocucional do ato anterior se repetem na estrutura deste ato, mas com diferenças fundamentais em relação ao locucional: aqui a rede de causalidades construída no ato anterior evidencia seu efeito mais transparente, isto é, o machismo e a misoginia que motivaram a deposição de uma mulher legitimamente eleita para o cargo de Presidente da República.

Além do mais, todos os atos analisados nesse trecho alternam o ponto ilocucional assertivo com o expressivo, em que o EUc nos apresenta não somente uma análise de uma conjuntura social, como também sua indignação e revolta por se tornar vítima de um processo que categoriza como espúrio.

Em consonância, o EUc apresenta um tom de contundência muito forte, logosprosódia, especialmente nos atos expressivos que se valem da forma verbal “é”, denotando um estado de permanência, como em “É uma fraude!”, “O golpe é misógino!”, “É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência.”. Outros aspectos da seleção lexical também colaboram para reforçar o tom categórico das asserções, na última frase, por exemplo, o substantivo “imposição” reafirma a condição de obrigação ao aceite das opressões apresentadas posteriormente em “Acabam de derrubar a primeira mulher eleita presidenta do Brasil [...]”.

Do ponto de vista dos sujeitos integrantes do processo enunciativo, cabe ainda destacar alguns fatos que complementam a análise até aqui desenvolvida. Ao construir asserções categóricas o EUc aproveita-se do tom de contundência para também realizar avaliações críticas depreciativas e denunciar a motivação do impeachment, que nesse recorte é o machismo e a misoginia. Em “Acabam de derrubar a primeira mulher eleita presidenta do Brasil sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment” o sintagma nominal “a primeira mulher eleita presidenta do Brasil” apresenta intensa conotação, inicialmente por sua longa extensão, que colabora para que ele seja axiomáticamente evidente, mas para além disso, a predicação também acentua o caráter de ineditismo na relação de poder, em que o EUe não se refere a qualquer presidente, mas “a primeira mulher eleita presidenta no Brasil”, dando ênfase a sua importância e ressaltando sua posição precursora de quem está ocupando um cargo que nunca antes fora ocupado por uma mulher no Brasil. Ademais, o EUe ao se referir de si em terceira pessoa imputa ao seu discurso um certo afastamento, em que a polifonia causada a partir da estratégia de falar de si como outro, afasta o TUi da interpretação que o EUc está se protegendo,

denunciando um ataque a si, contrariamente, motiva o TUI a entender seu posicionamento como um ato de proteção às mulheres e denúncia do machismo. Sendo assim, reafirma sua condição de perseguida e injustiçada.

Em correlação, “acabam de derrubar” e “sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment”, inicialmente, se contrapõem aos efeitos de sentido possivelmente construídos anteriormente, visto que, seguindo a linha analítica em questão: o EUc caracterizado positivamente não deveria sofrer impeachment, entretanto, a detalhada adjetivação é construída para se apresentar como uma “justificativa”, de modo que não há justificativa constitucional mas há justificativa de cunho político-social baseada no machismo e na misoginia, como o EUc denuncia incisivamente em “O golpe é misógeno!”.

No fragmento “As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a presidência da república, a presidência do Brasil, o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces.” o EUe mais uma vez se vale da estratégia de reforçar a posição vanguardista da presidente em “na primeira vez que uma mulher assumiu a presidência da república”, proporcionando a reiteração e a reafirmação da constituição e caracterização do EUc, sustentando também, obviamente, o impeachment como fruto do machismo e da misoginia, como se evidencia em “o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces.”.

Não obstante, outros aspectos mostram-se relevantes, como a análise do sintagma nominal “As futuras gerações de brasileiras”, com ênfase ao adjetivo “futuras”, de modo que indicia-se a diferenciação entre as gerações futuras e a geração presente, de modo que, se as gerações futuras de brasileiras saberão que o machismo e misoginia mostraram suas feias faces quando uma mulher assumiu a presidência pela primeira vez, coloca-se em dúvida se a geração presente detém esse mesmo saber.

O ato em análise é uma predição, pois o EUe não possui subsídios para fazer uma afirmação diante do tempo futuro, ou seja, ele faz uma conjectura, mas concomitante realiza uma avaliação crítica, pois ao colocar em dúvida se a geração presente sabe que o machismo e misoginia foram uma das causas de seu afastamento, o EUc critica quem não tem esse pensamento, construindo como efeito perlocucional a qualificação de comportamentos machistas e misógenos como retrógrados, na medida em que forja discursivamente a afirmação como unânime, ou

seja, um saber óbvio para as futuras gerações de brasileiras.

A marcação de gênero em “brasileiras” nos é caro observar, posto que, ela colabora para a possível compreensão de outros efeitos de sentido, pois em “brasileiros”, apesar de ser um substantivo masculino, existe a possibilidade de que ele esteja se referindo aos dois gêneros, já em “brasileiras” o mesmo não é possível. Ao determinar o gênero existe um endereçamento direto, pode-se assim, reconhecer uma crítica ainda mais acentuada, em razão de que seria ainda mais contraproducente a não percepção das faces do machismo e misoginia para as mulheres, pois essas opressões lhe atingem, então, por vivência e experimentação elas deveriam ser reconhecidas com maior facilidade.

Quando o EUc se projeta como alvo de misoginia, ele apresenta um dos argumentos que fortalece a premissa feita pelo EUe no início do pronunciamento, a de que o impeachment é uma “decisão que entra para a história das grandes injustiças”. Assim, na tentativa de se instituir com injustiçada e fazer-creer o auditório, o EUe se vale também de outros argumentos, como se mostrar discursivamente como **perseguida**. Ao se projetar como alvo de misoginia, também pode-se ver reiterada a ideia de perseguição, especificamente a perseguição quanto ao gênero, mas no trecho a seguir, desvinculado dessa acepção, a imagem de perseguida se reforça, conforme expressa no seguinte ato:

É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. (ROUSSEFF, 2016)

Este ato pode ser esquematizado da forma como apresentamos no quadro 8.

Quadro 8 - Descrição pragmática do ato (6)

É o segundo golpe de estado que enfrento na vida.	
Ilocucional P: assertivo M: testemunho CCP: reiteração do golpe CP: papel de vítima do processo CS: argumento de autoridade	Perlocucional EP: mostrar perseguição reiterando que é o SEGUNDO golpe.

Fonte: Elaborada pela autora

Esse trecho pode ser analisado dando força a alguns aspectos semânticos e sintáticos, porém, agora enfatizaremos a partícula “segundo”. Esse adjetivo numeral

modaliza o substantivo “golpe”, reforçando a ideia de recorrência, de repetição e reincidência. Ainda que o número de vezes seja pequeno, duas, e não se denote incisivamente o caráter de perseguição, como “segundo” determina “golpe”, substantivo forte e violento que refere-se a uma conjuntura histórica muito específica e pouco recorrente, os efeitos de sentido que direcionam para a construção do *ethos* de perseguida se torna mais evidente.

Na sociedade moderna, de modo geral, os golpes são carregados de cargas memoriais, sentimentais e históricas muito fortes, mais contundentemente na história brasileira vemos isso ocorrer com o golpe militar. Na educação básica formal aprendemos sobre esse período reconhecendo-o como inequívoco e desumano, uma mancha na nossa história, desta maneira, as pessoas que foram perseguidas e torturadas pela ditadura militar são consideradas vítimas de um regime totalitário e opressivo, gerando forte comoção social. Quando o EUE utiliza o modalizador “segundo”, ele intensifica a comoção, podendo assim propiciar a partir da sensibilização mais possibilidades de adesão ao discurso, colaborando para que o auditório sinta empatia pela presidente. Nesse panorama Dilma Rousseff também se apresenta como alvo do golpe, com o *ethos* de **golpeada**.

Apropriam-se do poder por meio de um GOLPE de Estado. É o segundo GOLPE de estado que enfrento na vida. O primeiro, o GOLPE militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando eu era uma jovem militante. O segundo, o GOLPE parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me DERRUBA do cargo para o qual fui eleita pelo povo. (ROUSSEFF,2016)

Este trecho implicaria uma descrição e uma correlação entre seus atos, como apresentamos no quadro 9.

Quadro 9 - Descrição pragmática do ato (7)

Apropriam-se do poder por meio de um GOLPE de Estado.

<p>Ilocucional</p> <p>P: assertivo</p> <p>M: constatação</p> <p>CCP: correlação lexical: golpe apropriação do poder</p> <p>CP: papel de analista do fato histórico</p> <p>CS: experiência vivida pela locutora</p>	<p>Perlocucional</p> <p>EP: acusar a ilegitimidade do impeachment</p>
---	--

Fonte: Elaborada pela autora

O conteúdo locucional desse ato reitera, na mesma linha de atos já analisados, o teor de golpe sofrido pela locutora com o objetivo explícito de deposição do poder que ocupava – *apropriam-se do poder*. Essa avaliação ecoa na dimensão ilocucional do ato em função de sua análise – assertivo/constatativo – decorrência da experiência vivida pela locutora. Dada sua inserção nesse fato histórico, a locutora profere atos consecutivos que mostram o que foi sua experiência de vida política com golpes de estado, conforme analisamos no quadro 10.

Quadro 10 - Descrição pragmática do ato (8)

<p>O primeiro, o GOLPE militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando eu era uma jovem militante.</p>	
<p>Ilocucional</p> <p>P: assertivo</p> <p>M: testemunho</p> <p>CCP: relações lexicais: enumeração de fatos do golpe</p> <p>CP: papel de analista do fato histórico</p> <p>CS: experiência vivida pelo locutor</p>	<p>Perlocucional</p> <p>EP: Reafirmar a sua trajetória política de luta.</p>

Fonte: Elaborada pela autora

O plano locucional desse ato relata o conjunto de fatos da primeira experiência vivida pela locutora com golpes de estado – *truculência, repressão, tortura*. Tais fatos, todavia, antes de representarem meras impressões, são testemunhos vivenciados pela locutora, daí a sua análise no plano ilocucional que destaca o *modo: testemunho* e sobretudo as condições de sinceridade (CS) que replicam o fato de ter vivenciado

torturas, repressões etc. No ato seguinte, a locutora avalia os fatos que levaram, com um novo golpe, à sua deposição.

Quadro 11 - Descrição pragmática do ato (9)

O segundo, o GOLPE parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me DERRUBA do cargo para o qual fui eleita pelo povo.	
Ilocucional (força) P: assertivo M: relato CCP: relações lexicais: farsa jurídica golpe parlamentar CP: papel de analista do fato histórico CS: experiência vivida pelo locutor	Perlocucional (efeito): EP: Se constituir como vítima de uma farsa jurídica.

Fonte: Elaborada pela autora

É importante destacar na dimensão do locucional a ideia de farsa jurídica por representar ela o processo jurídico-parlamentar mais deletério que levou à deposição da locutora. Esse teor do locucional aparece explicitado nas condições de conteúdo proposicional (CCP) que implica a relação de causalidade entre farsa jurídica e golpe parlamentar. Como já foi justificado anteriormente, esses componentes do ato assumem valor do vivenciado pela locutora.

Além do mais, nos atos assertivos presentes no excerto em análise a palavra “golpe” é recorrentemente utilizada, para sermos mais específicos, em trinta e três segundos ela foi pronunciada quatro vezes, quantidade significativa em tão curto espaço de tempo, ainda mais reconhecendo a forte carga histórica e social, da palavra como antes apontamos. A palavra “golpe” é violenta mesmo que não a analisemos a partir de um viés político e historiográfico. Ela conota violência, hostilidade e agressividade, como se comprova ao observarmos alguns de seus possíveis sinônimos: batida, soco, pancada, corte, desfalque, infortúnio. Assim, quando o EUE emprega esse substantivo, pela estrutura do *logos*, ele se apresenta como alvo dessa violência, como golpeado, ele constrói mais uma imagem que busca confirmar a tese de que foi injustiçada.

No trecho “Apropriam-se do poder por meio de um golpe de Estado” o verbo “apropriar” reforça o sintagma nominal “golpe de Estado”, dando ênfase na conduta

de tornar seu o que é alheio, no caso o poder, o EUE põe em cheque a legitimidade do processo de conquista do poder, simultaneamente acusando a ilegitimidade do impeachment, realizando um ato assertivo de modo constatação com força de denúncia e avaliação crítica. Os meios pelo quais o poder foi conquistado são negativamente avaliados, por não terem sido materializados pelo voto democrático da população brasileira. Como é ressaltado no segundo ato “... o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui **eleita pelo povo**”.

Como já tratamos no início deste capítulo, o afastamento da presidente não foi considerado unanimemente como golpe, sendo, inclusive, um sinalizador acerca do posicionamento político e ideológico daqueles que lhe deram sustentação, de modo que pessoas com tendências mais conservadoras, apoiadores da direita, majoritariamente, não consideraram o afastamento como golpe, considerando-o como um impeachment. Em contrapartida, indivíduos com posicionamento mais progressista, apoiadores da esquerda, em sua maioria, acusaram o afastamento definitivo com golpe. Nesse ensejo, quando o EUE utiliza reiteradas vezes a palavra “golpe”, podemos considerar, em alguma medida, essa estratégia enunciativa como uma tentativa de convencer a instância cidadã, que não acredita na inconstitucionalidade do processo de afastamento, de que ele é ilegítimo, portanto, um golpe.

A organização e encadeamento de argumentos, “logos-sintaxe” e “logos-raciocínio”, realizada pelo EUE não só caracteriza o afastamento definitivo como golpe, mas também estabelece relação entre ele e o golpe militar, em que o EUC o considera como o segundo golpe que sofreu na vida. O primeiro momento ao qual o EUE se refere, o regime militar, é considerado de forma mais extensiva pela sociedade como um golpe, o que não acontece na mesma amplitude de concordância com o afastamento da presidente. Sendo assim, ao colocá-los em igualdade, a maior aceitação do primeiro momento como golpe tendencia o auditório a assentir melhor o caráter golpista ao segundo momento, de modo a fazer-criar que o afastamento definitivo é golpe. Apoiando-se nessa proposta, o afastamento nos é apresentado a partir do seguinte raciocínio dedutivo

No Brasil, o regime militar foi um golpe (premissa maior)

Dilma padeceu sob o regime militar (premissa menor)

Logo, Dilma padeceu sobre o golpe (conclusão)

Todo impeachment ilegítimo é golpe (premissa maior)

Dilma sofreu um impeachment ilegítimo (premissa menor)

Logo, Dilma sofreu um golpe (conclusão)

Esses dois esquemas representam os dois golpes a que o EUE reporta em sua fala. Poderíamos aglutiná-los, colocando-os em igualdade pela estruturação das sentenças, mas diferenciando-os pela sua caracterização histórica e pelo seu alcance pragmático direto. No primeiro esquema, o EUC é atingido indiretamente pelo golpe – já que foi construído com outro alcance direto –, mas no segundo esquema esse mesmo EUC é atingido diretamente. Mesmo caracterizando o golpe militar “como apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura” o EUE não elimina o caráter violento do segundo golpe, qualificando-o também com teor agressivo, como se evidencia em “me **derruba** do cargo para o qual fui eleita pelo povo”, ainda que a violência aqui denunciada não seja a violência física.

Podemos afirmar, portanto, que o enunciador constrói imagens de si que se instauram a partir de modalidades diversas do logos que se desdobra no *ethos*, postulando imagens superpostas que confirmam a tese ou imagem central de **injustiçada**. Como se evidencia no esquema 3.

Esquema 3 - Superposição de imagens que reafirmam o ethos de injustiçada



Fonte: Elaborado pela autora

O EUe discursivamente construiu imagens superpostas de si, constituindo-se como injustiçada, que foi condenada por crime de responsabilidade sem o ter cometido, sendo, portanto, alvo de perseguição, misoginia e machismo, fatores que desencadearam o golpe. Entretanto, além da superposição de imagens, Dilma Rousseff também instituiu imagens de si que buscam persuadir o auditório sobre a sua positiva atuação como chefe de Estado, imagens que se convergem e se direcionam na constituição do *ethos* de **boa gestora**, de modo que, ao projetar esse *ethos*, Dilma nos leva a fazer-creer que, além de não ter realizado nenhum crime, ela foi uma boa governante, de modo que, sua saída do poder se revela como duplamente equivocada. Como se destaca no fragmento a seguir:

O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento[...]
Por mais de 13 anos, realizamos com sucesso um projeto que promoveu a maior inclusão social e redução de desigualdades da história de nosso país.
(ROUSSEFF, 2016)

Nesses trechos do pronunciamento da presidente podemos destacar os seguintes atos:

Quadro 12 - Descrição pragmática do ato (10)

O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento[...]	
<p>Ilocucional</p> <p>P: declarativo</p> <p>M: anúncio</p> <p>CCP: relações lexicais: enumeração de características</p> <p>CP: papel de analista do próprio governo</p> <p>CS: lugar de autoridade</p>	<p>Perlocucional</p> <p>EP: Realizar autoelogios ao seu governo.</p>

Fonte: Elaborada pela autora

O plano locucional destaca um conjunto de características elogiosos que culmina com o ponto declarativo de se autoenunciar como representante de um governo que sustentava um projeto nacional de interesse popular – *progressista, inclusivo*. Todo esse teor apologético se estende aos feitos do partido que representa, por três mandatos consecutivos.

Quadro 13 - Descrição pragmática do ato (11)

Por mais de 13 anos, realizamos com sucesso um projeto que promoveu a maior inclusão social e redução de desigualdades da história de nosso país.	
<p>Ilocucional</p> <p>P: assertivo</p> <p>M: constativo</p> <p>CCP: relações lexicais: feitos do seu partido</p> <p>CP: papel de analista do próprio governo</p> <p>CS: lugar de autoridade</p>	<p>Perlocucional</p> <p>EP: Realizar autoelogios ao seu governo, caracterizando-o como pioneiro.</p>

Fonte: Elaborada pela autora

Nos dois atos o EUc não se refere diretamente ao seu mandato, mais amplamente é trazido o projeto, ou seja, os mandatos do partido dos trabalhadores com os presidentes Lula e Dilma, como se evidencia em “por mais de 13 anos[...]”, período em que o partido dos trabalhadores esteve no poder. Ao predicar positivamente o projeto, o autoelogio é realizado de forma mais amena, de modo que o EUc não elogia diretamente a sua atuação política mas o trabalho e desempenho

do PT em prol de uma política de inclusão, ou seja, um “eu” que se veste de “nós”.

Observando mais profundamente o uso do vocábulo “projeto” nos atos de fala em análise, podemos afirmar que o substantivo atenua a percepção dos efeitos perlocucionais de autoelogio ao ponto de induzir a crer que seja um elogio a linha ideológica de trabalho – “progressista, inclusiva e democrática” - e não necessariamente um elogio a quem realiza o projeto. Entretanto, o verbo “represento” orienta para o autoelogio, visto que ela se autodenomina como representante do projeto, reafirmando a sua posição de poder.

Ao realizar autoelogios, ainda que pareçam elogios amplos e não necessariamente de si, o EUE seleciona adjetivos importantes. No primeiro ato “projeto” é predicado como “nacional progressista, inclusivo e democrático”, caracterizado dicotomicamente ao projeto da oposição, que mais adiante, no mesmo enunciado, é predicado como “força conservadora e reacionária”, de modo que, além de elogiar o projeto ao qual pertence, o EUE também critica o projeto dos adversários. O emprego do adjetivo “democrático” também é bastante representativo, já que durante todo o pronunciamento o enunciador reforça a ausência da manutenção da democracia no processo de afastamento.

Em “por mais de 13 anos, realizamos com sucesso um projeto que promoveu a maior inclusão social e redução de desigualdades da história de nosso país”, ato assertivo de modo constatação, a expressão adverbial temporal “por mais de 13 anos” sinaliza a longa duração do projeto, suscitando um projeto discursivo retrospectivo, apontando para a aprovação popular que ocorreu de quatro em quatro anos por meio de eleições, e também mostrando uma consolidação política do partido.

No ato anterior, a qualificação do projeto se dá exclusivamente por meio de adjetivos, já neste segundo ato a predicação também acontece a partir da seleção de realizações políticas, ações de cunho social, a inclusão social e redução de desigualdades, dado que esse é um ponto crucial ao se pensar em políticas públicas no Brasil. Segundo estudos realizados pelo IBGE, 25,4% da população brasileira viveu com menos de 387 reais por mês em 2016. A escolha desse avanço político-social foi bastante estratégica, pois ele tem grande índice de aceitação, tendo em vista a seriedade do problema social apresentado. A positivação da ação política apresentada se intensifica ao observarmos o modo como ela é determinada, sendo designada como a **maior** da história do Brasil. O EUE reafirma a sua competência,

marcada pelas condições de sinceridade (CS) do seu lugar de autoridade e o de seus aliados, que participaram do projeto, além de se imputarem como precursores ao fazerem o que antes nenhum outro projeto havia feito, assegurando a ele grande importância histórica e social. Nessa direção o EUc institui várias imagens que comprovam e reforçam o *ethos* de boa gestora, como podemos ilustrar no esquema 4.

Esquema 4 - Superposição de imagens que reafirmam o *ethos* de boa gestora



Fonte: Elaborado pela autora

Perspectivamente, nesse momento do trabalho nos detivemos ao *ethos*, ou seja, as estratégias de "fazer-criar". Na tentativa de propor uma análise que vá ganhando força e corpo durante nossa dissertação, vamos na próxima seção dar atenção maior ao *pathos*, às estratégias de "fazer-sentir".¹² Refletindo sobre a importância do *pathos* na adesão a um discurso, visto que se experienciamos o mundo a partir das emoções, sua análise é de suma importância para mostrar como refletimos diante de um estado de coisas, afinal,

¹² É certo que o fazer-sentir também está presente na dimensão ética. Fizemos essa "separação" para fins didáticos, com o objetivo de pontuar o que iremos ressaltar em cada seção.

persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio. (ARISTÓTELES, 1998, p. 49)

2. 4 A emoção no discurso político: Estudo das estratégias enunciativas de patemização

As emoções são intrínsecas aos seres humanos, vivemos e experimentamos o mundo a partir delas, como afirma Sartre (2005). A partir da emoção o sujeito e do objeto alvo de sua emoção estão unidos numa síntese que não é capaz de se desfazer, estabelece-se, portanto, a conexão entre os sujeitos e o que os circunda, em que a emoção sempre retorna ao objeto emocionado e dele se nutre.

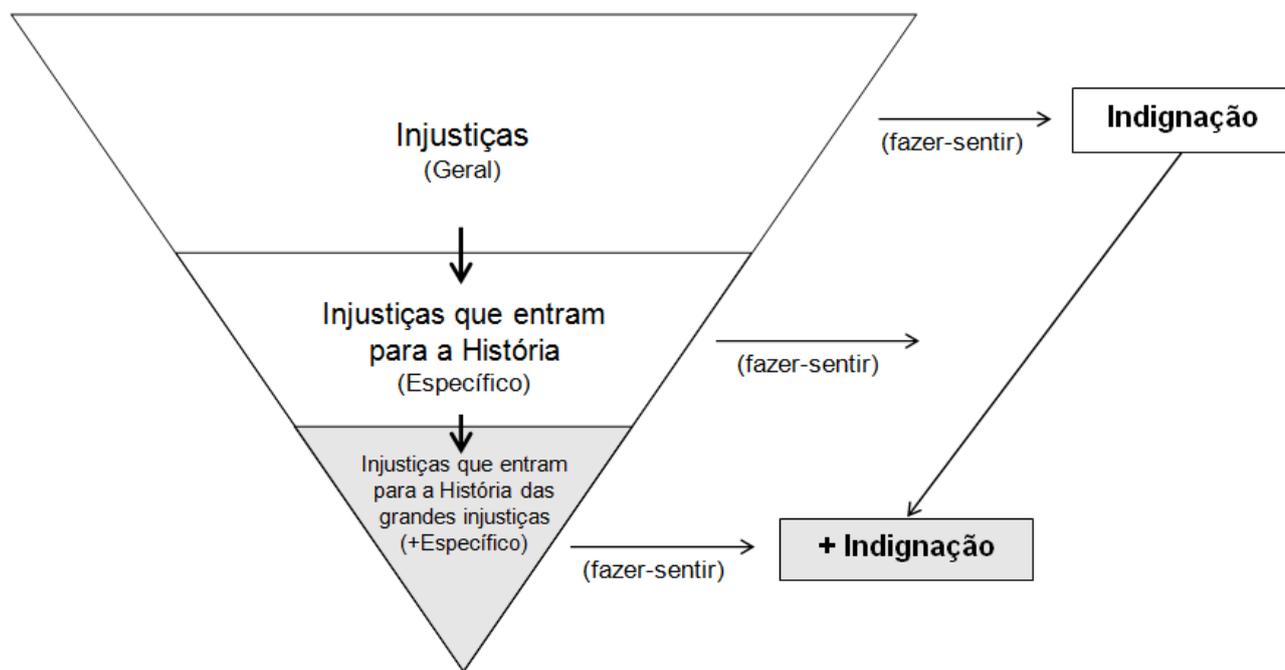
Entretanto, vale reforçar que nosso objeto de análise não compreende propriamente as emoções, ou seja, "aquilo que sentem efetivamente os indivíduos (...), nem aquilo que os motiva a experimentar ou a agir (...), nem tampouco as normas gerais que regulam as relações sociais" (CHARAUDEAU, 2000, p.127), analisando o *pathos* buscamos nos debruçar sobre como a emoção pode ser estudada enquanto efeito visado e não como efeito produzido, em que o *pathos* seria uma possibilidade/expectativa de despertar algum sentimento no auditório. Analisaremos, por conseguinte, o pronunciamento de Dilma Rousseff a partir de recortes de excertos em que nos atentaremos aos aspectos linguístico-discursivos que avaliamos serem capazes de desencadear, no auditório, algum tipo de reação afetiva recorrente.

No fragmento "Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças" pretende-se que o TUI aceite a imagem de injustiçado do EUc e acredite na inocência do EUc, para assim, sentir indignação diante da injustiça apresentada. O EUe incentiva que a indignação aconteça com grande intensidade, de modo que ele qualifica a Instituição Justiça como diferente das demais, de forma especial, como uma que "entra para a história das grandes injustiças". As ações qualificadas com o fazer injustiça são especificadas ao possuir o status de entrar pela porta dos fundos da história, assegurando-lhes um lugar nada elogiável na história das grandes injustiças.

Nesse panorama, direciona-se o TUI para os seguintes raciocínios dedutivos: a) existem injustiças (geral); b) existem injustiças que entram para o história (específico); c) existem injustiças que entram para a história das grandes injustiças (+ específico). Visa-se "fazer-sentir" pelo TUI a indignação condizente com a importância

da injustiça apresentada, quanto mais específica e importante a injustiça, maior a reação de indignação esperada pelo EUc. Vejamos:

Esquema 5 - Direcionamento dedutivo para fazer-sentir indignação



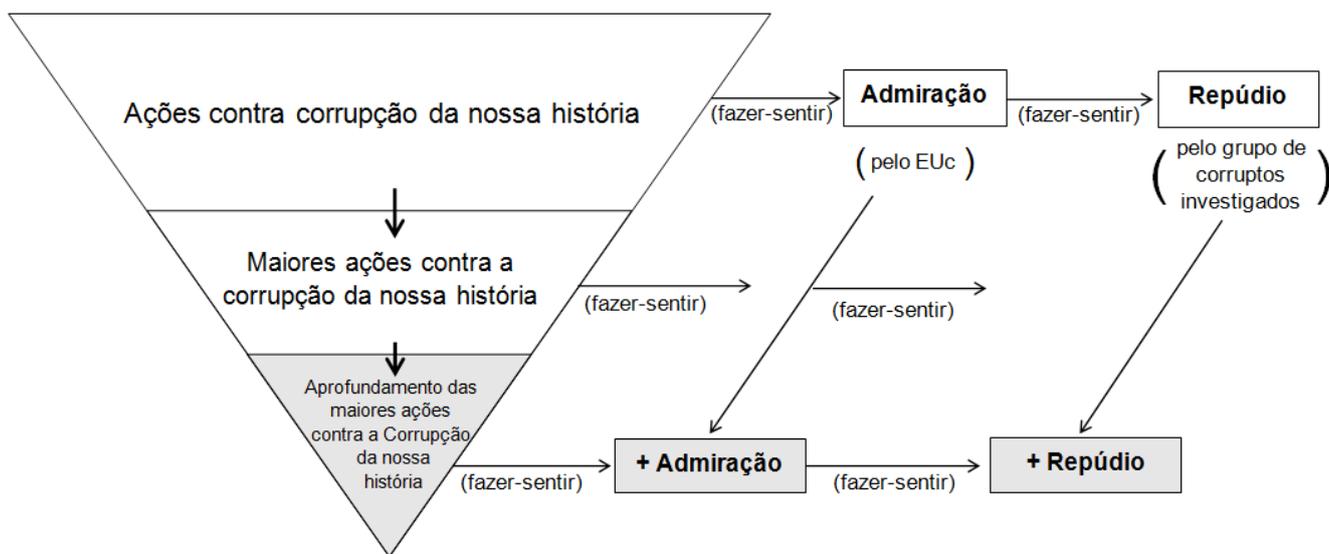
Fonte: Elaborado pela autora

Causa espanto que a maior ação contra a corrupção da nossa história, propiciada por ações desenvolvidas e leis aprovadas e sancionadas a partir de 2003 e aprofundadas em meu governo, leve justamente ao poder um grupo de corruptos investigados. (ROUSSEFF, 2016)

No excerto "maior ação contra a corrupção da nossa história" o EUe mais uma vez vale-se da estratégia de estruturar seu discurso com ênfase na determinação das predicações, ao caracterizar a ação contra a corrupção como a maior de nossa história o EUc pretende que o TUi sinta admiração pelo PT e pelo presidente Lula, pois as ações tiveram início em 2003. Já quando o EUc destaca a sua contribuição em "aprofundadas" espera-se que a admiração seja ampliada, em que a sua imagem de boa gestora se evidencie, para que assim, aconteça um processo passional de polarização, em que o TUi tenha **admiração** pelo Euc por sua empreitada no combate à corrupção com o aprofundamento da maior ação realizada na história do nosso país, e consonantemente sinta **repúdio** pelo "grupo de corruptos investigados" que apropria-se do poder, evidenciando que o campo político é o lugar onde os princípios

passionais governam as relações de poder e submissão, como afirma Charaudeau (2006). Como tentamos evidenciar no esquema a seguir:

Esquema 6 - Direcionamento dedutivo para fazer-sentir admiração e repúdio



Fonte: Elaborado pela autora

Ao admirar o EUC e por conseguinte repudiar o "grupo de corruptos investigados" o TUI é conduzido a se indignar com a situação exposta: quem está desenvolvendo a maior ação contra a corrupção da nossa história é afastado do poder e o poder é tomado por um grupo de corruptos investigados. De modo que, quanto maior a admiração sentida pelo EUC maior o repúdio pelo "grupo de corruptos investigados", e em equivalência, maior será a **indignação** pelo afastamento da presidente. Como buscamos evidenciar no esquema 7.

Esquema 7 – Relações no processo de fazer-sentir



Fonte: Elaborado pela autora

Nos atos com força ilocucional assertiva e modo conjectura "Não voltaremos apenas para satisfazer nossos desejos ou nossa vaidade. Voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil que o povo é soberano" o EUC instaura a imagem de si como altruísta, de quem não é movido pela vaidade, que sua preocupação é pela soberania popular, em que o EUE pretende mostrar humildade, que se importa mais com o coletivo (causa nobre) do que consigo mesmo (vaidade). Depois de fazer-criar nessa imagem, espera-se que o auditório sinta pelo EUC **admiração** e **confiança**, pois esse é o perfil socialmente esperado de um governante, alguém que abra mão de interesses próprios e mesquinhos para pensar na população.

Entretanto, vale pontuarmos que quando o EUE se refere ao "Brasil que o povo é soberano" existe uma crítica ao processo de impeachment, pois ele não foi votado pelo povo, como o EUE assevera em "É uma inequívoca eleição indireta, em que 61 senadores substituem a vontade expressa de 54,5 milhões de votos", sendo assim, pode-se afirmar que se pretende também "fazer-sentir" **indignação** pela perda de poder popular. O EUE constrói um projeto discursivo que aponta que o processo de impeachment não atingiu somente a si, mas à população de um modo geral, visto que, a soberania popular concretizada pelas eleições diretas não foi respeitada, em que se pretende "fazer-sentir" que o TUI se sinta **prejudicado/atingido**.

Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido ou os partidos aliados, que me apoiam hoje.[...] O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua própria história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido. (ROUSSEFF, 2016)

Nesse excerto selecionado para análise é evidenciado o projeto discursivo do EUE de "fazer-criar" o auditório que o processo de impeachment é prejudicial não só a ele, mas que o TUI também é atingido negativamente, e em razão desse saber, fazer-sentir que também é golpeado, que está em situação de perda. O alerta do amplo alcance do processo de afastamento se inicia no ato em análise do esquema 13.

Quadro 14 - Descrição pragmática do ato (12)

Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido ou os partidos aliados, que me apoiam hoje
--

<p>Ilocucional</p> <p>P: assertivo</p> <p>M: afirmação</p> <p>CCP: relações lexicais: o alcance social do golpe</p> <p>CP: papel de analista do fato histórico</p> <p>CS: lugar de autoridade</p>	<p>Perlocucional</p> <p>EP: Gerar atenção e dúvida no TUi.</p>
--	---

Fonte: Elaborada pela autora

No ato assertivo de modo afirmação, o EUE rompe com a prerrogativa de que o golpe foi apenas contra si, o partido ou partidos aliados, produzindo no TUi estado de **atenção e dúvida**, em que ele espera saber quem mais foi atingido pelo golpe, pois o EUE apresentou quem o TUi pudesse inferir de forma mais rápida como alvo do golpe, deixando o "novo alvo" em *stand by*. Nessa perspectiva, o EUE rompe com a limitação do alcance do golpe, apontando para novos atingidos.

Quadro 15 - Descrição pragmática do ato (13)

O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções (...)	
<p>Ilocucional</p> <p>P: assertivo</p> <p>M: afirmação</p> <p>CCP: relações lexicais: o alcance social do golpe e o colapso da luta por direitos</p> <p>CP: papel de analista do fato histórico</p> <p>CS: lugar de autoridade</p>	<p>Perlocucional</p> <p>EP: Alertar sobre o amplo alcance do golpe.</p>

Fonte: Elaborada pela autora

Ampliando o alcance do golpe, demonstrado no plano locucional pela enumeração exaustiva de lutas por direitos que serão afetadas, o EU apresenta outros atingidos pelo golpe, de modo a conduzir o auditório a se reconhecer como golpeado. No início, apresenta-se o primeiro grupo: os movimentos sociais e sindicais, esse grupo é menor, em que o poder de alcance da identificação do pertencimento é mais restrito; em seguida o segundo grupo: os que lutam por direitos em todas as suas acepções, já esse grupo é bem mais amplo, abarcando grande parte da sociedade, dificilmente as pessoas vão se identificar como indivíduos que não lutam por direitos.

Nesse ensejo, o EUE almeja, construir efeitos de patemização em que o TUI sintá-se **pertencente**, se perceba como um dos atingidos pelo golpe.

Após ampliar o alcance do golpe e tentar fazer com que o TUI se reconheça como um dos atingidos pelo golpe, o EUE utiliza da estratégia de particularizar, de fazer com que o TUI se identifique a partir de situações específicas, como se fosse construída uma espécie de *checklist*, em que o auditório vai se identificando e reconhecendo a importância de cada direito. Dentro do grupo dos que lutam por direitos em todas as suas acepções, de caráter mais amplo, vários subgrupos são vislumbrado pelo EUE (trabalhadores, idosos, estudantes, jovens etc.). Entretanto, direitos sociais apresentados, em sua maioria, possuem certa unanimidade em aprovação, pretende-se que haja ampla identificação de **reconhecimento**, de modo que, a particularização se mostra como um reforço nas estratégias para "fazer-sentir" no auditório o sentimento de **atingido** pelo golpe.

Como consequência ao sentimento de pertencimento um novo estágio do "fazer-sentir" é ambicionado pelo EUE, visto que inicialmente o TUI é direcionado para se reconhecer como um dos atingidos pelo golpe, depois quando os grupos de direitos são elencados, busca-se que ele se veja como pertencente aos que lutam pelos direitos apresentados se reconhecendo e percebendo a ameaça de perder esses direitos. O TUI é encaminhado a sentir **medo**, medo que esses direitos acabem, por serem diretamente beneficiados por eles ou por concordarem com tais direitos.

Com isso, o EUE pretende fazer com que o processo de impeachment, caracterizado como golpe, não seja considerado apenas uma questão partidária, mas como um problema de ordem social, que atinge forte e negativamente toda a sociedade. como o EUE assevera em "vão capturar as instituições do Estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e de retrocesso social". Nesse ato assertivo com modo predição, a conjectura que o EUE faz sobre o futuro do país após o afastamento definitivo fundamenta-se na ambição de instaurar o **medo**, especialmente o medo nas camadas menos favorecidas economicamente, pois o retrocesso social atinge diretamente a base da pirâmide social, ou seja, a classe trabalhadora, maior parte da população.

Quando o EUE pretende instaurar o medo, especialmente nas classes menos favorecidas economicamente, espera-se também incentivar que o TUI sintá **gratidão** e **admiração** pelas ações realizadas pelo "projeto nacional progressista, inclusivo e

democrático" que "promoveu a maior inclusão social e redução de desigualdades da história de nosso país", incentivando que o TUi lembre-se que foi durante o projeto que o EUc representa, que os trabalhadores "superaram a miséria, realizaram o sonho da casa própria, começaram a receber atendimento médico, entraram na universidade e deixaram de ser invisíveis aos olhos da Nação, passando a ter direitos que sempre lhes foram negados". Nesse ensejo, o EUe busca apresentar-se para o TUi como a melhor opção, como o projeto progressista que garante direitos sociais, e não como a força de retrocesso social que os põe em risco.

Diante dos "jogos de expectativas", dos efeitos que o enunciador deseja produzir no outro, nos inserimos no campo de estudo dos efeitos visados, que são apresentados por Charaudeau (2010) como: Fazer-saber (informação, instrução, demonstração), fazer-criar (persuasão e adesão), fazer-sentir (sedução) e fazer-fazer (incitação, prescrição). Nessa esteira, ao nos atentarmos às estratégias de "fazer-criar" e "fazer-sentir", sentimos necessidade de analisar também as estratégias de "fazer-fazer", posto que, o EU pretende informar e "fazer-criar" o TU e posteriormente fazê-lo sentir emoções, entretanto, o enunciador também visa fazer com que o auditório tenha algumas atitudes, realizando ações, ou seja, ambiciona "fazer-fazer". Dilma Rousseff, por exemplo, pretende que o auditório seja informado sobre a situação de ilegitimidade de seu afastamento, creia que ela está sofrendo um golpe, sinta-se indignado com a situação, de modo, que também se sinta atingido pelo golpe e que, portanto, tome atitudes que demonstrem esse descontentamento, que se mobilize contra o afastamento definitivo da ex-presidente. Desse modo, na próxima seção estudaremos as vidas de "incitação" que Charaudeau (2010) classifica como:

(i) o "eu" quer fazer fazer alguma coisa a "tu", como na visada de prescrição, mas aqui, não estando em posição de autoridade, "eu" não pode senão incitar a fazer a "tu" ; (ii) ele deve, então, passar por um fazer criar a fim de persuadir o "tu" de que será o beneficiário do seu próprio ato, de modo que este aja (ou pense) na direção desejada por "eu" ; (iii) o "tu" se encontra, então, em posição de dever crer no que lhe é dito. Esta visada é típica dos discursos publicitário e político. (CHARAUDEAU, 2010)

2.5 Visada de "incitação": Considerações sobre o fazer-fazer

O enunciador não possui domínio dos efeitos que são produzidos a partir de seus atos de linguagem, entretanto, ele constrói expectativas, vislumbra modelos de reações possíveis, correspondendo a intencionalidade psicossociodiscursiva, afinal, o ato de linguagem

corresponde a uma dada expectativa de significação. O ato de linguagem pode ser considerado como uma interação de intencionalidades cujo motor seria o princípio do jogo: "Jogar um lance na expectativa de ganhar." O que nos leva a afirmar que a encenação do dizer depende de uma atividade estratégica (conjunto de estratégias discursivas) que considera as determinações do quadro situacional. (CHARAUDEAU; 2001, p. 28-29).

De acordo com as representações da comunidade em que os sujeitos da enunciação estão inseridos, se valendo de determinados rituais sociolinguageiros, pautados por uma interação de intencionalidade, os atos de linguagem e as estratégias discursivas se constituem. Desse modo, o enunciador, situado nessa relação de força em que o vínculo social entre os sujeitos está tecido, objetiva ganhar a credibilidade e adesão do coenunciador, perspectivando um sujeito destinatário ideal, mas para além disso, também pretende que o auditório aja a seu favor.

A visada de "incitação" é comum no discurso político, porém, a intencionalidade, os efeitos que pretende produzir no auditório se modificam a depender da situação comunicacional. Em um discurso eleitoral, o "EU" planeja angariar votos. Já em um discurso de posse não existe mais o objetivo de conseguir votos, visto que ele já foi alcançado, o "EU" nessa situação de enunciação se preocupará em reafirmar suas promessas e instigar no auditório a manutenção do apoio obtido. Em um discurso de afastamento do poder o enunciador realiza estratégias parecidas com as utilizadas para alcançar votos, visto que o representante político precisará da instância cidadã para alcançar novamente o poder.

Em nosso objeto de análise, Dilma para reconquistar o poder precisaria do apoio maciço da instância cidadã, com posicionamento contrário ao afastamento definitivo, que se evidenciaria em manifestações, passeatas, greves, paralisações etc. Ou seja, que a sociedade brasileira se mobilizasse para reverter a decisão tomada pelo Senado Federal. O EUc, dessa forma, convida a instância cidadã para lutar, como

Não desistam da luta. [...] Sei que todos nós vamos lutar. Haverá contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer. [...] Espero que saibamos nos unir em defesa de causas comuns a todos os progressistas, independentemente de filiação partidária ou posição política. [...] Proponho que lutemos, todos juntos, contra o retrocesso, contra a agenda conservadora, contra a extinção de direitos, pela soberania nacional e pelo restabelecimento pleno da democracia. (ROUSSEFF, 2016)

Que análise pode ser proposta para os atos contidos no trecho acima e o representam no contexto de nossa análise? Destacaremos, inicialmente, as dimensões ilocucional e perlocucional no quadro 15.

Quadro 16 - Descrição pragmática do ato (14)

Não desistam da luta	
Ilocucional P: diretivo M: conclamação CCP: relações e propriedades lexicais: não desistir e lutar CP: papel de mobilizador da militância, dos grupos sociais... CS: autenticidade para incentivar a luta	Perlocucional EP: apelo emocional pela continuidade da luta

Fonte: Elaborada pela autora

O teor locucional do ato está fundamentado nas propriedades do termo *luta*, associadas ao sintagma verbal *não desistir*. É essa dimensão do locucional que determina a intensidade com que a locutora conclama os segmentos sociais para lutarem pela manutenção das conquistas sociais alcançadas, como veremos nos atos seguintes. É importante destacar também que a condição de vítima de um processo ilegal e ilegítimo, confere à locutora autenticidade sobre a luta que incentiva (CS). O valor dessa conclamação para a luta, expresso nesse ato diretivo, analisado no quadro 16.

Quadro 17- Descrição pragmática do ato (15)

Espero que saibamos nos unir em defesa de causas comuns a todos os progressistas, independentemente de filiação partidária ou posição política.	
Ilocucional P: comissivo/diretivo	Perlocucional EP: apelo à união dos

M: conclamação coletiva CCP: relações lexicais: união de progressistas → defesa das causas CP: papel de mobilizadora da cidadania, dos grupos sociais... CS: autenticidade para incentivar a luta	progressistas.
--	----------------

Fonte: Elaborada pela autora

Os valores locucionais expressos nesse ato – *defesa das causas, progressistas...* - instrumentalizam a conclamação partilhada, incluindo aqui a presença da locutora, já que ela se insere no próprio ato – *saibamos nos unir* -, daí a sua classificação híbrida – comissivo/diretivo. As CP e as CS continuam assegurando à locutora o papel a que se propõe – *mobilizar grupos sociais*. Essa hibridez do ponto ilocucional aparece reiterado no ato em análise no quadro 17.

Quadro 18 - Descrição pragmática do ato (16)

Proponho que lutemos todos juntos contra o retrocesso, contra a agenda conservadora, contra a extinção de direitos, pela soberania nacional e pelo restabelecimento pleno da democracia.	
<p>Ilocucional</p> <p>P: comissivo/diretivo M: conclamação coletiva CCP: relações lexicais: todos contra: retrocesso, agenda conservadora...; todos pela: soberania, democracia CP: papel de mobilizadora da cidadania, dos grupos sociais... CS: autenticidade para incentivar a luta</p>	<p>Perlocucional</p> <p>EP: apelo à união contra retrocessos</p>

Fonte: Elaborada pela autora

Os traços locucionais presentes nesse ato asseguram sua conexão com o ato anterior. Embora ambos sejam descritos dentro das mesmas características de ponto e modo (comissivo/assertivo; conclamação), as CCP marcam a diferença entre um e outro. Enquanto o primeiro representa condições iniciais para uma ação conjunta – *união de progressistas em defesa de certas causas* -, o segundo ato materializa duas formas de realização dessa ação: *contra retrocessos e pela soberania e democracia*.

No plano argumentativo, o primeiro ato mostra a maneira pela qual devemos nos conduzir para alcançar o que é proposto no segundo, funcionando, portanto, como um princípio de causalidade. Para concluir, faremos a uma análise do último ato, deslocado de sua posição original no pronunciamento, no quadro 19.

Quadro 19 - Descrição pragmática do ato (17)

Sei que todos nós vamos lutar. Haverá contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer.	
<p>Ilocucional</p> <p>P: assertivo</p> <p>M: convicção > predição</p> <p>CCP: correlações lexicais: todos integrados à luta → oposição enérgica aos golpistas</p> <p>CP: papel de mobilizadora da cidadania, dos grupos sociais...</p> <p>CS: autenticidade para incentivar a luta</p>	<p>Perlocucional</p> <p>EP: expectativa da união contra retrocessos</p>

Fonte: Elaborada pela autora

Apesar de serem dois atos distintos, podemos mantê-los dentro de um mesmo enquadramento descritivo, considerando apenas a mudança de modo do primeiro para o segundo – convicção > predição. Por outro lado, a dimensão locucional, marcada nas CCP, também contribuem para ratificar a mudança do modo: a convicção de que a instância cidadã está unida na defesa de seus direitos – todos vamos lutar – terá como consequências previsíveis uma oposição sem tréguas aos golpistas – *a mais forte e enérgica oposição*.

Em relação ao processo enunciativo implicado nos atos analisados podemos perceber com clareza o desejo do EUc em mobilizar o TUi para "fazer-fazer", dessa maneira, o enunciador convida, solicita e conclama o auditório para lutar contra o afastamento definitivo, embora o pedido não se realize de forma explícita. O enunciador não sinaliza claramente que a luta é contra o processo de afastamento, que seria de cunho mais individual, em que a presidente é o alvo. O pedido é realizado para que haja luta por causas coletivas, em que a população é prejudicada, como se evidencia em "lutemos, todos juntos, contra o retrocesso, contra a agenda

conservadora, contra a extinção de direitos, pela soberania nacional e pelo restabelecimento pleno da democracia", estratégia que leva o TUi a crer que será o beneficiário do seu próprio ato.

Quanto à força ilocucional diretiva "Não desistam da luta" com modo de realização conclamação, o EUc realiza um apelo aos seus apoiadores, posto que o pedido não é para que a luta se inicie, mas para que a luta não cesse, para que as pessoas que apoiam a ex-presidente não desanimem. Anteriormente ao apelo, o EUe afirma que "a descrença e a mágoa que nos atingem em momentos como esse são péssimas conselheiras", pretendendo motivar seus apoiadores, pedindo para que não desistam de lutar. Já em "Espero que saibamos nos unir em defesa de causas comuns a todos os progressistas, independentemente de filiação partidária ou posição política", com força híbrida comissiva/diretiva e modo conclamação, o EUc direciona seu ato a outro TUi, aos progressistas, todos eles, "independentemente de filiação partidária ou posição política". O EUc utiliza o verbo "espero" que poderia ter como conotação a ideia de prospecção, de vontade futura, ainda que o verbo também assuma o papel de "peço", na expectativa que acontecesse o que o enunciador "espera", que seria bastante benéfico para si, pois significaria a ampliação de seu público apoiador, maior adesão a sua causa e, conseqüentemente, maior força na pressão que poderia acontecer advinda da instância cidadã.

Ao caracterizar os progressistas, mostrando a irrelevância de filiação partidária ou posição política, o EUc pretende fazer-fazer os progressistas deixarem de lado as controvérsias políticas e desavenças partidárias para se unirem em defesa de causas comuns, estabelecendo assim a seguinte relação de valoração que ($A > B$ e C), de modo que, A) causas comuns a todos os progressistas; B) filiação partidária; C) posição política; ou seja, as causas comuns a todos os progressistas são superiores a filiação partidária e a posição política.

Assim, o EUc pede que os progressistas se unam, mais especificamente, que os progressistas que são contrários aos posicionamentos políticos do PT reconheçam as causas comuns que os unem, que são mais graves, e que relevem as diferenças, propondo assim, que esses progressistas também lutem contra o impeachment. Neste trecho, o TUi é convidado a fazer-fazer dois movimentos: primeiramente relevar a sua filiação partidária e posição política, e posteriormente, lutar por causas comuns, o que corresponderia a lutar contra o afastamento definitivo, que mais uma vez não é

explicitado. Essa estratégia corrobora com a manutenção da ideia de coletividade, em que novamente, ao fazer-fazer o TUi se constitui como beneficiário do próprio ato.

Nos atos "Proponho que lutemos [...] pleno democracia." e "Sei que todos nós vamos lutar [...] pode sofrer" o EUc amplia um pouco mais o grupo de pessoas que podem se constituir como TUi, de modo que, nesses trechos ele realiza o pedido a instância cidadã de modo geral, como se evidencia em "todos juntos" e "todos nós". O EUc continua nesses atos reforçando a luta contra causas comuns: "contra o retrocesso [...] pleno da democracia" e não, explicitamente o pedido da luta contra o impeachment, ainda que uma coisa leve indiscutivelmente a outra. Nesses dois atos o EUc direciona de forma mais contundente o TUi, elencando com maior firmeza o que ele deseja motivar o auditório a "fazer-fazer", ou seja: a) lutar contra o retrocesso, agenda conservadora, extinção de direitos; b) lutar a favor da soberania nacional e restabelecimento da democracia; c) realizar a mais firme, incansável e enérgica oposição ao governo golpista.

PARTE III: ANÁLISE DE COMENTÁRIOS EM RESPOSTA AO PRONUNCIAMENTO

3.1 Representações de Dilma Rousseff: a caracterização da presidente pelos locutores-internautas

Nesta parte do trabalho vamos analisar comentários realizados na transmissão online de afastamento definitivo da república, postados no perfil da ex-presidente Dilma Rousseff, na rede social *Facebook*. Escolhemos como caminho metodológico analisar o pronunciamento de afastamento e alguns comentários-resposta motivados pelo desejo de estudar o processo enunciativo considerando as relações dialógicas entre instância política e instância cidadã, investigando como essas instâncias enunciativas se instauram e como forjam o outro discursivamente.

Partimos do pressuposto de que viver é participar de um diálogo, portanto, para nós, na relação dialógica o EU e o TU nos interessam igualmente, portanto, analisar os comentários se mostra indispensável. Sendo assim, o Facebook se apresentou como um espaço profícuo para estudarmos alguns simulacros de interações entre o EU (Dilma Rousseff) e o TU (internautas), no momento de análise do pronunciamento de afastamento, e agora na análise dos comentários, EU (internautas) e TU (Dilma Rousseff e outros internautas).

Na análise dos comentários em resposta ao pronunciamento da ex-presidente Dilma Rousseff tentamos identificar, a partir de marcas linguísticas e discursivas, algumas apreciações e emissões de juízo de valor sobre a governante, projeção de *ethos*. Como a interação verbal é realizada por sujeitos que se constituem numa trama social complexa, com experimentações de se instaurar como sujeito em razão de instâncias de ordem cultural, filosófica, ideológica, política, social e histórica únicas, as representações da ex-presidente ocorreram a partir das peculiaridades de cada sujeito da comunicação.

Entretanto, algumas representações foram recorrentes, grosso modo, pertencentes a dois grupos antagônicos: um de representações favoráveis a ex-presidente e o outro de representações contrárias a ela.

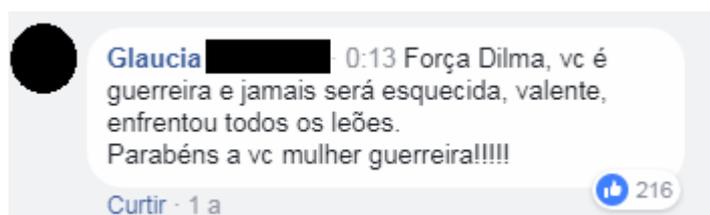
3.1.1 Representações positivas de Dilma Rousseff: forte, guerreira, honesta, valente, decente, precursora

A imagem da ex-presidente como forte e guerreira foi recorrentemente projetada em vários comentários em resposta ao pronunciamento de afastamento

definitivo da presidência da república. Entretanto, o movimento de projeção desta imagem já ocorria há mais tempo. Na campanha eleitoral de reeleição da ex-presidente em 2014, por exemplo, foi significativa a aposta na alcunha de “coração valente”, como se evidenciou no jingle que tinha como parte do refrão “Dilma, coração valente, força brasileira, garra desta gente.”.

A manutenção dessa imagem ocorreu durante o processo de afastamento, tanto por parte da presidente, como se evidenciou na análise do pronunciamento da ex-mandatária, que buscou construir a autoimagem de lutadora e persistente, como também por parte da instância cidadã que apoia Dilma Rousseff. Assim, em vários comentários a ex-presidente foi caracterizada como forte, valente, corajosa, guerreira. Como No comentário da imagem 3.

Imagem 3 - Comentário em resposta ao pronunciamento (1)



Fonte: Perfil no *Facebook* da ex-presidente Dilma Rousseff

No comentário apresentado, Dilma Rousseff é qualificada como guerreira duas vezes, em dois atos de fala. No primeiro ato, esquematicamente, temos o quadro 20.

Quadro 20 - Descrição Pragmática do ato (18)

Força Dilma, vc é guerreira e jamais será esquecida, valente, enfrentou todos os leões.	
<p>Ilocucional</p> <p>P: expressivo</p> <p>M: exaltativo</p> <p>CCP: natureza dos argumentos</p> <p>CP: papel de analista da cena social</p> <p>CS: posicionamento crítico</p>	<p>Perlocucional</p> <p>EP: Incentivar e enaltecer o TUi.</p>

Fonte: Elaborada pela autora

O locutor-internauta inicia sua fala incentivando a ex-presidente, em “Força Dilma”. Com esse incentivo o EUc pretende comprometer o TUi a realizar uma ação futura, almejando fazer-fazer com que o TUi tenha força. Logo em seguida, em “vc é guerreira e jamais será esquecida, valente, enfrentou todos os leões.” Com ponto expressivo e modo exaltação o locutor apresenta argumentos para incentivar e persuadir o TUi a continuar lutando.

O elogio de “guerreira” se apresenta como um dos argumentos para incentivar o TUi a continuar lutando, estabelecendo a lógica: se ‘x’ é guerreira, logo, ‘x’ tem força. Em seguida, em justaposição o EUc apresenta outro argumento na tentativa de atingir a vaidade do coenunciador, buscando fazer-sentir, ou seja, almejando que o TUi se sinta reconhecida em “jamais será esquecida”. A lógica anteriormente apresentada se complementa em: como ‘x’ é guerreira e terá força, ‘x’ jamais será esquecida.

Enaltecendo-a e chamando-a de “**valente**, enfrentou todos os leões”, o EUc reforça a estrutura argumentativa construída, de modo que: se x’ é valente, logo ‘x’ tem força; e posteriormente: ‘x’ enfrentou todos os leões porque é guerreira e valente. Assim, o EUc estabelece como estratégia discursiva, fazer-sentir para fazer-fazer, em que o TUi se sinta admirado, valorizado, animado e assim seja forte. No próximo ato o tom de exaltação se mantém, como podemos observar no quadro 21.

Quadro 21 - Descrição pragmática do ato (19)

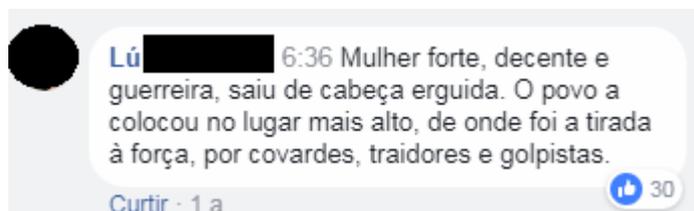
Parabéns a vc mulher guerreira!!!!	
<p>Ilocucional</p> <p>P: expressivo</p> <p>M: exaltativo</p> <p>CCP: natureza dos argumentos</p> <p>CP: papel de admirador</p> <p>CS: posicionamento crítico</p>	<p>Perlocucional</p> <p>EP: Parabenizar e enaltecer o TUi.</p>

Fonte: Elaborada pela autora

Nesse ato, também de ponto expressivo e modo exaltativo, o EUc parabeniza o TUi com bastante veemência, como vemos refletido pelo uso do ponto de exclamação repetidas vezes, precisamente cinco. O EUc além de parabenizar a atuação do TUi também a enaltece, repetindo o elogio, adjetivando-a como guerreira.

O EUC reforça sua admiração pelo TUI de forma contundente neste último ato de fala. No ato a predicação favorável ao TUI se mantém, porém, com algumas especificidades, vejamos a imagem 4.

Imagem 4 - Comentário em resposta ao pronunciamento (2)



Fonte: Perfil no *Facebook* da ex-presidente Dilma Rousseff

Uma descrição e correlação entre os seus atos poderia se organizar da maneira como proporemos no quadro 22 e 23.

Quadro 22 - Descrição pragmática do ato (20)

Mulher forte, decente e guerreira, saiu de cabeça erguida.	
<p>Ilocucional</p> <p>P: assertivo</p> <p>M: constatação</p> <p>CCP: itens lexicais de exortação – forte, decente, guerreira, cabeça erguida</p> <p>CP: papel de admirador</p> <p>CS: posicionamento crítico</p>	<p>Perlocucional</p> <p>EP: Valorização do posicionamento de Dilma Rousseff durante o processo de afastamento definitivo.</p>

Fonte: Elaborada pela autora

O conteúdo locucional desse ato reitera, na mesma linha de atos já analisados, a predicação positiva do TUI, em que a ex-presidente é caracterizada pela sequência: "forte, decente e guerreira", logo no início da proposição. Quando o EUC predica o TUI como **forte** e guerreira, além de elogiar o TUI, ele também denuncia o processo de afastamento como ultrajante, em que só tendo força e sendo guerreira se pode enfrentar. Na mesma direção, quando o TUI é caracterizado como decente, o processo de afastamento definitivo é denunciado por sua ilegitimidade, visto que, se a ex-presidente é decente ele não cometeu crime de responsabilidade, e portanto, não deveria ter sofrido impeachment.

A manutenção de ilegitimidade do afastamento também acontece em "saiu de

cabeça erguida”, pois, a atitude da ex-presidente de sair de cabeça erguida confirma a sua decência, colaborando na defesa de que não houve crime. O trecho "*saiu de cabeça erguida*" também reafirma os adjetivos "forte" e "guerreira", pois a relação se dá por dependência: para sair de cabeça erguida PRECISA ser forte; para sair de cabeça erguida PRECISA ser guerreira.

O conteúdo proposicional é construído a partir de uma forma acumulativa, de modo a apontar um argumento pragmático do tipo: SE Dilma saiu de cabeça erguida LOGO é decente; SE Dilma é decente, LOGO não cometeu crime de responsabilidade. Dessa maneira, os inimigos políticos do TUi são desqualificados e, conseqüentemente, o processo de afastamento também, como organizamos no quadro 23.

Quadro 23 - Descrição pragmática do ato (21)

O povo a colocou no lugar mais alto, de onde foi tirada à força, por covardes, traidores e golpistas.	
<p>Ilocucional P: expressivo M: acusação CCP: léxico de desqualificação dos oponentes – covardes, traidores e golpistas CP: papel de analista da cena social CS: posicionamento crítico</p>	<p>Perlocucional EP: Desqualificação dos adversários políticos por realizarem um processo de afastamento ilegítimo.</p>

Fonte: Elaborada pela autora

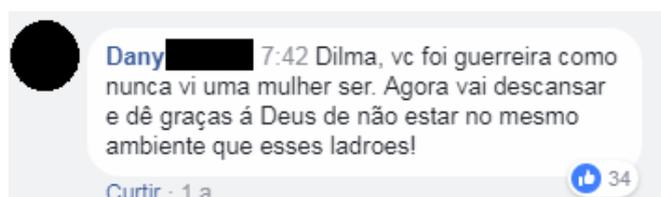
No comentário em análise os adversários políticos do TUi são categorizados em oposição a ele. Como vimos na análise do primeiro ato, a ex-presidente Dilma Rousseff é qualificada como forte, decente e guerreira, em contrapartida, seus adversários políticos são predicados como covardes, traidores e golpistas. É possível perceber que se trata da categorização de inimigos do TUi tanto pela categorização polarizada, mas principalmente, pelo modo como o afastamento é classificado, como se evidencia na agressividade e violência de “foi tirada à força”.

O léxico de desqualificação utilizado para representar os inimigos é pautado pela agentividade desses sujeitos no processo de afastamento do TUi do “lugar mais alto”, que foi colocada pelo povo, ou seja, em desrespeitar as eleições democráticas que elegeram o TUi como presidente. O papel de agente se evidencia pela preposição “por” que estabelece relação entre a ação de “tirar a força” e os sujeitos

“covardes, traidores e golpistas”. Ao desqualificar os agentes do processo de afastamento, o TUi concomitantemente deprecia o impeachment. Quando o EUC caracteriza os agentes do processo de afastamento como golpistas, a narrativa de que o afastamento definitivo é um golpe é colocada em voga, e assim, realiza-se a denúncia de ilegitimidade do impeachment.

Perspectivamente, além de ser representada como forte e guerreira, em alguns comentários, também é imputado ao TUi o "status" de **icônica**, de se posicionar de uma forma que a faz destacar das outras mulheres.

Imagem 5 - Comentário em resposta ao pronunciamento (3)



Fonte: Perfil no *Facebook* da ex-presidente Dilma Rousseff

Conforme se apresenta na análise do quadro 24.

Quadro 24 - Descrição pragmática do ato (22)

Dilma, vc foi guerreira como nunca vi uma mulher ser.	
<p>Ilocucional</p> <p>P: assertivo</p> <p>M: constatação</p> <p>CCP: natureza dos argumentos</p> <p>CP: papel de analista</p> <p>CS: experiência vivida pelo locutor</p>	<p>Perlocucional</p> <p>EP: Imputar ao TUi o “status” de icônica, de precursora.</p>

Fonte: Elaborada pela autora

Quando o EUC afirma que o TUi foi guerreira como ele nunca havia visto uma mulher ser, temos dois efeitos perlocucionais que se evidenciam: a) as mulheres não costumam ser muito guerreiras, assim, Dilma se destaca das demais; b) a característica de ser guerreira pode ser comum as mulheres, mas a presidente possui essa característica de forma acentuada. Nas duas possibilidades, é palpável que, existe para o EUC uma imagem de mulher construída que é rompida pela ex-dirigente, em que ela exerce o ser "guerreira" de forma intensificada, não seguindo aos modelos

esperados pelo locutor-internauta. O TUi também é caracterizada como honesta quando o EUc realiza o ato em análise no quadro 25.

Quadro 25 - Descrição pragmática do ato (23)

Dê graças a Deus de não estar no mesmo ambiente que esses ladrões.	
<p>Ilocucional</p> <p>P: assertivo</p> <p>M: convicção</p> <p>CCP: léxico de desqualificação dos oponentes – <i>ambiente de ladrões</i></p> <p>CP: papel de analista</p> <p>CS: posicionamento crítico</p>	<p>Perlocucional</p> <p>EP: Vitoriosa por deixar esse covil.</p>

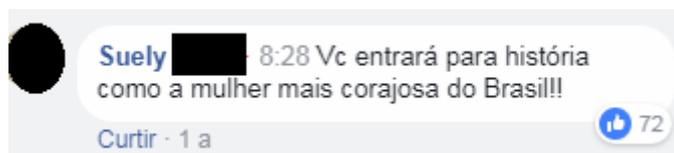
Fonte: Elaborada pela autora

No ato em questão, o EUc busca ressignificar o afastamento definitivo, negando a conotação de derrota/perda e forjando a acepção de vitória/ganho. De modo que, o EUc considera o impeachment como um motivo para “dar graças a Deus”, ou seja, processo que deve ser agradecido. O EUc justifica o motivo do agradecimento pela condição de distanciamento dos ladrões, isto é, graças ao impeachment o TUi não terá que “estar no mesmo ambiente que esses ladrões.”.

Como já dissemos, nesse ato a ex-presidente é caracterizada como honesta, uma vez que, quando o EUc afirma que ela deve “dar graças a Deus de não estar no mesmo ambiente que esses ladrões”, estabelece-se a orientação de que o TUi não é ladrão, pois se fosse, não se importaria em conviver com seus pares. Em oposição, dedutivamente: Se Dilma Rousseff não é ladra, logo, Dilma é honesta.

A estratégia discursiva de elogiar Dilma a partir da exclusividade, de uma suposta iconicidade, se dá novamente no comentário:

Imagem 6 - Comentário em resposta ao pronunciamento (4)



Fonte: Perfil no *Facebook* da ex-presidente Dilma Rousseff

Dilma Rousseff é denominada como mais corajosa do que as outras mulheres do Brasil, como se explicita com o advérbio "mais", construindo: Dilma > mulheres brasileiras. Para acentuar a coragem da ex-dirigente o internauta-locutor afirma que Dilma entrará para a história como a mulher mais corajosa do Brasil, assim, projeta o TUi numa relação que a destaca não apenas como mais corajosa do que as mulheres de sua geração, mas também mais corajosa do que as mulheres de gerações anteriores, afinal, a história não abarca somente a atualidade.

3.1.2 Representações negativas de Dilma Rousseff: má-oradora, má-gestora, corrupta

Enquanto Dilma Rousseff ainda era presidente do Brasil era comum que partes de seus discursos viralizassem na internet sob a justificativa de serem sem sentido e mal elaborados. Majoritariamente, a retaliação era realizada por pessoas que discordavam ideologicamente e politicamente da ex-presidente. Assim, tornou-se recorrente críticas severas aos discursos da ex-presidente. Na situação de pronunciamento de afastamento definitivo da função presidencial os xingamentos e críticas se repetiram, como no comentário:

Imagem 7 - Comentário em resposta ao pronunciamento (5)



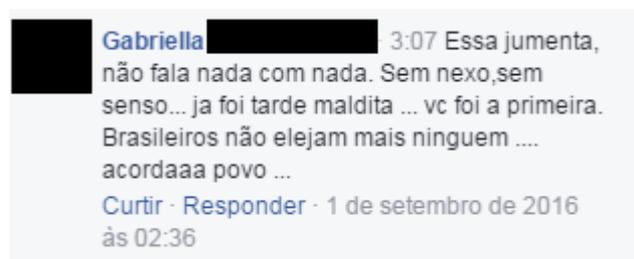
Fonte: Perfil no *Facebook* da ex-presidente Dilma Rouseff

O objeto discursivo do comentário em análise pode ser entendido como um ato assertivo representando uma opinião do locutor reprovando um estado de coisas. O comentário é sustentado pela ironia, em que o ato de fala assertivo pretende criticar e depreciar a performance discursiva da ex-presidente Dilma Rousseff. Em tom de deboche o EUC inicia o ato de fala com uma longa risada "Hahahahaha" e ao final reforça a ironia com "#sqn". A hashtag que significa "só que não", que possui a função de negar tudo o que foi dito anteriormente, se estruturando como garantia para que o TUi perceba a ironia presente no comentário. Assim a proposição "mas o português agradece a coerência dos seus discursos e sua retórica impecável" se revela, a partir de recursos da ironia, na forma negativa: "mas o português **não**

agradece a coerência dos seus discursos e sua retórica impecável". A ironia se fundamenta a partir de efeitos polifônicos, em uma organização de vozes que divergem. Em que, uma voz se estrutura em torno de um possível elogio à coerência e retórica, e em contrapartida, uma outra voz que nega e desvalida o elogio e instaura uma crítica ao que antes foi elogiado.

Constrói-se, assim, como efeito perlocucional, a crítica aos discursos do TUI de um modo geral, pois o EUE não faz menção a um evento discursivo específico, pelo contrário, o plural em "seus discursos" aponta para a tentativa de mostrar a recorrência de falta de coerência e habilidades retóricas Do TUI. Nessa direção, a ex-presidente é representada como **má-oradora**, uma figura política que tem dificuldade em se comunicar bem, de construir discursos coerentes. A falta de coerência da ex-presidente também é denunciada no comentário a seguir:

Imagem 8 - Comentário em resposta ao pronunciamento (6)



Fonte: Perfil no Facebook da ex-presidente Dilma Rousseff

O locutor inicia seu processo interlocutivo com um ato expressivo representando o julgamento (desprezo) do locutor pela ex-presidente. Como se confirma na análise proposta no quadro 26.

Quadro 26 - Descrição pragmática do ato (24)

Essa jumenta, não fala nada com nada. Sem nexos, sem senso..."

Ilocucional	Perlocucional
P: expressivo M: depreciativo CCP: léxico de desqualificação dos oponentes – jumenta, sem senso... CP: papel de crítico CS: Lugar de suposta autoridade em termos de linguagem	EP: Desqualificação da capacidade oratória do TUi.

Fonte: Elaborada pela autora

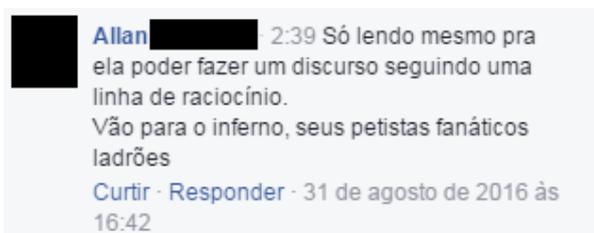
No ato expressivo representando o julgamento (desprezo) do locutor pela ex-presidente, o EUC a deprecia chamando-a de "essa jumenta", um insulto muito forte, visto que, ele ataca a humanidade do indivíduo e sua capacidade intelectual, pois além de considerá-lo um animal, o animal em questão é reconhecido pelo senso comum como sem inteligência. O EUC segue o comentário afirmando categoricamente que a ex-presidente "não fala nada com nada. Sem nexos, sem senso...", em que o locutor-internauta apresenta uma proposição que reafirma a sua falta de apreço pela ex-presidente, categorizando-a como péssima oradora, que não possui capacidade de se comunicar com nexos e senso.

Na análise realizada até este momento sobre os comentários que discutem sobre a capacidade oratória de Dilma Rousseff nos parece cabível nos ater a um aspecto específico: as condições de preparação. Os oradores criticam a capacidade do TUi de se comunicar com clareza e sentido e apresentar um discurso coerente, entretanto, não trazem nenhum exemplo, não são apresentados momentos do pronunciamento em que Dilma tenha "escorregado", nos valendo das palavras dos locutores, não são apresentados momentos em que houve o pronunciamento de trechos "nada com nada" e "sem nexos, sem senso".

A falta de exemplos e de argumentos que corroborem com as críticas feitas pelos enunciadores implicam em condições de preparação com pouca apuração e fundamentação, pois, além dos locutores-internautas não trazerem argumentos, não há também um direcionamento específico ao discurso que está sendo comentado, que é o pronunciamento de afastamento definitivo da função de presidente da República. Os comentários se estabelecem a partir de asserções genéricas e amplas, propiciando, assim, a construção de um *ethos* da ex-presidente pautada em

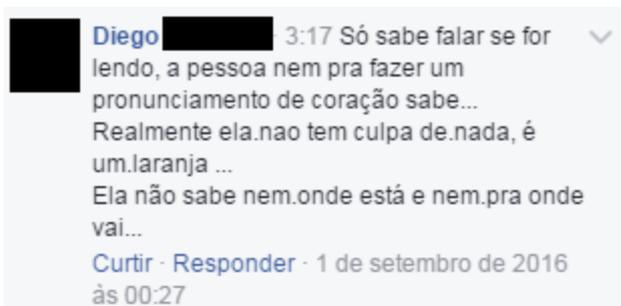
apreciações de eventos sócio discursivos anteriores ao pronunciamento em foco. As condições preparatórias se estabelecem diferentemente nos comentários:

Imagem 9 - Comentário em resposta ao pronunciamento (7)



Fonte: Perfil no *Facebook* da ex-presidente Dilma Rousseff

Imagem 10 - Comentário em resposta ao pronunciamento (8)



Fonte: Perfil no *Facebook* da ex-presidente Dilma Rousseff

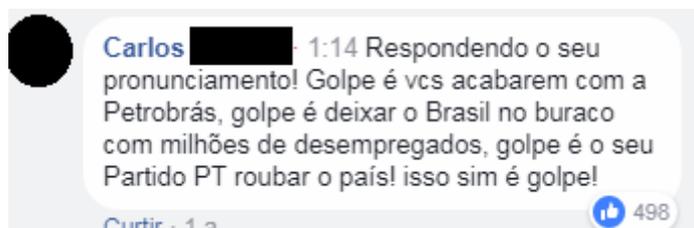
Nos trechos "Só lendo mesmo pra ela poder fazer um discurso seguindo uma linha de raciocínio" e "Só sabe falar se for lendo" as condições preparatórias se dão com maior fundamentação, pois, ainda que os locutores-internautas se valham de eventos sócio discursivos anteriores, eles também levam em consideração o evento em análise, o pronunciamento de afastamento definitivo.

A performance discursiva da presidente é indiretamente avaliada de modo positivo. A afirmação é sustentada por uma forma condicionada, em que: a) o discurso de Dilma Rousseff segue uma linha de raciocínio, SE SOMENTE SE for lendo. b) Dilma Rousseff sabe falar, SE SOMENTE SE for lendo. Desse modo, a performance é em alguma medida aceita, entretanto, Dilma Rousseff é diretamente criticada e sua agentividade diante do processo discursivo é questionada, de modo que sua capacidade como sujeito da comunicação restringe-se a função de leitora, a autoria de Dilma Rousseff é deliberadamente negada.

A ex-presidente foi criticada a partir de outras perspectivas, além da

performance oratória, em que além de ser representada como má-oradora, Dilma Rousseff também foi predicada como **má-gestora**, como se evidencia no comentário da imagem 11.

Imagem 11 - Comentário em resposta ao pronunciamento (9)



Fonte: Perfil no Facebook da ex-presidente Dilma Rousseff

O locutor-internauta em resposta direta ao pronunciamento de Dilma, expõe seu descontentamento quanto a atuação política da ex-presidente. A dimensão semântica do enunciado (CCP) do comentário em análise se constrói por meio de uma contraposição que coteja duas formas de avaliação sobre o processo de impeachment, duas avaliações críticas distintas sobre o que é golpe. No pronunciamento da ex-governante, em vários momentos afirmou-se contundentemente que o processo de afastamento de Dilma da presidência foi um golpe, contrariamente, o EUC enumera: 1- *“Golpe é vcs acabarem com a Petrobrás”*; 2- *“golpe é deixar o Brasil no buraco com milhões de desempregados”*; 3- *“golpe é o seu partido PT roubar o país.”*

O EUC tendo como ponto de partida apresentar novas considerações sobre o que seria um golpe, contrapondo a avaliação que Dilma Rousseff realizou em seu discurso, também instaura outras avaliações críticas, que reiteram as representações que o locutor tem da ex-presidente. Vejamos no quadro 27.

Quadro 27 - Descrição pragmática do ato (25)

Golpe é vcs acabarem com a Petrobrás	
<p>Ilocucional</p> <p>P: assertivo</p> <p>M: opinião</p> <p>CCP: correlação lexical: golpe e má-gestão</p>	<p>Perlocucional</p> <p>EP: Refutar a noção de golpe apresentada pelo TUi.</p>

CP: papel de analista do fato histórico	
CS: fatos supostos pelo locutor	

Fonte: Elaborada pela autora

Neste ato o EUc representa a ex-presidente negativamente, caracterizando-a como má gestora. O endereçamento proposto pelo pronome "vocês", também abarca o partido de sua sustentação e mandatos anteriores do PT, assim, Dilma, como metonímia do fracasso, é acusada de ter acabado com uma empresa petrolífera em que a União é acionista majoritária tendo uma atitude incompatível com a atitude que uma boa gestora deveria ter tido.

Além de ser representada pelo EUc como má-gestora, Dilma Rousseff também é denunciada de estar envolvida em processos ilegítimos. Desde 2014 a Petrobrás é alvo de investigações por suspeita de comprometimento em processos fraudulentos, como por exemplo, pagamento de propina. A suposta falência da Petrobrás, denominada pelo EUc em "*acabarem com a Petrobrás*", aponta como causa a má-gestão e processos de corrupção que são atribuídos pelo EUc como responsabilidade do governo federal. A representação de Dilma como corrupta e desonesta se intensifica, como podemos observar no quadro 28.

Quadro 28 - Descrição pragmática do ato (26)

Golpe é o seu partido PT roubar o país	
Ilocucional	Perlocucional
P: assertivo	
M: opinião	EP: Refutar a noção de golpe
CCP: correlação lexical: golpe e corrupção	apresentada pelo TUi e
CP: papel de analista do fato histórico	denunciar o envolvimento do PT
CS: posicionamento crítico	em processos fraudulentos.

Fonte: Elaborada pela autora

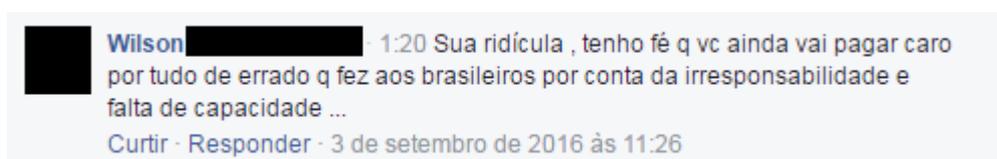
O EUc nesse ato realiza um endereçamento duplo, de modo que, ele divide a responsabilidade por "roubar o país", em que diretamente culpabiliza o Partido dos Trabalhadores e indiretamente a ex-presidente Dilma Rousseff. Desse modo, o locutor-internauta confirma o *ethos* de corrupta indiretamente construído no ato anterior.

No ato "golpe é deixar o Brasil no buraco com milhões de desempregados" o locutor confirma a imagem de má-gestora, talvez esse seja o ato em que essa imagem é projetada com maior força, pois denuncia a falta de capacidade do governo federal em desenvolver medidas para controlar os índices de desemprego, afetando diretamente a vida de "milhões" de cidadãos brasileiros, e conseqüentemente, deixando o "*Brasil no buraco*".

O conjunto de atos analisados em diálogo com o pronunciamento, como é apresentado em "Respondendo o seu pronunciamento" organizam-se em torno de asserções categóricas em tom de denúncia e crítica, com valoração negativa de Dilma Rousseff como presidente do Brasil. O EUC busca esclarecer ao TUI o que na sua perspectiva é golpe. As condições preparatórias como lugar de autoridade para afirmar "isso sim é golpe!" não são discursivamente apresentadas, em forma de argumentos que justifiquem suas proposições, como por exemplo, explicar como o TUI acabou com a Petrobrás. Desse modo, uma posição crítica é assumida mas não apresentados argumentos (CCP) para fundamentar as críticas.

Diferentemente no comentário em análise no quadro 29, o locutor-internauta não se projeta ocupando um lugar de autoridade, mas o tom de crítica a ex-presidente se mantém e ela continua sendo apresentada como má-gestora, mas os efeitos perlocucionais que se estabelecem são de natureza de desabafo, vazão e indignação com a atuação da presidente e não como uma proposição que pretende esclarecer algo, contrariamente ao ato anterior que pretendia elucidar o que é um golpe.

Imagem 12 - Comentário em resposta ao pronunciamento (10)



Fonte: Perfil no *Facebook* da ex-presidente Dilma Rousseff

O locutor-internauta inicia o comentário com um xingamento, em que o EUC é avaliado a partir de critérios estéticos, em que sua aparência física é criticada, sendo chamada pejorativamente de ridícula. A ex-presidente também é criticada referentemente a sua atuação política, e como no comentário anterior, não acontece uma argumentação bem fundamentada para justificar as críticas realizadas. No ato assertivo de modo predição "vc ainda vai pagar caro por tudo de errado que fez aos brasileiros" as atitudes errôneas da ex-presidente não são apresentadas, de modo

que não conseguimos identificar o que corresponde a "*tudo de errado*", e também, não é justificado como se deu a falta de responsabilidade e capacidade do governo federal.

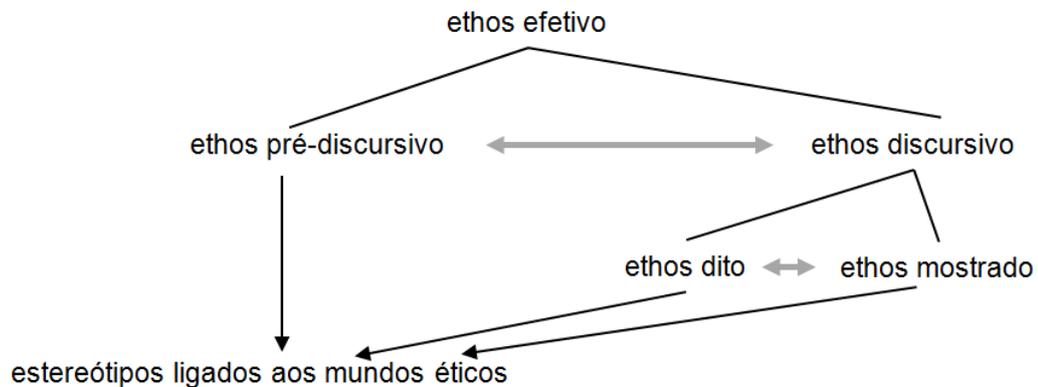
Nessa seção pudemos analisar com as representações da ex-presidente são construídas, majoritariamente, a partir da polarização, em que um grupo a representa positivamente, forjando-a como guerreira, forte, icônica, e em contrapartida, um outro grupo a caracteriza como má-oradora, má-gestora e corrupta. Assim, os comentários se organizam em dois blocos, em contraposição, em que um se constitui em negação ao outro.

3.2 As representações de Dilma Rousseff sustentadas por oposições homólogas

O *ethos* está indiscutivelmente imbricado ao ato de enunciação, se constituindo pela linguagem, a partir de “uma percepção complexa que mobiliza a afetividade do intérprete que tira suas informações do material linguístico e do ambiente” (MAINGUENEAU, 2008, p. 60-61) e que assim vai “provocar no destinatário efeitos que não decorrem apenas das palavras” (MAINGUENEAU, 2008, p. 61).

Deste modo, é crucial que compreendamos a intersecção entre enunciação e *ethos*, ademais, também devemos considerar o ambiente com suas práticas sociais, visto que, a construção do *ethos* também se dá a partir de representações que são, por exemplo, anteriores ao ato de linguagem. A interação entre os sujeitos da comunicação mobiliza imagens – tanto do EU como do TU- baseadas em estereótipos socialmente estabelecidos. Ou seja, dos processos anteriores e correntes ao ato de linguagem. Como podemos ver organizados no esquema 8.

Esquema 8 - Constituição do ethos efetivo



Fonte: Maingueneau (2008, p. 71)

Nesse ensejo, estabeleceremos como direcionamento, nesta seção do trabalho, explorar as relações entre as representações de Dilma Rousseff apresentadas na seção anterior e os estereótipos ligados aos mundos éticos. Buscando refletir sobre como a organização social se estrutura a partir de mecanismos profundos de efeitos simbólicos, estruturados por uma *sociodicéia* de representações em razão de uma *doxa* que define relações de interação. Ou seja, pretendemos averiguar como os julgamentos responsivo-morais do locutor-internauta, inconscientes ou não, são direcionados por seu pertencimento à doxa, sendo diretamente influenciados por seus valores e “imaginários”¹³.

Para esta empreitada nos apoiaremos nas discussões realizadas no início deste trabalho, na seção que discorre sobre a necessidade de se estudar gênero, em que há destaque para a discussão sobre a dominação masculina. Deste modo, nos debruçaremos sobre a investigação de como se realiza a representação da ex-presidente Dilma Rousseff a partir de um sistema de oposições homólogas, como dentro/fora e em cima/embaixo, retomando Bourdieu (2007).

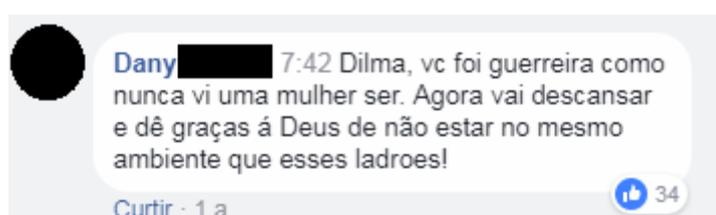
Dilma Rousseff foi representada por muitos locutores-internautas como forte, valente, guerreira etc., como vimos na seção em que as representações positivas de Dilma Rousseff foram analisadas. Essa caracterização provavelmente foi realizada

¹³ Segundo Charaudeau (2006) os imaginários são produtos da atividade de percepção significativa que o sujeito realiza a partir da interação do homem com o homem e do homem com o mundo, ou seja, a relação que o homem mantém com a realidade, pautado por suas experiências, e a relação que estabelece com o os outros. “O imaginário é efetivamente uma imagem da realidade, mas imagem que interpreta a realidade, que a faz entrar em um universo de significação” (Charaudeau, 2006, p.203)

por apoiadores, supostamente como estratégia de conceber a ex-presidente como vencedora, em oposição à imagem de perdedora, que em função do contexto político pudesse ser majoritariamente difundida, posto que a ex-presidente acabara de perder a chefia do governo federal, sendo afastada definitivamente do cargo de presidente da república.

Nessa direção, os comentários assumem um tom de elogio, apontando qualidades e demonstrando apoio a ex-dirigente, muitos deles utilizando palavras de ânimo e realizando críticas aos adversários políticos. Entretanto, em algumas representações, aparentemente positivas sobre a ex-presidente, é possível que reconheçamos a presença de estereótipos que abalam a valoração inicialmente apresentada. Como no comentário a seguir:

Imagem 13 - Comentário em resposta ao pronunciamento (3)



Fonte: Perfil no *Facebook* da ex-presidente Dilma Rousseff

O trecho “Dilma, vc foi guerreira como nunca vi uma mulher ser”, a priori, pode considerado um elogio, pois coloca a ex-presidente em posição de destaque favoravelmente em relação às outras mulheres, visto que, existe uma relação gradativamente hierárquica, em que Dilma é caracterizada pelo EUC como mais guerreira do que as outras mulheres. Nessa direção, a ex-presidente performa a característica de guerreira de uma forma que não é o normal e corriqueiro para uma mulher, segundo a perspectiva do locutor-internauta.

Em “... nunca vi uma MULHER ser”, a ex-presidente Dilma não é comparada com todos os seres humanos, como poderia ser se a afirmação se estruturasse a partir da troca lexical “... nunca vi NINGUÉM ser”, ao selecionar o pronome indefinido “ninguém” a comparação se realizaria de forma mais abrangente. Contrariamente, a seleção lexical do substantivo feminino “mulher” particulariza a comparação em função da divisão do mais geral “ser humano” em dois grupos: homem e mulher, mesmo que o homem não seja explicitamente evocado.

Desse modo, compreendemos que os sentidos dos discursos não podem ser

considerados apenas pelo que está “dito”, pois eles podem ser lidos pela ausência, pelos silêncios, considerando o que está implícito, o que está nas entrelinhas, nas lacunas que carecem ser preenchidas. O não-dito também significa, pois como afirma Orlandi (1992, p.12) “há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer”. Portanto, analisar os processos discursivos nos encaminham também para buscar, em alguma medida, considerar o imaginário linguístico na tentativa de “tirar as consequências do fato de que o não dito precede e domina o dizer.” (PÊCHEUX, 1988, p. 291).

Nessa perspectiva, duas dimensões de comparação podem ser consideradas quando o EUc postula que a ex-presidente foi guerreira como nunca viu uma mulher ser. 1) A comparação entre Dilma e as outras mulheres: a ex-dirigente é caracterizada em vantagem aos seus pares, ou seja, ela é caracterizada como mais guerreira que as outras mulheres. 2) A comparação entre Dilma e os homens: quando a ex-presidente é caracterizada pelo EUc como mais guerreira que as outras mulheres, ela é implicitamente comparada aos homens, em que a sua forma de se posicionar se aproxima do masculino. Ou seja, Dilma Rousseff se distancia das outras mulheres, rompendo com o que é socialmente considerado como feminino e demonstrando aptidões e posicionamentos que são considerados masculinos, estruturando um simulacro de virilidade que denota força e coragem. O modo como o TUi se mostra guerreira surpreende o EUc, com isso, a ex-presidente instaura uma performatividade que vai contra ao que corresponde para o EUc como comum para as mulheres, rompendo com saberes dóxicos compartilhados.

É importante considerarmos que o EUc é uma mulher, sendo assim, ela fala sobre um lugar que também pertence, que possui vivências e identificações. Quando o EUc compara Dilma com as outras mulheres, ela também se inclui na comparação, reconhecendo, portanto, a dificuldade da mulher de ser tão guerreira como ela considera que Dilma foi. Levando em consideração a situação de afastamento definitivo da função de presidente, estamos diante de uma situação inédita, já que nunca antes uma mulher foi afastada da presidência do Brasil, ainda mais, que também nenhuma mulher havia sido presidente antes de Dilma Rousseff. O EUc por experiências próprias sabe as dificuldade de ser mulher em uma sociedade machista, de modo, que talvez pudéssemos afirmar que a comparação se dá a partir do

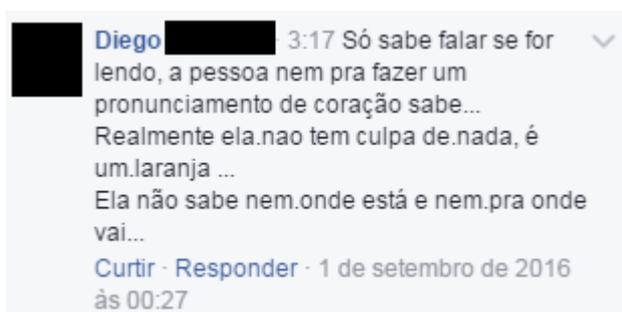
raciocínio: (a) mesmo numa sociedade machista, as mulheres são guerreiras; (b) Dilma foi mais guerreira, mesmo numa sociedade machista.

Como já discutimos no início desse trabalho, as formas de agir e se comportar em sociedade são incorporadas e reproduzidas. Grosso modo, as mulheres não são incentivadas a serem corajosas, guerreiras, ativas, em contrapartida, elas são estimuladas a serem recatadas, tímidas, contidas e passivas. Quando uma mulher rompe com o que é esperado, sua feminilidade é via de regra negada. Como no caso da ex-presidente, ainda que ela transgrida com a lógica (homem = dentro/ mulher = fora) e esteja “dentro” do espaço político, ela ainda está na dianteira, pois não ocupa hierarquicamente o mesmo espaço que os homens, pois a partir de uma série de imposições sociais, as mulheres ainda são afastadas da política.

Portanto, é pertinente ao raciocínio pautado nos saberes dóxicos que a ex-dirigente não seja comparada diretamente com os homens, pois eles estão “na frente”, ocupando espaços feitos por e para eles, espaços que sempre lhes foi pertencentes e garantidos. Não é à toa que a atuação de Dilma Rousseff como presidente incomodou fortemente algumas pessoas, posto que essa ocupação modifica o *status quo*, rompe com padrões de comportamento esperados em função do papel social dos gêneros.

Diante desse panorama, as mulheres que conseguem romper a doxa instituída e ocupam espaços de poder têm frequentemente a sua capacidade questionada. Nos comentários em resposta ao pronunciamento, por exemplo, foi recorrente a presença de posicionamentos que negavam a competência de Dilma Rousseff como gestora política. Como se evidencia no comentário a seguir

Imagem 14 - Comentário em resposta ao pronunciamento (11)



Fonte: Perfil no *Facebook* da ex-presidente Dilma Rousseff

Já realizamos a análise desse comentário na seção passada, em que nos atentamos especificamente para as representações que o EUc realiza da ex-presidente, em que se evidenciamos a representação de má-gestora. Entretanto, nesse momento vamos dar enfoque ao final do comentário, que analisaremos sob outra ótica, nos interessando pelos processos discursivos e sociais que pautam sobre a caracterização da ex-presidente como “laranja”.

Quando a ex-presidente é predicada como “laranja” o seu papel de agentividade como representante político é negado, ao passo que sendo “laranja” ela não exerceu de fato a função de presidente, apenas de fachada, sendo carta branca no jogo político. Em que, se reafirma a posição de Dilma como passiva, figurante na trama política, nos encaminhando novamente para as oposições homólogas de “dentro” x “fora”. Ao analisarmos o comentário em questão, vimos que mais uma vez os internautas-locutores mantêm a sociodicéia da dominação masculina, em que é negado a ex-presidente a condição de estar “dentro”, sendo agente e personagem da trama política.

Quando o EUc assegura que “ela não sabe nem.onde está e nem.pra onde vai...” a ex-presidente é caracterizada como perdida, e que provavelmente, está sendo manipulada por alguém que possui maior consciência do tempo e espaço, que sabe onde ela está agora e que planeja onde quer que ela esteja no futuro. Provavelmente, o EUc atribui o papel de manipulador e protagonista político ao ex-presidente Inácio Lula da Silva, fundador do Partido dos Trabalhadores, considerado um dos políticos mais populares da história do Brasil. Sendo assim, quando Dilma é considerada “laranja” e é representada como “fora” da política, conseqüentemente, Lula está “dentro”. Assim, a lógica da dominação masculina é mantida: Lula (homem) “dentro” e Dilma (mulher) “fora”.

PARTE IV: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que é necessário que busquemos em todas as oportunidades possíveis construir diálogos que colaborem para a desnaturalização das dominações, visando o entendimento dessas relações como artefato cultural, de imposição de classe e de gênero e, por conseguinte, que problematizemos e acusemos a sua manutenção. No que se refere à dominação masculina, que é a dominação estudada nessa dissertação, buscamos instigar a reflexão sobre a imposição da atuação social das mulheres, que se realiza em função de estruturas biologizadas e generificadas, que perpetuam desigualdades entre os gêneros.

Assim como julgamos ser importante pautar essas discussões, também reconhecemos as dificuldades em realizá-las, especialmente diante do atual fenômeno de intensa polarização, em que os extremos ganham relevo, sinalizando um confronto de polos. Dessa forma, a realização de diálogos configura-se como um grande desafio, a disputa parece mais forte do que o desejo de compartilhar ideias, e consequentemente, “ganhar” a discussão aparenta ser o objetivo.

Contrariamente, queremos com esse trabalho incentivar a busca por uma nova via, uma forma de dialogar que se organize a partir da construção de pontes que se sobrepõem aos abismos que nos tem afastado dos diálogos em busca do entendimento. Este estudo foi orientado por uma perspectiva, uma forma dentre inúmeras maneiras possíveis de focalizar os fenômenos estudados, portanto, acreditamos que nosso trabalho se complementa e enriquece na relação com as outras perspectivas possíveis, com aproximações, distanciamentos, respostas, questionamentos etc., como evidenciamos no início desta dissertação, não temos como intuito trazer conclusões e respostas fechadas.

Nesse sentido, gostaríamos que nosso trabalho alcançasse alguma relevância social e pudesse contribuir para a realização de reflexões que ultrapassassem os muros da academia, pois acreditamos que as discussões que propusemos são relevantes e necessárias, especialmente no que se refere às relações de poder e gênero, em particular, no contexto político-social atual, cada vez mais nebuloso e sombrio, em que direitos básicos estão sendo colocados sob ameaça, e certamente,

as minorias sociais¹⁴ são sempre mais ameaçadas e afetadas.

Ao analisarmos os comentários de locutores-internautas posicionando-se diante do pronunciamento, avaliamos que, de um modo geral, as representações da ex-dirigente conduziram os internautas-locutores a se encaixarem em dois grupos dicotômicos: um de representações favoráveis à ex-presidente e o outro de representações contrárias a ela, caracterizando-a como forte, guerreira, honesta, valente, decente, precursora ou como má-oradora, má-gestora, corrupta. Isto é, dois grupos que projetam imagens da ex-presidente, e concomitantemente imagens dos locutores-internautas, de maneira bastante passional, tendenciado ao amor ou ao ódio.

No processo de escolha dos comentários, que comporiam o corpus para análise da segunda parte deste trabalho, não encontramos comentários que se organizassem com menos exaltação ou raiva. É evidente que não podemos afirmar que não havia nenhum comentário que se propusesse a fazer uma análise menos parcial, afinal, em última consulta realizada no início de 2018, a transmissão online realizada pelo *Facebook* da ex-presidente contava com 104,5 mil comentários, um número bastante alto que dificultou a leitura de todos eles. Entretanto, consideramos sintomática, tendo como parâmetro os comentários lidos, a ausência de comentários de natureza menos polarizada, posto que, confirma a partir do “micro” o fenômeno de polarização política que está acontecendo em escala “macro” no nosso país.

Outro aspecto que julgamos importante salientar é que mesmo organizadas de forma oposta, as imagens positivas e negativas sobre a ex-presidente apresentavam semelhanças no que diz respeito a sua sustentação por oposições homólogas. Nos dois grupos elas são apresentadas a partir de semelhantes estereótipos ligados aos mundos éticos, em que os julgamentos resposivo-morais dos locutores-internautas são direcionados por seu pertencimento à doxa, que estão relacionados às imagens do que é “ser mulher” na sociedade contemporânea, especialmente na ocupação de espaços políticos, como a reiteração da lógica de que na política o homem está “dentro” e a mulher “fora”, com representações que reafirmam os saberes dóxicos da

¹⁴ O termo “minorias sociais” caracteriza grupos que são marginalizados em uma sociedade, ou seja, que sofrem processos de discriminação e estigmatização motivados por aspectos sociais, culturais, econômicos, etc. Não se relacionam diretamente à minoria numérica de uma população, como por exemplo, os negros no Brasil, que representam mais de 50% da população segundo IBGE.

dominação masculina.

Em consonância, no pronunciamento de afastamento a ex-presidente alude à dominação masculina e seus efeitos na atuação política das mulheres, denunciando, como um dos motivos de seu afastamento o fato de ser mulher. Dilma Rousseff afirma categoricamente que o seu afastamento da função de presidente é golpe e, ademais, que “o golpe é misógino”, pois derrubam “a primeira mulher eleita presidenta do Brasil sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment”. Desse modo, na primeira parte da análise, Dilma Rousseff também se vale de representações do feminino, entretanto, em seu discurso a ex-presidente busca controverter alguns saberes dóxicos sobre a ocupação política das mulheres e, conseqüentemente, denunciar a lógica que impõe a ausência feminina na política.

Grosso modo, ao analisarmos as relações dialógicas entre instância política e instância cidadã em ambiente digital, enfocando as relações de poder e gênero, nos deparamos com a grande complexidade de se estudar questões tão contemporâneas, tão próximas de nós, que nos tocam de maneira peculiar, mas que também funcionam como um espelho que reflete os conceitos e as imagens sociais que circulam na sociedade e no cotidiano social.

Em tempo, gostaríamos de ressaltar que, na organização proposta, intitulamos esta parte do trabalho como “considerações finais”, seguindo o *script*, mas gostaríamos que ela fosse entendida como considerações iniciais, ou seja, como ponto de partida, de modo que esperamos que a discussão que tentamos estabelecer neste trabalho não finde por aqui, que não se inicie a acabe em si mesma.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior; Paulo Farmhouse Alberto; Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer; palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKHTIN, Mikail. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikail/VOLOSHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. São Paulo: Difel, 1980.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. O aparelho formal da enunciação. Campinas: Pontes, 1989

_____. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 2005.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

CHARAUDEAU, P. Une problématisation discursive de l'émotion: a propos des effets de pathémisation dans la télévision. In: PLANTIN, C., DOURY, M., TRAVERSO, V. 102 Fórum Lingüístico, Florianópolis, v.7, n.1 (88-102), jan-jun, 2010 (Orgs.) **Les émotions dans les interactions**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000.

_____. Uma Teoria dos Sujeitos da Linguagem. In: MARI, H. et al. (orgs.). **Análise do Discurso: Fundamentos e Práticas**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001.

_____. **Discurso político**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2009.

- _____. O discurso propagandista : uma tipologia. In: MACHADO, I. & MELLO, R. **Análises do Discurso Hoje**, vol. 3. Rio de Janeiro : Nova Fronteira (Lucerna) 2010
- CHARAUDEAU, P. MANGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GALINARI, M. M. **Logos, ethos e pathos: “três lados” da mesma moeda**. São Paulo: Alfa, 2014.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Coordenação de tradução: Mara Sophia Zanotto. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.
- LEINER, Marvin. **Sexual Politics in Cuba: Machismo, Homosexuality, and AIDS**. Boulder, CO: Westview Press, 1994.
- MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel & SALGADO, Luciana. **Ethos discursivo**. São Paulo. Editora Contexto, 2008.
- MARI, H. **Os lugares do sentido**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras. UFMG, 1991.
- _____. Atos de fala: notas sobre origens, fundamentos e estrutura. MARI, H. et al. (Orgs.). **Análise do discurso: fundamentos e praticas**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001.
- MATOS, M. **Paradoxos da incompletude da cidadania política das mulheres novos horizontes para 2010?**. 2009. Disponível em <http://opiniaopublica.ufmg.br/biblioteca/marlise.pdf>. Acessado em 20/09/2012
- MENEZES, W. A. **Evento, jogo e virtude nas eleições para a presidência do Brasil - 1994 e 1998**. 2004. 484f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento de sentido**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992
- _____. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, UNICAMP, 1988.

PERELMAN, C. Argumentação. **Enciclopédia Einaudi**. V.11. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987.

REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SARTRE, J-P. **Esboço para uma teoria das emoções**. Porto Alegre: L&PM, 2005.

SEARLE, J. R. **Atos de fala**. Coimbra: Almedina, 1984: A estrutura dos atos ilocucionais.

_____. **Expressão e significado. Estudos da teoria dos atos de fala**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SOW, M.M. **A participação feminina na construção de um parlamento democrático**. Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação. Centro de formação, treinamento e aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados. 2009. Disponível em <http://bd.camara.gov.br>. Acessado em 10 out. 2017.

VANDERVEKEN, D. O que é uma força ilocucional? **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas: IEL-UNICAMP, 1985.

VAZ, Gislene de Almeida. **A participação da mulher na política brasileira: a lei de cotas**. Monografia apresentada para o curso de Especialização em Processo Legislativo. Câmara dos Deputados. 65fl. 2008.

WOOLF, V. **Trois guinéas**, trad. V. Forrester, Paris, Éditions des Femmes, 1997

ANEXOS

Transcrição do pronunciamento de afastamento definitivo da ex-presidente Dilma Rousseff

Boa tarde a todos, boa tarde! Eu queria cumprimentar o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, cumprimento todas as senadoras e senadores, as deputadas e os deputados, os presidentes de partido, as lideranças dos movimentos sociais. Mulheres e homens de meu país.

Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças.

Os senadores que votaram pelo impeachment escolheram rasgar a Constituição Federal.

Decidiram pela interrupção do mandato de uma Presidenta que não cometeu crime de responsabilidade.

Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar.

Com a aprovação do meu afastamento definitivo, políticos que buscam desesperadamente escapar do braço da Justiça tomarão o poder unidos aos derrotados nas últimas quatro eleições.

Não ascendem ao governo pelo voto direto, como eu e Lula fizemos em 2002, 2006, 2010 e 2014. Apropriam-se do poder por meio de um golpe de Estado. É o segundo golpe de estado que enfrento na vida.

O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando eu era uma jovem militante.

O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo.

É uma inequívoca eleição indireta, em que 61 senadores substituem a vontade expressa de 54,5 milhões de votos. É uma fraude contra a qual ainda vamos recorrer em todas as instâncias possíveis.

Causa espanto que a maior ação contra a corrupção da nossa história, propiciada por ações desenvolvidas e leis aprovadas e sancionadas a partir de 2003 e

aprofundadas em meu governo, leve justamente ao poder um grupo de corruptos investigados.

O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa. Vão capturar as instituições do Estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e de retrocesso social.

Acabam de derrubar a primeira mulher eleita presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment.

Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido ou os partidos aliados, que me apoiam hoje.

Isto foi apenas o começo.

O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática.

O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua própria história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido.

O golpe é contra o povo e contra a Nação.

O golpe é misógino!

O golpe é homofóbico!

O golpe é racista!

É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito e da violência.

Peço às brasileiras e aos brasileiros que me ouçam.

Falo aos mais de 54 milhões e meio de votos e pessoas que assumiram e consubstanciam esses votos, que os depositaram nas urnas, me aprovando pela segunda vez para a presidência da república federativa do Brasil.

Falo aos 110 milhões que participaram dessas eleições, que saíram de suas casas e que foram colocar o seu desejo, o seu interesse e aquilo que aspiram para o Brasil dentro da urna indevassável.

Falo principalmente aos brasileiros que, durante meu governo, superaram a miséria, realizaram o sonho da casa própria, começaram a receber atendimento médico,

entraram na universidade e deixaram de ser invisíveis aos olhos da Nação, passando a ter direitos que sempre lhes foram negados.

A descrença e a mágoa que nos atingem em momentos como esse são péssimas conselheiras.

Não desistam da luta.

Ouçam bem: eles pensam que nos venceram, mas estão enganados.

Sei que todos nós vamos lutar.

Haverá contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer.

Repito: Haverá contra eles a mais determinada oposição que um governo golpista pode sofrer.

Quando o Presidente Lula foi eleito pela primeira vez, em 2003, chegamos ao governo cantando juntos que ninguém devia ter medo de ser feliz, que ninguém devia ter medo de ter esperança porque muitas vezes nós lutando conseguíamos conquistar esta esperança e transformá-la em realidade.

Por mais de 13 anos, realizamos com sucesso um projeto que promoveu a maior inclusão social e redução de desigualdades da história de nosso país. Esta história não acaba assim.

Estou certa que a interrupção deste processo pelo golpe de estado não é definitiva. Não voltaremos apenas para satisfazer nossos desejos ou nossa vaidade. Nós voltaremos. Voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano.

Espero que saibamos nos unir em defesa de causas comuns a todos os progressistas, independentemente de filiação partidária ou posição política.

Proponho que lutemos, todos juntos, contra o retrocesso, contra a agenda conservadora, contra a extinção de direitos, pela soberania nacional e pelo restabelecimento pleno da democracia.

Saio da Presidência como entrei: sem ter incorrido em qualquer ato ilícito; sem ter traído qualquer de meus compromissos; com dignidade e carregando no peito o mesmo amor e admiração pelas brasileiras e brasileiros e a mesma vontade de continuar lutando pelo Brasil.

Eu vivi a minha verdade. Dei o melhor de minha capacidade. Não fugi de minhas responsabilidades. Me emocionei com o sofrimento humano, me comovi na luta contra

a miséria e a fome, combati a desigualdade. Travei bons combates. Perdi alguns, venci muitos e, neste momento, me inspiro em Darcy Ribeiro para dizer: não gostaria, mais uma vez, não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores. A história será implacável com eles como já o foi em décadas passadas.

Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem sempre que vocês podem.

As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência da república, a presidência do Brasil, a machismo e a misoginia mostraram suas feias faces.

Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero.

Nada poderá nos fazer recuar.

Neste momento, não direi adeus a vocês.

Tenho certeza de que posso dizer “até daqui a pouco”. Ou eu ou outros assumirão este processo.

Eu, a partir de agora, lutarei incansavelmente para continuar a construir um Brasil melhor e tenho certeza que outras e outros assumirão no futuro um papel que está baseado na eleição direta, na escolha direta dos governantes pelo povo.

Encerro compartilhando com vocês um belíssimo alento do poeta russo Maiakovski:

"Não estamos alegres, é certo,

Mas também por que razão haveríamos de ficar tristes?

O mar da história é agitado

As ameaças e as guerras, haveremos de atravessá-las,

Rompê-las ao meio,

Cortando-as como uma quilha corta."

Um carinhoso abraço a todo povo brasileiro, às mulheres e aos homens do meu país, e um abraço especial a todos homens e mulheres que compartilham comigo a crença na democracia e o sonho da justiça, na justiça em todas as suas dimensões.